

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

**ATUAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL NOS MUNICÍPIOS
DA AMUSEP (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SETENTRIÃO
PARANAENSE)**

EGBERTO ZULIAN

**MARINGÁ
2012**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

**ATUAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL NOS MUNICÍPIOS DA
AMUSEP (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SETENTRIÃO PARANAENSE)**

Dissertação apresentada por EGBERTO ZULIAN, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.
Área de Concentração: ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

Orientadora:
Prof.^a Dra.: CARLA CECÍLIA RODRIGUES ALMEIDA

**MARINGÁ
2012**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

Z92a Zulian, Egberto
Atuação e contribuição dos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável dos municípios da AMUSEP (Associação dos Municípios do Sententrião Paranaense) / Egberto Zulian. -- Maringá, 2012. 149 f. : il. col., figs.

Orientador: Prof.a Dr.a Carla Cecília Rodrigues Almeida.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes., Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2012.

1. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - Atuação - Funcionamento - Contribuição - Norte do Paraná. 2. Conselho gestor. 3. Políticas de desenvolvimento rural. 4. Políticas públicas. 5. Gestão democrática. 6. Associação dos Municípios do Sententrião Paranaense (AMUSEP). I. Almeida, Carla Cecília Rodrigues, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. III. Título.

CDD 21.ed. 352.25

338.1098162

ECSL-00370

EGBERTO ZULIAN

**ATUAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL NOS MUNICÍPIOS DA
AMUSEP (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SETENTRIÃO PARANAENSE)**

Aprovada em **31 de maio de 2012.**

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Carla Cecilia Rodrigues Almeida
Orientadora
UEM



Profa. Dra. Celene Tonella
Membro
UEM



Profa. Dra. Ruth Youko Tsukamoto
Membro
UEL

AGRADECIMENTOS

É com extrema gratidão que externo meus agradecimentos aos profissionais e amigos, que, numa feliz convivência, regada a generosas contribuições e apoios, contribuíram na realização do mestrado, sonho de muitos anos.

Primeiramente, agradeço aos profissionais da Escola de Governo, que juntamente com os profissionais da UEM, planejaram e executaram o programa de mestrado para funcionários públicos, com conteúdo pertinente, adaptado aos estudantes e útil à coletividade, oportunidade ímpar para nós.

Em ordem cronológica, deixo registrado meu reconhecimento e agradecimento aos amigos Carlos Eduardo Vercesi, que me incentivou a candidatar-me neste Programa de Mestrado; ao gerente regional e amigo, Romoaldo Carlos Faccin, que prontamente autorizou minha participação. A outra autorização obrigatória foi dada pelo diretor-presidente do Instituto Emater, Arnaldo Bandeira, como política para ajudar os funcionários a se capacitarem.

Agradeço às Forças Superiores por tudo ter dado certo para a realização do mestrado, eu ter gostado do curso e de seus docentes, ter a professora Dr.^a Carla Cecília Rodrigues Almeida como referência na sala de aula e, posteriormente, como minha orientadora, com apoio e contribuições inestimáveis.

Outro privilégio foi conviver com um seletivo grupo de colegas mestrandos por suas contribuições práticas inestimáveis e uma rica troca de experiências. No tocante a esta convivência, faço especial referência ao amigo mais próximo, João Ricardo Barbosa Rissardo, que, em momentos difíceis vividos por mim durante o curso, devido a problemas de saúde na família, pesquisava e me encaminhava textos das políticas públicas trabalhadas no Paraná, a fim de que eu os estudasse, o que foi de muita importância e significado.

Agradeço ainda aos colegas de trabalho da Emater pelo apoio, pelas entrevistas, pelos repasses de documentos sobre os conselhos rurais, uma vez que sem estes e suas contribuições minha pesquisa não seria possível. Faço referência também ao amigo Celso Daniel Seratto, engenheiro agrônomo, mestre em Economia, meu orientador de estágio, meu incentivador, com muitos materiais escritos relevantes e práticas realizadas sobre o desenvolvimento regional e conselhos gestores rurais.

Por fim, um agradecimento especial a minha esposa e meus filhos, pelo apoio e compreensão. Obrigado a vocês Rosa, Heber, Vinicius e Bruno Sander Zulian.

“...Fazer a História é estar presente nela e não simplesmente nela estar representado.

Pobre do povo que aceita, passivamente, sem o mais mínimo sinal de inquietação, a notícia segundo a qual, em defesa de seus interesses, fica decretado que, nas terças-feiras, se começa a dizer boa-noite a partir das duas horas da tarde. – Este será um povo puramente representado, já não presente na História”.

Paulo Freire

ZULIAN, Egberto. **ATUAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL NOS MUNICÍPIOS DA AMUSEP (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SETENTRIÃO PARANAENSE)**. 148 f. Dissertação (Mestrado em Política Públicas) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Dra. Carla Cecília Rodrigues Almeida. Maringá, 2012.

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi fazer um amplo diagnóstico da atuação dos conselhos gestores rurais em trinta municípios do Norte do Paraná. No trabalho consta um resgate histórico dos diversos conselhos gestores, suas atuações e os problemas enfrentados no cumprimento de seus objetivos. Esse resgate permitiu uma análise comparativa entre os conselhos gestores rurais e os não rurais, evidenciando que são semelhantes os problemas e dificuldades enfrentados pelos dois tipos de conselho. Os conselhos gestores rurais do Paraná e da região estudada tiveram origem no ano de 1983. Em 1989 foram ampliados para atender a um programa estadual com recursos do Banco Mundial, denominado Paraná Rural, posteriormente transformado em conselho do Paraná 12 Meses, em 1998. Na sequência, transformou-se no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). Nesse formato, em 2000 e 2001 os atores envolvidos começaram a receber diversas formas de capacitação, o que perdurou até o ano em curso (2012). Isso levou a pesquisa ao propósito de responder se esses treinamentos continuados trouxeram algum diferencial positivo na atuação destes CMDRSs. Para tanto, fez-se um estudo entre 2011/12 em que foram analisados os mesmos itens utilizados para analisar um grupo de CMDRSs no ano de 2001. Nesse quesito o trabalho mostra que foram poucos os avanços, apesar dos mais de dez anos de experiências e treinamentos acumulados. Ainda para medir a contribuição dos CMDRSs para o desenvolvimento rural dos trinta municípios estudados, a pesquisa contou com a entrevista concedida pelos trinta prefeitos, pelos trinta técnicos da extensão rural oficial e por todos os presidentes dos conselhos. Enfim, a pesquisa identificou o grau de institucionalização e as características de funcionamento do conselho, e ainda, como são a representatividade e a participação, como se dá a dinâmica decisória, qual o nível de envolvimento do conselho com seu entorno, quais as suas dificuldades em cumprir com seus objetivos e que fatores explicam a ausência do conselho rural (CMDRS) em alguns municípios.

Palavras-chave: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável; Conselho Gestor; Políticas de Desenvolvimento Rural; Políticas Públicas; Gestão Democrática.

ZULIAN, Egberto. **PERFORMANCE AND CONTRIBUTION OF LOCAL BOARDS OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN RURAL MUNICIPALITIES OF AMUSEP (ASSOCIATION OF MUNICIPALITIES PARANAENSE in the North)**. 148 f. Dissertation (Master in Public Policies) – State University of Maringá. Supervisor: Dra. Carla Cecília Rodrigues Almeida. Maringá, 2012.

ABSTRACT

The aim of this work was to make a wide diagnosis of the rural managers councilors' performance in thirty towns in the north of Paraná State. In the study there is a historical of the many managers councilors, their performance and the problems faced when accomplishing their objectives. Such historical study allowed a comparative analysis among rural and non-rural managers councilors, revealing that the problems and difficulties faced by these two types are similar. The rural managers councilors from Paraná and from the studied area started in 1983. In 1989 it was widened to attend a state program with Mundial Bank resources, named Rural Paraná, later transformed into 12 Months Paraná Council, in 1998. Then, it was transformed into Municipal Council of Sustainable Rural Development (CMDRS). Like this, in 2000 and 2001 the actors involved started to receive various ways of enabling, that lasted until the current year (2012). It led the research to the aim of answering if this continued training brought any positive difference on CMDRSs's performance. To that, a study was made between 2011/12 in which the same items used to analyze a CMDRS group in 2001 were analyzed. Concerning this query, the work shows that there was little improvement, despite the experience and training for more than ten years. Also in order to measure CMDRS contribution to the development of the thirty towns studied, an interview was made with the 30 majors, official rural extension technicians and all council presidents of the studied towns. To conclude, the research identified the institutionalizing degree and the features of the council's work, and also how the representative and participation are, how the decision dynamic is, what the council's involvement level is, what the difficulties to accomplish their objectives are, and what factors explain the rural council (CMDRS)'s absence in some towns.

Key words: Municipal Council of Sustainable Rural Development; Management Council; Rural Development Policies; Public Policies; Democratic Management.

SIGLAS

AMUSEP – Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense,
ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária,
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf,
COMAS – Conselho Municipal de Assistência Social,
CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente,
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável,
CMS – Conselho Municipal da Saúde,
CMH – Conselho Municipal da Educação,
CSA – Conselho Sanidade Agropecuária,
CEDRAF – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar,
CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar,
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional,
DEAGRO – Departamento de Desenvolvimento Agrário,
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura,
FNAE – Fundo Nacional da Alimentação Escolar,
IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais,
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária,
ONU – Organização das Nações Unidas,
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos,
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar,
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento,
PDBR – Política de Desenvolvimento do Brasil Rural,
PDR- PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL,
PMISA - Programa de Manejo Integrado de Solos e Águas do Paraná,
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar,
PNDBR – Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural,
PPA – Plano Plurianual,
SRA – Secretaria de Reordenamento Agrário,
UTE – Unidade Técnica Estadual,
UEM – Universidade Estadual de Maringá.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
Objetivos.....	16
Procedimentos da Pesquisa.....	17
1. CONSELHOS GESTORES - CONCEITO E REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
1.1 Os conselhos gestores e o desenvolvimento.....	25
1.2 A origem dos conselhos.....	30
2. A POLÍTICA RURAL E OS CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL.....	33
2.1 O Brasil rural	33
2.1.1 Agricultores familiares	33
2.2 A Constituição Federal e as referências à participação civil.....	35
2.3 Projeto de lei do Senado n.º 258, de 2010 e a participação civil através dos conselhos ...	39
3. POLÍTICAS PÚBLICAS RURAIS TRABALHADAS NO PARANÁ E A EXIGÊNCIA DE CONSELHOS	42
3.1 Relação dos programas rurais trabalhados no Paraná	42
3.1.1 PRONAF	42
3.1.2 Programa de Alimentação Escolar e dinheiro direto nas escolas. Regulamentado pela Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009.....	43
3.1.3 Alimentação Escolar – Resolução 38, de 16 de janeiro de 2009 PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.....	44
3.1.4 Programa Leite das Crianças	44
3.1.5 Programa de Aquisição de Alimentos – “Fome Zero”	45
3.1.6 Conselho de Sanidade Agropecuária (CSA)	45
3.1.7 Fundo de Aval	46
3.1.8 Programa Nacional de Crédito Fundiário	46
3.1.9 Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA e o II Plano Nacional de Reforma Agrária.....	48

3.1.10	ATES 2008 – Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (prestada aos agricultores assentados).....	48
3.1.11	Programa de Sementes para a Agricultura Familiar.....	49
3.1.12	Programa de Gestão Ambiental Integrada em Microbacias Hidrográficas - PGAIM	49
3.1.13	Plano de Apoio Para Sustentabilidade da Cafeicultura nas Pequenas Propriedades Familiares do Paraná	50
3.1.14	Programa de Turismo Rural	50
3.1.15	Programa Paraná Fértil	50
3.1.16	Programa Fábrica do Agricultor	51
3.2	Redes políticas no Brasil	52
3.3	Histórico dos conselhos rurais no Paraná	54
3.4	Avaliação dos conselhos de desenvolvimento rural e fatores que afetam o desenvolvimento local dos municípios do Paraná.....	58
3.5	A capacitação, o diagnóstico e a atuação dos conselhos	60
3.6	Histórico dos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável (CMDRSs) da região da AMUSEP, objeto de estudo do presente trabalho.....	64
4.	ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS CMDRS DA AMUSEP.....	70
4.1	Dados Socioeconômicos da região estudada – a da AMUSEP.....	70
4.2	O grau de institucionalização dos conselhos e características de funcionamento.....	78
4.3	Composições, representatividade e dinâmica participativa.....	82
4.4	A dinâmica decisória	85
4.5	Nível de envolvimento do CMDRS com seu “entorno” (social e estatal).....	88
4.6	Quais resultados os CMDRSs produzem em termos de política pública e quais dificuldades têm encontrado para cumprir com seus objetivos.....	92
4.7	Nos municípios sem conselho, o que explica sua ausência?.....	93
4.8	Análise comparativa entre os CMDRSs de 2001 e os de 2011/12	95
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111

Anexo I – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTAS PARA TÉCNICOS DA EXTENSÃO COM CMDRS FORMALIZADOS (SITUAÇÃO DOS CMDRS DA REGIÃO DA AMUSEP).....	116
Anexo II – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTAS PARA OS PRESIDENTES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS RURAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AMUSEP	118
Anexo III – QUESTIONÁRIO PARA TÉCNICOS SEM CONSELHOS MUNICIPAIS FORMALIZADOS - SITUAÇÃO DOS CMDRS DA REGIÃO DA AMUSEP	121
Anexo IV - QUESTIONÁRIO COM PREFEITOS DOS MUNICIPIOS COM CMDRS FORMALIZADOS - SITUAÇÃO NA REGIÃO DA AMUSEP	122
Anexo V - QUESTIONÁRIO COM PREFEITOS DOS MUNICIPIOS SEM CMDRS FORMALIZADOS - SITUAÇÃO DOS MUNICIPIOS NA REGIÃO DA AMUSEP	123
Anexo VI – RESULTADO DA PESQUISA COM TÉCNICOS DA EXTENSÃO RURAL COM CMDRS FORMALIZADOS – SITUAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA REGIÃO DA AMUSEP	124
Anexo VII – RESULTADO DA PESQUISA COM PRESIDENTES DOS CMDRS (16 presidentes – 100% dos conselhos formalizados na AMUSEP).....	131
Anexo VIII – RESULTADO PESQUISA COM TÉCNICOS SEM CMDRS FORMALIZADO (14 municípios - 47%), DA REGIÃO DA AMUSEP	138
Anexo IX – RESULTADO DA PESQUISA COM 16 PREFEITOS DOS MUNICIPIOS COM CMDRS FORMALIZADOS – (REGIÃO DA AMUSEP).....	143
Anexo X – RESULTADO DA PESQUISA COM 14 PREFEITOS SEM CMDRS (REGIÃO DA AMUSEP)	146
Anexo XI – RELAÇÃO DOS PROGRAMAS FEDERAIS E ESTADUAIS RURAIS TRABALHADOS NO PARANÁ (trinta e três)	149

INTRODUÇÃO

Pretende-se com este trabalho levantar e analisar dados que forneçam um diagnóstico da atuação e funcionamento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável na região da Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense – AMUSEP - nesses vinte e três anos de sua existência, especialmente enquanto instrumentos de planejamento, execução, avaliação e fiscalização das políticas públicas. Pretende-se ainda analisar seus resultados efetivos, o modo como estão estruturados, suas formas de atuação e sua influência no desenvolvimento regional de trinta municípios do Norte do Paraná, região denominada AMUSEP¹ (Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense), cuja base econômica é o setor rural.

O Paraná, que possui uma agropecuária expressiva, apresentou-se atuando em trinta e três linhas de ação das políticas públicas rurais voltadas à promoção do desenvolvimento rural em 2010 e 2011, as quais também exerceram efeito, em menor ou maior grau, sobre os 30 municípios que compõem o território da AMUSEP. O objetivo dessas políticas foi gerar empregos e qualidade de vida para assim proporcionar o desenvolvimento do produtor e sua família, dos seus empregados, da comunidade e do município e, conseqüentemente, da sociedade deste território. Ressalte-se que as normas estabelecidas para a execução dessas políticas públicas rurais, em sua maioria, exigem a formação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS, ou pelo menos sugerem esse nível organizacional; porém não prescrevem os requisitos para o seu funcionamento nem exigem paridade de representação entre os atores articuladores e executores e os beneficiários, como pode ser verificado nos conselhos da Saúde e outros, estes últimos, denominados por Tatagiba (2002) de “Conselhos de Políticas”.

Pressupõe-se que as ações desses conselhos sejam desenvolvidas de maneira integrada junto aos órgãos públicos e lideranças, principalmente as municipais, as quais, na prática diária são corresponsáveis pela execução dessas políticas e pelos ajustes necessários à sua eficácia.

¹ AMUSEP- Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense. Setentrião, segundo Aurélio, 1985, significa “situado ao norte”. Os trinta municípios que compõem a AMUSEP são: – Ângulo, Astorga, Atalaia, Colorado, Dr. Camargo, Floraí, Floresta, Flórida, Iguaraçu, Itaguajé, Itambé, Ivatuba, Lobato, Munhoz de Mello, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Nossa Senhora das Graças, Nova Esperança, Ourizona, Presidente Castelo Branco, Paiçandu, Paranacity, São Jorge do Ivaí, Santa Fé, Santa Inês, Santo Inácio, Sarandi, Uniflôr

Tatagiba (2002) trata os conselhos municipais de desenvolvimento rural como “Os Conselhos de Programas”, por estarem vinculados a programas governamentais concretos e com metas incrementais, o que se entende ser o caso dos conselhos rurais estudados no presente trabalho. Quando estes conselhos não estão ligados a programas estruturados pela legislação federal ou estadual, mas por estímulo municipal ou estadual para atender a alguma peculiaridade ou a movimentos de ideias, são classificados por Tatagiba (2002) como “Conselhos Temáticos”, a exemplo dos conselhos da mulher, conselhos da cultura, etc. É fundamental investigar a atuação destes conselhos rurais de desenvolvimento, em face de sua importância para o desenvolvimento das atividades agropecuárias e, por outro lado, por sua obrigatoriedade para alguns programas governamentais.

Após 24 anos da institucionalização dos conselhos e seus papéis, os quais são definidos pela Constituição de 1988, justifica-se uma análise de sua evolução e atuação, especialmente dos conselhos rurais, ainda pouco estudados, e devido à importância de seu papel para a sociedade.

As poucas pesquisas empíricas sobre o assunto às quais o pesquisador teve acesso datam de 2001 e foram realizadas pelo Iparde, pelo Ibase (2001) e pelo IBGE (2000). Trabalhos de avaliação foram realizadas também por Abranovay 2001, Leitão et al. (2003), Schneider et al. (2004), Souza (2008). Todas estas pesquisas e trabalhos trataram dos conselhos rurais formados para o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), da linha de infraestrutura e serviços. Estas pesquisas evidenciam que os conselhos rurais estudados iniciaram suas atividades no Paraná em 1996 e 1997, abrangendo 57 municípios. Seus dados propiciaram análises de diversos autores e embasaram os treinamentos formais dos CMDRSs que vieram a ser constituídos ou que evoluíram dos conselhos já existente dos programas de Estado, Paraná Rural e Paraná 12 meses.

Os conselhos rurais, antecessores dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), iniciaram atuando no apoio à execução das ações do Programa de Manejo Integrado de Solos e Águas do Paraná – PMISA, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Agricultura em 1983, mais tarde, de 1989 a 1996, atuaram com o mesmo enfoque no Programa Paraná Rural, o qual, na sequência, deu origem ao programa que foi denominado de Paraná 12 Meses, em 1998, findado em 2005, cujas normas e forma de atuar são semelhantes às dos conselhos rurais atuais, ora estudados (CMSRSs).

Este último programa passou a exigir a formação de conselhos em todos os municípios do Paraná, os quais eram comumente chamados de Conselhos do Paraná 12 meses. Neste período a Unidade de Gerenciamento do projeto atribuía à Emater o papel de formar atores locais (técnicos, produtores, empresas, representante do poder público municipal e estadual, todos, membros do conselho), o que originou um projeto de formação de conselheiros em todo o Estado, para que de fato assumissem seu papel, e foi o que se deu, inclusive com iniciativas de ampliação de sua atuação. Nessa época já foram denominados, em muitas localidades, de Conselhos de Desenvolvimento Rural.

Nesse sentido, a criação em 1996 e a implantação em 1997, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, que exigia a formação e participação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), contribuiu para a formação dos conselhos rurais (ABRAMOVAY, 2001), visto que seu formato, conteúdo, metodologia, formas de atuar e experiências foram incorporados e/ou aperfeiçoados pelos demais conselhos rurais existente no Estado, obviamente também na região estudada, a da AMUSEP.

Nesse período, no caso da área de abrangência da AMUSEP, foram constatadas diversas iniciativas complementares destinadas a fortalecer a organização desses conselhos, entre elas o treinamento continuado, encontros e seminários. Nessas oportunidades foram treinados lideranças e conselheiros rurais para atuar nos fóruns de desenvolvimento municipal, resultantes de um projeto de desenvolvimento da região da AMUSEP- (2003) denominado de PRO-AMUSEP, cujo objetivo era buscar o desenvolvimento rural sustentável dos municípios.

Esta iniciativa organizou um processo de formação especial de estímulo à troca de informações e experiências entre os atores locais no qual se inseriam os representantes formais desses conselhos rurais e lideranças com potencial para assumir alguma representação política ou de membros de conselhos. Além disso, o PRÓ-AMUSEP ajudava estes atores a elaborar, juntamente com as lideranças regionais, as diretrizes para o desenvolvimento de suas comunidades. Como visto, um dos objetivos voltados ao desenvolvimento rural da região da AMUSEP foi a inclusão e capacitação dos conselheiros rurais para que pudessem assumir seu papel nos conselhos rurais, participar das políticas públicas rurais no sentido de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável de suas comunidades. Reforça-se que estes conselhos rurais são necessários em todos os municípios cuja base econômica seja rural. Não obstante, questiona-se se estes

treinamentos continuados e experiências acumuladas nos 23 anos de atuação desses conselhos rurais trouxeram algum diferencial na sua atuação, especialmente no planejamento municipal, no desenvolvimento rural sustentável e na execução, avaliação e/ou fiscalização das políticas públicas rurais. Neste contexto, no presente trabalho pretende- discutir e analisar a atuação dos conselhos de desenvolvimento rural sustentável (CMDRSs) da área de abrangência dos trinta municípios que compõem a Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense – AMUSEP.

A importância destes conselhos gestores pode ser observada em Abramovay (2001. p. 2), quando diz que de acordo com o IBGE (2000) , existiam 27.000 conselhos em todo o país, ou seja, 4,9 conselhos por município, número maior que o de vereadores. Esse alto número se deve à importância destes conselhos gestores, e certamente aumentou, pois uma pesquisa do IBGE (2009) constatou que 97,3% dos municípios possuíam conselho de saúde, 79,1% possuíam conselho de educação e ainda ampliaram e/ou criaram novos conselhos. Isto se observa, por exemplo, em relação ao conselho de crianças e adolescentes, que em 2000 estava presente em 71% dos municípios e em 2009 chegou a 91,4%. O mesmo se verificou em relação ao conselho tutelar: no mesmo período, o percentual dos municípios que tinham esse conselho passou de 55% para 98,3%. O conselho de assistência social chegou, em 2009, a 99,3% dos municípios, e um dos conselhos mais recentes, o do meio ambiente, já se fazia presente em mais da metade (56,3%) dos municípios. Já os conselhos de desenvolvimento rural sustentável estavam presentes em um quinto dos municípios e não foram identificados pelo IBGE (ABRAMOVAY, 2001).

Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa consiste em elaborar um amplo diagnóstico dos conselhos rurais desde seu surgimento, (1983) até o ano em curso (2012), bem como identificar a forma de atuação dos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável (CMDRS), como estão estruturados, suas formas de atuação, qual a contribuição na implementação das políticas públicas e se tem cumprido o seu papel, qual tem sido a sua contribuição para o desenvolvimento rural municipal e regional, e ainda qual o impacto, o resultado efetivo dos conselhos na política rural e, finalmente, levantar possíveis entraves na atuação destes conselhos.

Têm-se como objetivos específicos:

- Diagnosticar o nível de exigência para participação civil e controle social constantes das Leis, programas e projetos da área rural trabalhados no Estado do Paraná;
- Verificar o grau de institucionalização dos CMDRSs e as características de seu funcionamento;
 - Identificar sua composição, a representatividade e a dinâmica participativa;
- Analisar o nível de envolvimento dos CMDRSs com seu “entorno” (social e estatal);
- Analisar como se dá a dinâmica decisória;
- Identificar e analisar quais são os resultados que os CMDRSs produzem em termos de política pública e quais as dificuldades que têm encontrado para cumprir com seus objetivos;
- Analisar o que justifica a ausência de CMDRS em alguns municípios;
- Fazer uma análise comparativa dos CMDRSs num recorte de 10 anos.

Procedimentos da Pesquisa

Para a análise da atuação dos conselhos rurais na região da AMUSEP contou-se com um estudo documental dos conselhos já constituídos. Para isso foram analisados todos os regimentos e todas as leis e decretos de constituição dos conselhos que estão em vigência, como forma de analisar seus níveis de organização, sua estrutura e seu caráter e verificar se estão atualizados. Também utilizou-se as duas últimas atas de reuniões de todos os conselhos rurais, com o objetivo de analisar os intervalos entre as reuniões, as pautas destas, as atualizações, deliberações e resultados. Contou-se ainda com o resultado de uma pesquisa feita por meio da aplicação de uma entrevista com questionário estruturado aos trinta técnicos da extensão rural oficial (EMATER) dos municípios da AMUSEP, aos trinta prefeitos e a todos os dezesseis presidentes dos conselhos rurais formalizados (abrangência da AMUSEP), somando-se 76 entrevistas. (o questionário e a tabulação dos dados encontram-se nos anexos). Por fim para subsidiar com algumas informações sobre os conselhos rurais, especialmente sobre o histórico dos conselhos, procedeu-se a uma entrevista com o coordenador estadual e responsável pelos programas Paraná Rural e Paraná 12 Meses, o que se justifica por ter sido no período do

desenvolvimento destes programas que surgiram os conselhos rurais. Todas estas pesquisas ocorreram de maio de 2011 a março de 2012.

As entrevistas com aplicação do questionário foram assim diferenciadas: as feitas com os técnicos da Extensão oficial envolvidos nos municípios com conselhos formalizados, que somaram dezesseis e tinham como objetivo levantar informações, impressões e dados documentais; e aquelas que foram feitas com os quatorze técnicos dos municípios sem conselho rural formalizado, cujo objetivo era saber qual a rotina e como se dava o trabalho sem o conselho rural.

A entrevista com todos os prefeitos se justifica por ser o Poder Executivo fator determinante para a existência ou não dos conselhos, bem como para sua atuação, já que as ações devem ser integradas entre o poder público, o conselho, as lideranças e a extensão rural. Por estas razões foram aplicados dois questionários distintos: um para os que possuem conselhos, buscando as formas de atuação e um para os que não o possuem, a fim de diagnosticar as razões da não formalização dos conselhos.

Na estrutura do trabalho constam, além da introdução, os capítulos I, II, III e IV. O Capítulo I apresenta o referencial teórico e os conceitos, abrangendo os tópicos mais relevantes relacionados aos conselhos gestores de forma geral e o conceito de desenvolvimento; e para contextualizar a questão referente à origem dos conselhos gestores no Brasil, o Capítulo II trata da política rural e a importância do campo para a sociedade e para Brasil, através dos números da produção e sua relação com a agricultura familiar. Trata também do conceito oficial de agricultura familiar e mostra os pontos da Constituição brasileira que fazem referências à participação civil nas políticas públicas, especialmente, naquelas ligadas ao setor rural, bem como da Lei 258/12, que regulamenta o planejamento por territórios e o repasse de recursos para o Plano de Desenvolvimento do Brasil Rural, destacando como se dá a participação civil nesta política. O Capítulo III traz as políticas rurais trabalhadas no Paraná e as suas exigências quanto à participação dos conselhos gestores rurais no controle social dos programas ou projetos. Aborda também a atuação das redes políticas no Brasil e sua influência nas políticas rurais, bem como o histórico dos conselhos no Paraná e na região estudada, a AMUSEP, com dados de avaliações e fatores que afetaram o desenvolvimento destes conselhos rurais ao longo de sua história. O **Capítulo IV** mostra o resultado da pesquisa, com dados socioeconômicos da região estudada (AMUSEP), o grau de institucionalização e características de funcionamento dos conselhos rurais (CMDRSs), sua composição, representatividade e

dinâmica participativa, como se dá seu envolvimento com seu entorno, sua dinâmica decisória, os resultados e dificuldades para cumprir seus objetivos e o que justifica a ausência de conselhos em alguns municípios. Apresenta ainda um quadro comparativo da atuação dos conselhos rurais (CMDRSs) entre os anos de 2001 e 2011/12, com o objetivo de medir a possível evolução na atuação destes num espaço de dez anos.

Por fim, nas considerações finais, retomamos os principais resultados da pesquisa e sugerimos alguns caminhos que podem contribuir com o funcionamento dos CMDRSs.

1. CONSELHOS GESTORES - CONCEITO E REFERENCIAL TEÓRICO

A década de 90 se caracterizou por um movimento intenso de atores e forças sociais na busca de novos formatos e desenhos de políticas. Ao mesmo tempo, viu-se um agravamento dos problemas sociais e a crise do setor público, mas também se constatou uma crescente demanda dos setores sociais pelo controle do Estado e de suas políticas públicas (TATAGIBA, 2002).

Quanto às políticas públicas, questionava-se o centralismo do Estado, autoritário e excludente, bem como sua capacidade de responder às demandas sociais. Esperava-se, assim, por meio do estímulo à participação cidadã nos espaços institucionais, que seria possível reverter o padrão de planejamento e execução das políticas públicas no Brasil. Isto se daria principalmente pela participação, que provocaria um tensionamento nas agências estatais, tornando-as mais transparentes, mais responsáveis e suscetíveis de controle por parte da sociedade.

Uma das formas de participação cidadã seria a formação dos conselhos gestores, que são definidos como um corpo coletivo, uma instância de poder que funciona como instrumento de participação do cidadão nas decisões das políticas públicas. Seus interesses são coletivos e estão acima dos interesses individuais. Desta forma, eles atendem aos objetivos com os quais foram criados e se tornam o instrumento mais próximo do cidadão, podendo interferir na realidade local e no seu desenvolvimento.

Com a formalização destes conselhos gestores, a partir da Constituição de 1988, e com novas formas de participação cidadã, um novo ideário democrático e participativo tornou mais permeáveis as relações entre o Estado e a sociedade (Carvalho, 2008, p. 10). A atitude dos setores democrático-populares, predominantemente reativa, antagônica e contestadora da legitimidade do Estado na gestão da sociedade, dá lugar a uma postura mais propositiva. A reivindicação de participação popular, formulada pelos movimentos sociais, torna-se reivindicação de participação da gestão pela sociedade.

Assim se nota, após a Constituição de 1988, uma apropriação e generalização, por parte do Estado e dos partidos no poder, das propostas de gestão participativa e de controle social formuladas pela sociedade e pelos parlamentares, no processo constituinte e no reordenamento jurídico que o seguiu. Em consequência, têm-se uma grande oferta de canais institucionais de participação, principalmente conselhos vinculados ao repasse de verbas federais aos municípios. (CARVALHO, 2008)

Embora as políticas de descentralização sejam um princípio sempre defendido pelos setores democrático-populares, pois favorecem o controle social nos espaços locais, Carvalho (2008) evidencia que esse processo pode representar apenas esforços de economia de recursos, pela transferência de responsabilidades federais aos estados e municípios, responsabilidades que geram o “encolhimento” das políticas sociais. Assim, no Brasil, isso se tem reduzido a políticas compensatórias, com vistas àqueles que não têm acesso aos serviços privados. Este tipo de descentralização foi denominado por “prefeiturização”, uma vez que é acompanhado apenas pela descentralização de recursos, mas não pela descentralização de poder e de controle. Neste mesmo raciocínio, vale a pena ver o que escreveram Corrêa et al., (2009):

Vale observar que a Constituição de 1988 estava em consonância com diretrizes do Banco Mundial traçadas durante os anos de 1970-1980, tal orientação fundamentava-se no Teorema da Descentralização de Oates (1972) defensor da oferta de serviços públicos de acordo com o menor nível de jurisdição governamental possível, a fim de se obter maior eficiência e controle sobre os gastos públicos nesta jurisdição. (CORRÊA e GODOY, 2009, p. 17)

Cabe citar ainda a visão de Teixeira e Tatagiba (2009), que não contradizem os autores anteriores, mas fazem uma análise da realidade importante para a compreensão da situação em que hoje se encontram os conselhos, os quais têm como pressuposto a busca do desenvolvimento sustentável e da participação civil nas políticas públicas. Dizem as autoras que desde os anos 90 houve uma expansão sem precedentes da participação institucionalizada, que vem alterando os padrões tradicionais de formulação e implementação das políticas públicas, embora a intensidade e a direção das mudanças estejam longe das expectativas que motivaram sua criação. No caso específico dos conselhos gestores, a bibliografia, por via de regra, sugere que essa nova institucionalidade tem ocupado um lugar ainda marginal no processo decisório, e é comum nas conclusões de estudos a afirmação de que os conselhos não deliberam e questionamentos sobre a validade da luta dentro das instituições. O trabalho de Teixeira e Tatagiba (2009) propõe uma nova vertente desta “fotografia”, sugerindo que a chave para a compreensão destes fatos está na sua interpretação. As autoras também alertam para o fato de se esperar das instâncias participativas mais do que elas podem oferecer. Para esta leitura e clareamento, apresentam uma metodologia que sai do trivial – delibera x não delibera - e buscam compreender as formas de incidência dos conselhos na política pública. Também partem do pressuposto de que o nível de incidência dos conselhos varia nas diferentes fases da política: alguns atuam

mais fortemente na fase de implantação, outros na fase de execução, e assim cada um busca a seu modo a forma de participar. Como exemplos e objetos de estudo, apresentam-se o Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA, que atuam mais na fase de implementação da política, principalmente por meio da fiscalização das entidades executoras, e buscam influenciar de forma mais efetiva a política de convênios. Assim, por vezes, estes conselhos se colocam em rota de colisão com algumas entidades da rede socioassistencial. Dados apontam que estes conselhos pouco têm influenciado na fase de planejamento da política, embora isto seja seu dever legal.

Já no Conselho da Saúde – CMS a maioria das resoluções são do tipo “posicionamento, recomendação e repúdio”, o que denota forte incidência no controle e fiscalização das ações do governo. O tema *qualidade no atendimento* é corrente nas agendas deste conselho.

O Conselho Municipal de Habitação – CMH parece ter-se voltado mais ao planejamento das políticas, e as mudanças eventualmente observadas no número de resoluções do conselho não significaram mudanças na sua forma de atuar, e sim, nas suas políticas e no remanejamento de recursos por parte dos governantes.

Ficou claro que os conselhos analisados atuam com intensidades e formas diferentes e obtêm resultados também diferentes. Para explicar estas diferenças (níveis de variação), as autoras propõem uma hipótese com três variáveis: 1 - natureza da política pública, 2 - identidade política e, 3 - atores, dinâmicas e processos.

Quanto à natureza da política pública, as autoras observam que o nível de incidência de determinado conselho está relacionado com as características da política setorial à qual ele está vinculado e que os conselhos não conseguem se dissociar das limitações estruturais da política pública à qual se vinculam. Isso significa que as determinações/conformações da política “ditam” ou, no mínimo, influenciam a forma de atuar dos conselhos e o raio de ação destes, conformando a natureza e a intensidade do controle social realizado. Desta forma, os espaços participativos em nível municipal dependem muito do papel do município naquela política e do tipo de descentralização existente e exigido pelas normas. Isto deixa tanto os conselhos como o gestor local sujeitos a diferentes níveis de responsabilidade, em decorrência de arranjos do tipo maior ou menor descentralização e de mais ou menos recursos, e sujeitos também a papéis já definidos pelos detentores da política e dos recursos, os quais, via de regra, são o governo federal e

os governos estaduais. Isto se dá de forma diferenciada para cada área, como a da saúde, a da assistência social, a da criança e, etc. As autoras observam que nesta perspectiva o que parecia ser uma distorção do processo participativo, quando o conselho não participava das decisões da política, pode ser lido em outra perspectiva, como a atual divisão das funções entre o governo e os conselhos.

A identidade política é outro pressuposto para explicar a natureza e as diferenças de intensidade da incidência dos conselhos sobre as políticas públicas. Por identidade política as autoras entendem

a combinação de aspectos estruturais e conjunturais que permitem a um determinado conselho – ao longo do tempo e em relação/competição com outras instituições que compõem o campo da política - definir o seu papel e o seu lugar no diversificado e complexo campo de produção das políticas públicas. (TEIXEIRA e TATAGIBA, 2009, p.12).

Como forma de identidade, as autoras consideram a combinação de dois indicadores: de um lado o desenho institucional, que são os pré-requisitos para sua constituição, a saber, as leis, os regimentos, as regras, a natureza, as formas e ritos de atuação (sua identidade); e do outro, o contexto de origem, pois, segundo as autoras, o desenho institucional de determinado conselho está fortemente relacionado ao seu contexto de origem local e nacional. Esse desenho institucional de um conselho é resultante das negociações possíveis entre atores investidos de orientações e recursos diferentes, as quais podem refletir-se nas formas de atuação, e a herança simbólica do seu surgimento, a exemplo dos conselhos criados por reivindicações de movimentos sociais, etc., numa dada conjuntura que pode ser mais ou menos favorável à ampliação legal das margens de poder e incidência desses conselhos.

Conforme as autoras, a terceira variável (atores, dinâmicas e processos) que influencia o nível de incidência do conselho está relacionada com o perfil dos atores e a dinâmica da interação entre eles em cada conjuntura específica. Ao longo da trajetória de cada conselho, distintos atores se revezam naquele espaço, deixando sua marca, e as dinâmicas existentes nos conselhos dependem dos atores presentes nestes espaços. Neste ponto, dois aspectos são fundamentais: o grau de comprometimento dos sujeitos na participação efetiva do conselho e a aposta no projeto e na importância dessa participação para a qualidade da política pública.

As autoras levantam também as hipóteses de que a orientação política dos atores pode ser uma variável importante para a construção de determinados resultados dos

conselhos e de que os governos historicamente comprometidos com a participação popular tendem a conferir maior importância e poder às instâncias participativas. Igualmente membros dos conselheiros representantes de redes de movimentos tendem a ter nos conselhos uma atuação mais voltada aos debates sobre políticas públicas.

Por fim, há um questionamento das autoras a respeito dos conselhos que pode contribuir para a reflexão e expectativas sobre os conselhos hoje constituídos:

É realista supor que um colegiado composto em sua boa parte por leigos, que atuam sob a base do revezamento (o que significa que não há a expectativa de que se tornem especialistas), e que se encontram com uma periodicidade muito inferior ao ritmo no qual os problemas são gerados, possam dar conta de decidir, acompanhar e fiscalizar os macro e micro processos relacionados a construção das políticas? (TEIXEIRA e TATAGIBA, 2009, p.17).

Nesta mesma linha de raciocínio, a da importância da leitura sobre os conselhos, Lüchmann (2011) considera o desenho institucional do conselho e seu formato fatores determinantes para que o conselho exerça com sucesso a democracia deliberativa, aquela pautada no debate público, plural e autônomo. Alguns dos limitadores deste sucesso estão nas regras, nos espaços e atores que compõem este modelo.

Lüchmann (2011) alerta sobre a necessidade de cautela quanto às promessas e expectativas relativas à participação da sociedade civil nas políticas públicas, pois a simples participação da sociedade civil não garante o aprofundamento da democracia. A autora cita ainda que é preciso qualificar esta participação e reformular mecanismos de decisão. Alerta também para os fatores impeditivos desse processo participativo, que são complexos e envolvem questões políticas, econômicas, sociais, culturais e uma sociedade assentada sobre os pilares do clientelismo, do autoritarismo e das desigualdades sociais.

Em nível local, alguns trabalhos demonstram deficiências nas esferas estatal e civil. Constata-se uma cultura autoritária na área do governo, falta de qualificação tanto governamental como civil, vetos governamentais e obstruções às resoluções, carências de informações, falta de recursos e autonomia, conflitos de interesses no campo civil, precária articulação com as bases e amarras burocráticas. Dessa forma, as experiências em conselho têm apresentado muitas dificuldades em se constituírem como exemplos de democracia deliberativa.

Nas palavras da autora, a democracia participativa é

[...] considerada aqui como um modelo ou ideal de justificação do exercício do poder político pautado no debate público entre cidadãos livres e em condições iguais de participação. Neste modelo, a legitimidade das decisões políticas advém de processos de discussão que, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e da justiça social, conferem um reordenamento na lógica de poder político tradicional. (LÜCHMANN, 2002, p.02).

A autora evidencia alguns elementos que podem ser apontados como centrais no processo de implementações de instituições participativas, dos quais não divergem Teixeira e Tatagiba (2009), quais sejam: a vontade e o comprometimento político do governo, a tradição associativa local e a dinâmica institucional resultante das articulações entre o Estado e a sociedade.

Lüchmann conclui que, apesar da importância desses espaços como mecanismos de publicização do Estado e de ativação da cidadania,

(...) há que se reavaliar (entre outros) seu formato institucional. Os problemas referentes à desarticulação entre representantes/representados, as desigualdades de saber e poder, os deslocamentos do poder de decisão para outras instâncias governamentais, a fragmentação e o localismo das ações e resoluções conferem um importante grau de generalidade, indicando a necessidade de se repensar este modelo institucional. (LÜCHMANN, 2011, p. 21).

1. 1 Os conselhos gestores e o desenvolvimento

É necessário, no escopo deste trabalho, definir o que se entende por desenvolvimento, que é o objetivo das políticas públicas e dos conselhos gestores.

É possível encontrar uma infinidade de conceitos para o termo, que, em suma, apontam a sociedade como sujeito do desenvolvimento, que só ocorre quando o homem tem autonomia e acesso ao conhecimento e às informações que vão lhe dar condições de participar efetivamente deste processo.

O conceito de desenvolvimento vem agregar aos conselhos conteúdos e responsabilidade que também foi incorporados aos seus objetivos, especialmente no tocante aos conselhos rurais, como pode ser observado nas palavras de Veiga (2005) ao afirmar que foram as Nações Unidas que lançaram o conceito de desenvolvimento sustentável como desenvolvimento com preservação, o qual foi consagrado na Conferência Rio 92.

Também as Nações Unidas lançaram em 1990 o “Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD”, o qual divulgou vários relatórios sobre desenvolvimento humano. Na sequência, a ONU definiu o desenvolvimento em função do “alargamento das escolhas das pessoas”.

Para Sen (2000), desenvolvimento consiste em ampliar as liberdades das pessoas de escolher uma vida que se tem razão para valorizar. Em resumo, este autor entendia que o desenvolvimento é das pessoas, e se estas se desenvolvem, o entorno também se desenvolve.

Em outras palavras, mas com o mesmo significado, esse conceito aparece nos trabalhos de treinamentos e aperfeiçoamento realizados com conselhos gestores rurais ocorridos em todos os municípios da AMUSEP. Percebe-se que o conceito de desenvolvimento é semelhante em todas as respostas, quando os conselheiros em treinamento são indagados acerca do seu papel, quais sejam: “Melhoria nas condições de renda”; “Melhoria na qualidade de vida”; “Geração de níveis crescentes de independência”; “Articulação dos seres humanos entre si, com a natureza e com a tecnologia”; “Equidade” e outros.

Dentro desta busca do desenvolvimento e participação civil, o instrumento mais apropriado e definido por lei em muitas políticas e respaldado pela Constituição do Brasil de 1988 são os conselhos gestores. A respeito disto Carvalho (2008, p.11) alerta para a possibilidade de os conselhos gestores ratificarem políticas municipais supostamente democráticas, bem como possibilitar repasses de recursos supostamente submetidos a um controle social, dando “[...] certa ‘moralização’ para a política. A eliminação dos mecanismos fisiológicos e corruptos tem sido mesmo exigências dos bancos multilaterais de desenvolvimento, como garantia de ‘eficácia’ e de eliminação de mecanismos de ‘fuga de recursos’ ligados a critérios da velha política clientelista, substituindo-os por uma racionalidade capitalista moderna.”

A idéia defendida por Carvalho (2004) reforça que o desenvolvimento por meio das políticas públicas passa pelos conselhos municipais atuantes, os quais têm papel preponderante na mudança e na inclusão social.

Abramovay (2001), por sua vez, ressalta a importância da contribuição dos Conselhos Rurais:

(...) os conselheiros podem ser mal informados, pouco representativos, indicados pelos que controlam a vida social da organização ou localidade em questão, mal preparados para o exercício de suas funções ou, o que

parece tão frequente, uma mistura de cada um destes elementos. Mas o simples fato de existirem conselhos abre o caminho para que se amplie o círculo social em que se operam as discussões sobre o uso dos recursos públicos. (ABRAMOVAY, 2001, p.1).

O autor defende ainda que para o conselho representar um avanço com relação ao monopólio do uso dos recursos públicos por parte dos políticos profissionais é necessário que ele esteja aberto à mais ampla participação pública.

Nesse sentido, para Abramovay (2001), uma das formas de participação seria criar oportunidade para as mais variadas formas de participação pública. Assim, o conselho estaria não só garantindo ampla difusão da pauta, mas também estimulando que os temas a serem tratados sejam previamente discutidos pela população em seus locais de moradia e em suas organizações informais (linhas, capelas, bairros, comunidades). Certamente este processo contribuiria de forma decisiva para alterar as regras do jogo e fazer das organizações fontes de mudanças sociais e de desenvolvimento.

Quem comunga desses conceitos é Sen (2000), para o qual o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência dos estados repressivos. Acredita-se que esses conceitos fundamentam a importância dos conselhos na formulação, implementação e fiscalização das políticas públicas, enquanto representantes dos cidadãos e de seus interesses, com vistas ao desenvolvimento sustentável.

Como a expressão *desenvolvimento sustentável* é a tônica deste trabalho e das atividades dos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável, torna-se coerente expor algumas citações sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, inclusive com base em teorias econômicas, de forma a indicar de que tipo de desenvolvimento trata o presente trabalho. Para tanto, vale destacar as informações do trabalho apresentado na XXIX Semana do Economista da UEM por Corrêa e Godoy (2009). Os autores elencam as diversas teorias econômicas, mas destaca-se nesta pesquisa a discussão sobre desenvolvimento sustentável. Os referidos autores lembram que na década de 1970, período caracterizado pela aceleração tecnológica por conta da informática e pela crise energética, preocupações com a destruição do meio ambiente, com poluição e com superpopulação tornaram-se cada vez mais presentes nos debates teórico-econômicos.

Conforme Corrêa e Godoy (2009), teria sido o economista indiano Amartya Sen quem identificou uma nova postura econômica que surgiu em cena nos debates econômicos. O indiano estabelece uma avaliação crítica do comportamento individual baseado no egoísmo, característico de vários conceitos de desenvolvimento. Assim, na versão dos autores, o economista indiano considera que um indivíduo é capaz de fazer escolhas visando primeiramente ao bem-estar da sociedade onde vive, em detrimento, inclusive, de uma alternativa que individualmente lhe seja mais vantajosa. Esta concepção é diferente daquelas das demais teorias econômicas, que previam a autorregulação e o crescimento econômico do mercado para depois se pensar em distribuir ou segundo as quais a tecnologia seria capaz de resolver os problemas ambientais, ou ainda que o valor dos bens e serviços estaria na sua utilidade, entre outros. Observa-se o diferencial no pensamento de Sen:

Sen defende a existência de um novo “homem econômico”, mais altruísta e menos egoísta, capaz de preocupar-se com o futuro das gerações que lhe sucederão, mesmo que tal futuro implique em renúncias no presente. (SEN, 1999 apud CORRÊA e GODOY, 2009 p. 12).

Esse seria o princípio básico que norteia a origem e o conceito de desenvolvimento sustentável, segundo Corrêa e Godoy (2009); Estes autores afirmam que existem muitas indagações, controvérsias, e conceitos diversos sobre esse tema, porém o conceito mundialmente consagrado é o divulgado pelo relatório de Brundtland (1987), segundo o qual “Desenvolvimento Sustentável é aquele capaz de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias”.

Corrêa e Godoy (2009) afirmam que o conceito de desenvolvimento sustentável ainda não está totalmente definido, daí a dificuldade de se estabelecer um conjunto de preceitos articulados e coerentes que possam explicar o que venha a significar essa expressão. Neste sentido, os autores apresentam os principais modelos teóricos que são estudados e debatidos na atualidade, a saber:

Economia Ambiental Marxista. Enfatiza a contradição existente entre desenvolvimento econômico e proteção ao meio ambiente, segundo esta teoria é impossível haver desenvolvimento sustentável dentro do sistema capitalista, pois este, em sua dinâmica de busca da acumulação de capital e do lucro, impede as ações necessárias para se concretizar o paradigma da sustentabilidade ambiental, comumente associado a 3 dimensões básicas: progresso social, eficiência econômica e proteção ambiental. (PHILIPPI, 2005 apud CORRÊA e GODOY, 2009, p.13).

Economia Ambiental Neoclássica. A interpretação de Desenvolvimento Sustentável para a economia neoclássica apresenta uma visão muito diferente do pensamento marxista visto que considera o sistema econômico capaz de absorver a variável ambiental. Estes economistas consideram as restrições quanto a disponibilidade de recursos naturais não renováveis, e a capacidade de assimilação dos ecossistemas, podem ser superadas por avanços científicos e tecnológicos... (BOTELHO, 2007 apud CORREA e GODOY, 2009, p.14).

Economia Ecológica. Trata-se da terceira corrente de pensamento econômico dedicada ao estudo do Desenvolvimento Sustentável. Tal corrente reconhece os limites de exploração da natureza, bem como a impossibilidade de valoração monetária para os produtos obtidos desta, p. ex.: melhor qualidade da água e do ar que se respira, a destruição de habitats de espécies ameaçadas de extinção. (PHILIPPI, 2005 apud CORREA e GODOY, 2009, p.14).

Corrêa e Godoy (2009) citam ainda o pesquisador Ignacy Sachs (1993), pioneiro no estudo do desenvolvimento social, que propõe o uso de cinco dimensões para se planejar o desenvolvimento em direção à sustentabilidade, a saber, a dimensão ecológica, a espacial, a social, a cultural e a econômica.

A sustentabilidade social objetiva a redução das desigualdades, e para isto as ações devem ser direcionadas à criação de empregos, a melhores condições de trabalho, a maior equidade na distribuição da renda e outros aspectos sociais.

A sustentabilidade ecológica objetiva a preservação do meio ambiente com vista às gerações futuras, priorizando tecnologias que utilizem recursos renováveis.

A sustentabilidade espacial envolve tanto aspectos sociais quanto ambientais. O objetivo deve ser evitar a aglomeração e a favelização das cidades, fixar o homem no campo para evitar o êxodo, e no tocante ao trabalho rural, fazer um uso racional do solo.

A sustentabilidade cultural busca a superação de conflitos culturais, o que requer o respeito à formação cultural comunitária de modo a não se descaracterizar à medida que as sociedades se desenvolvem.

A sustentabilidade econômica requer que os recursos sejam usados de forma racional e eficiente e que se façam parcerias entre o setor público e privado com gestão racional e distribuição da riqueza sem destruir a natureza.

Por sua vez, Guimarães (2003, apud CORRÊA e GODOY 2009, p. 15) sugere a inclusão da dimensão política, pois, em sua concepção, a sustentabilidade política estaria relacionada com a consolidação da cidadania plena dos indivíduos por meio do

fortalecimento dos mecanismos democráticos de formulação e implementação das políticas públicas.

1.2 A origem dos conselhos

No Brasil, segundo Teixeira (2000), os conselhos têm origem nos movimentos sociais no formato de “conselho popular”, como o movimento pela saúde da cidade de São Paulo, cujos membros eram eleitos pela população e que posteriormente foi reconhecido pela Secretaria Estadual de Saúde; ou a estratégia de luta operária nas fábricas, as “comissões de fábrica”, alternativa à inércia dos sindicatos. Estas experiências ocorreram em diversas cidades do país, e segundo o autor, foram absorvidas pelo debate constituinte ocorrido entre 1985 e 1988.

Comunga desse mesmo pensamento Maria do Carmo A. A. Carvalho (2004). Segundo a autora, os conselhos nasceram da reivindicação dos movimentos sociais, e têm a capacidade de incorporar os movimentos sociais organizados, fortalecendo-se com este tecido social. Isto ocorre onde os movimentos têm maior consistência. Carvalho (2004) complementa que a democracia se concretiza com a participação cidadã, entretanto a participação democrática nas decisões e ações que definem os destinos da sociedade brasileira tem sido duramente conquistada por esta mesma sociedade, pois nosso Estado é tradicionalmente privatista, e mantém relações simbióticas e corporativas com grupos privilegiados. Ainda conforme a autora, nossa história é de autoritarismo, que começou com a colonização portuguesa continuou mesmo durante o Império com a escravidão de índios e negros e perdura até hoje, com a exclusão dos pobres. A história mostra ainda uma independência “concedida”, uma república “concedida”, sem a participação do cidadão, sem o envolvimento e luta das “massas”, que ficaram à margem do ocorrido, como se não fizessem parte deste país. A autora cita a expressão “vocês que são brancos que se entendam”, como referência da exclusão da massa da população nas decisões importantes da história do país - importantes mas não para os excluídos, que tinham outras necessidades. Cabe neste fato, no mínimo, a reflexão de como esta história interfere até hoje na nossa postura como cidadãos e na forma como participamos dos movimentos e das classes representativas, a exemplo dos conselhos. Estamos participando realmente do que nos interessa ou estamos fazendo papel figurativo e referendando algo “pro forma”?

A participação popular, segundo Carvalho (2004), sempre existiu, desde que existem grupos sociais excluídos que se manifestam e demandam ações ou políticas governamentais. Deste ponto de vista, mesmo os movimentos de rua, movimentos de moradores, de negros e outros reprimidos pela polícia são considerados movimentos sociais.

Maria do Carmo A. A. Carvalho traz um histórico da participação nas diversas fases e tipos de movimentos sociais no Brasil que parece ser útil à compreensão da origem dos movimentos e conselhos. Ela destaca que primeiro vieram as resistências dos indígenas e negros, com a Confederação dos Tamoios e os quilombos, depois, os movimentos camponeses “messiânicos”, como o de Canudos, as lutas abolicionistas e pela independência, as revoltas urbanas contra a carestia, as mobilizações de inquilinos, entre outras.

Depois advieram o movimento operário, de inspiração anarquista e socialista, e os movimentos urbanos, chamados hoje de movimentos sociais, os quais entre os anos 30 e 60 foram cooptados por partidos políticos, que buscaram instrumentalizá-los e submetê-los a seus interesses. Este movimento é conhecido como populismo, com relação clientelista, paternalista, de compadrio e de favor, e está fortemente enraizado na tradição do “coronelismo”, com mistura do público e privado. Carvalho (2004) defende que, talvez por isso, pode-se dizer que no Brasil nunca se constituiu um Estado “público claramente dissociado do privado”. Os anos 50 e 60 foram marcados por intensa mobilização social, expressa nos movimentos sindicais, nas ligas camponesas e numa ampla reivindicação de “reformas de base”, de cunho democrático, popular e nacionalista. Vieram depois a ditadura e o enfrentamento dos movimentos sociais, com prisões de lideranças, tortura, aniquilamento dos movimentos, luta armada, guerrilhas e o endurecimento das forças repressoras do poder constituído. Nos anos 70 tivemos o Estado burocrático-autoritário, que consolidou a ditadura, fechando todos os canais de interlocução.

Nos anos 70 a 80 surgiram os novos movimentos sociais, principalmente sob a influência da Igreja Católica, com a Teologia da Libertação. Segundo Ana Maria Doimo (1995 Apud CARVALHO, 2004), as conferências episcopais de Medellin e Puebla tiveram importância vital nos movimentos, pois deixaram uma visão de desenvolvimento assentado na ação do Estado para pensá-lo centrado na participação do povo como sujeito das conquistas. Carvalho (2004) defende ainda que nos anos 70 se ampliou uma cultura democrática, e os movimentos sociais, juntamente com outros movimentos, foram

“arrombando as portas da ditadura”, de modo que o Estado brasileiro, lentamente, foi se tornando permeável à participação de novos atores sociais.

Nos anos 80 tem-se o processo constituinte, que culminou em outubro de 1988 com a promulgação da Constituição “cidadã”, a qual prevê a participação direta dos cidadãos, através dos conselhos ou de outros canais institucionais. Desta forma, segundo a autora, participar da gestão dos interesses coletivos passa a significar também participar do governo e da sociedade, disputar espaço no Estado, participar nos espaços de definição das políticas públicas, construir espaços públicos não estatais, afirmando a importância do controle social sobre o Estado e da gestão participativa (Estado e sociedade). Este é o significado de participação social que se consolidou no Brasil nos anos 90.

2. A POLÍTICA RURAL E OS CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

2.1 O Brasil rural

A importância do meio rural para a coletividade é de domínio popular, mas sobre ele vale apontar os números do Censo Agropecuário do IBGE 2006, publicado em 2009. Esse censo identificou que no Brasil existem 5.175.489 estabelecimentos rurais, e destes, 4.367.902 (84%) são estabelecimentos da agricultura familiar, que ocupam 24,3% da área total brasileira e respondem por 38% da renda gerada no campo, empregando 12,3 milhões de pessoas ou 74,4% da mão de obra do campo. Isso significa que de cada dez empregos do campo sete são da agricultura familiar, que emprega 15,3 pessoas para cada 100 ha de terra. A agricultura familiar é considerada a responsável pela segurança alimentar dos brasileiros, produzindo 70% do feijão, 87% da mandioca, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e 21% do trigo consumido no país, principais insumos da cesta básica dos brasileiros.

Ainda segundo o IBGE (2012), somadas as produções da agricultura patronal e da agricultura familiar, o Brasil colheu em 2011, 159,9 milhões de toneladas e deverá colher em 2012, mesmo com queda de produção, 158,7 milhões de toneladas de grãos, números que compõem, com os demais segmentos da agricultura, a base de sustentação da economia e do crescimento por que vem passando o Brasil.

2.1.1 Agricultores familiares

O conceito de agricultura familiar, com base no estudo realizado no âmbito de um convênio de cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ficou definido a partir de três características centrais:

- a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento;
- b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família;
- c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. (INCRA/FAO, 1996, p.4).

A classificação e a delimitação formal do conceito de agricultor familiar de hoje foram previstas na Lei 11.326, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República em 24 de julho de 2006, e segundo essa lei,

[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural é aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família” (BRASIL, 2006). Tendo em conta o atendimento de tais requisitos, inclui ainda “[...] silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; [...] aquicultores que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; [...] extrativistas pescadores que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores” (BRASIL, 2006).

A importância e o envolvimento do espaço rural na sociedade brasileira e a importância e necessidade da participação da sociedade civil podem ser observados já na Constituição de 1988, e as principais políticas para a área rural reconhecem, priorizam e direcionam os recursos para a agricultura familiar, segmento em que incidem as maiores exigências de participação civil nas decisões e implementações dos programas e projetos que visam ao desenvolvimento do setor.

A importância do segmento rural e a necessidade de direcionar políticas para esse setor, assim como a necessidade da participação popular nestas políticas rurais, justificam-se ante a constatação de que esse segmento econômico responde por 38% do valor da produção nacional, ocupando um quarto da área, como se observa nos dados do censo do IBGE 2006. Outra justificativa está na notícia do jornal **O Estado de São Paulo** (12/09/2010), que traz um alerta do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que afirmam que na próxima década o mundo deverá viver uma nova onda de êxodo rural. Os governos deverão estar preparados, pois a previsão é de que trinta milhões de pessoas por ano deixem o campo em direção às cidades.

Este impacto sobre a economia será profundo, impondo desafios como a ampliação e adequação da infraestrutura urbana e a criação de empregos em grande escala, se não se quiser ver aumentar a pobreza. Os principais fatores que estariam levando

milhões de pessoas para as cidades são a falta crônica de acesso à terra, a queda de produtividade e de renda e problemas ambientais. Neste sentido, vale recapitular o texto da Constituição de 1988 que tratou do setor rural, ditou as normas para o espaço rural e indicou como caminho de desenvolvimento a participação obrigatória dos envolvidos nas decisões e políticas do segmento rural brasileiro. Com certeza, um dos instrumentos dessa participação são os conselhos gestores.

Da Constituição “cidadã”, constantemente citada por prever a participação popular, serão destacados os pontos relacionados.

2.2 A Constituição Federal e as referências à participação civil.

Muito citada por quem trabalha com conselhos gestores e com a participação civil nas políticas públicas, a Constituição Federativa do Brasil de 1988 estabelece no seu artigo 1º, parágrafo único: “Todo poder emana do povo, que o exerce indiretamente, através de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Desta forma, prevê como uma das formas de participação direta dos cidadãos os conselhos ou outros canais institucionais destinados à participação popular. Igualmente nos artigos abaixo a Constituição Cidadã se refere à participação e aos direitos e deveres dos cidadãos, inclusos os ligados ao setor rural.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 21. Compete à União:

- IX - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;
- VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

Para esclarecer os artigos da Constituição citados acima destaca-se o pronunciamento do Senador Antonio Carlos Valadares quando de sua justificativa para a aprovação da Lei 258/2010, que instituiu a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural

(PDBR) e dispôs sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR), obviamente subordinados à Constituição e referenciado pelos trabalhos de dez anos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF).

Assim se pronunciou o senador:

Deve haver uma política de Estado, e não só de governo e que é preciso que o Estado brasileiro, por intermédio da União, elabore e execute planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social, é assim que manda a Constituição Federal em seus artigos 3º, 21º inciso IX e art. 24º. (Texto justificativa da lei 258/10 do Senado Federal).

Estes artigos estão em consonância com a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural e vêm propor os princípios, objetivos e diretrizes para a elaboração desses planos, orientando a integração do diversificado mundo rural brasileiro como forma de redefinir o lugar estratégico a ser ocupado pelos espaços rurais na busca dos objetivos fundamentais da República:

É preciso superar a visão do rural como espaço residual do urbano e associado exclusivamente à produção agropecuária. A visão dicotômica entre o rural e o urbano concebe o meio rural como subsidiário, secundário e inferior em relação ao espaço urbano. Tanto é assim, que a noção comum de desenvolvimento é associada e até mesmo confundida com a ideia de urbanização (BRASIL, 2010, p 8).

Nesta linha de raciocínio, Veiga (1998) afirma que o desenvolvimento é um processo sistêmico, inexistindo uma clara separação entre desenvolvimento rural e desenvolvimento urbano, entre espaço rural e espaço urbano, entre economia rural e economia urbana e entre sociedade rural e sociedade urbana; mas a falta de autonomia não impede que um projeto de desenvolvimento rural possa ser um instrumento crucial da luta contra o viés urbano das políticas públicas, um instrumento que impulse a sociedade a revalorizar a vida rural e mostrar quanto as oportunidades da cidadania rural podem reduzir a degradação da cidade.

No tocante à efetiva exigência constitucional da participação popular no planejamento e execução das políticas públicas rurais, cita-se o artigo 187, CAPÍTULO III - DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA, da Constituição de 1988.

Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

I - os instrumentos creditícios e fiscais;

- II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;
- III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;
- IV - a assistência técnica e extensão rural;
- V - o seguro agrícola;
- VI - o cooperativismo;
- VII - a eletrificação rural e irrigação;
- VIII - a habitação para o trabalhador rural.

Também no CAPÍTULO VI - do Meio Ambiente é declarado que a participação civil é necessária, uma vez que é dever da coletividade a sua preservação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (CONSTITUIÇÃO 1988).

Entende-se que estes artigos da Constituição brasileira em vigor deixam clara a importância do setor rural para o país e a necessidade e obrigatoriedade da participação dos seus cidadãos. Igualmente a Constituição traz em diversos momentos a garantia de espaços para o exercício da cidadania em diversas outras áreas. Por exemplo, o artigo 194, em seu inciso VII – a seguridade social, assegura a participação popular. O texto traz expresso o “caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados”. (BRASIL, 1988 p. 40).

No artigo 204 , inciso II, quanto às políticas sociais, prevê a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.” (BRASIL, 1988 pg. 41). Desta forma, constata-se a participação popular em diversas áreas, o que pode justificar a denominação de Constituição Cidadã para a Constituição de 1988.

Retomando o quesito rural, a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR), elaborada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condraf e aprovada em 24 de fevereiro de 2010, afirma que o rural atual pretende ser diferente do rural de 1930, hoje obsoleto. Segundo o CONDRAF, os municípios e distritos eram considerados urbanos e o restante era rural.

Na visão do Condraf, para corrigir este “defeito” conceitual a PDBR adota uma concepção que percebe o rural a partir de três atributos que coexistem e se complementam. O primeiro atributo é que, enquanto espaços de produção econômica, as áreas rurais

tradicionalmente abrigavam as atividades agropecuárias, pesqueiras, florestais e extrativistas, enquanto hoje nessas mesmas áreas se desenvolvem também outras atividades econômicas (empreendimentos industriais, estabelecimentos comerciais, prestação de serviços, atividades de lazer, etc.) que passaram a fazer parte do mundo rural contemporâneo. A segunda atribuição do rural enfatiza sua condição enquanto um espaço de vida, de organização social e de produção cultural para as pessoas que nele residem bem como para outros segmentos sociais que buscam a tranquilidade típica do ambiente rural para viver. O terceiro atributo constitui um espaço privilegiado da relação do rural com a natureza, uma vez que as atividades nele realizadas incidem diretamente sobre os biomas, ecossistemas e recursos naturais. Esses conceitos e o modo de vida do rural implicam uma política de desenvolvimento que considera o planejamento em áreas com as mesmas características, as quais são denominadas de territórios.

Estes territórios são definidos pelo Condraf como espaços rurais, e estes espaços rurais, como um conjunto complexo de elementos profundamente interligados; são espaços onde a vida humana estabelece uma relação de interação com o patrimônio natural, em particular com a terra. Neles predominam relações de proximidade e vizinhança e a vida social é animada por grupos locais; neles também se produzem bens e serviços voltados à reprodução humana. Assim, o rural é um lugar onde as pessoas buscam ampliar sua cidadania, lutam pela afirmação de seus direitos, com respeito e justiça, povoam esses espaços e se opõem às práticas exploratórias.

Com base nessa visão e na busca do desenvolvimento do mundo rural, aqui entendido como hábitat da família rural e dos demais integrantes deste espaço, o Condraf, órgão deliberativo das políticas rurais, em 24 de fevereiro de 2010 aprovou uma visão de futuro, imaginária e pretensiosa, contida na proposta resumidamente chamada de “O Brasil Rural é um lugar de gente feliz...” (CONDRAF, 2010, p. 27).

Como explícito no documento do Condraf 2010, a realização dessa visão de futuro reproduzida acima beneficia toda a sociedade, uma vez que diz respeito à segurança alimentar e nutricional, ao fortalecimento do mercado interno, à exportação de produtos agropecuários, à preservação da biodiversidade, à reprodução do patrimônio cultural das populações rurais e à manutenção da diversidade territorial dos espaços rurais. A dinamização do Brasil Rural beneficia não só os segmentos sociais que trabalham e vivem dos resultados derivados de suas atividades agropecuárias, florestais e extrativistas, mas

também os segmentos urbanos dos municípios dinamizados economicamente pelas atividades produtivas praticadas em seus territórios.

A proposta da Política de Desenvolvimento Rural pressupõe a participação ativa do cidadão, por meio dos seminários e encontros realizados em todo o país, os quais embasaram a Lei 258/10, como pode ser vista a seguir.

2.3 Projeto de lei do Senado n.º 258, de 2010 e a participação civil através dos conselhos

A Lei 258/10 institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR). O projeto é pautado no resultado de dez anos de trabalho do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF, 2010).

Os debates e a elaboração dessa lei contaram com a participação de trinta mil pessoas em todas as esferas do Brasil Rural (municipal, estadual e nacional. Esse processo que durou dez anos - de 1998 a 2008 (Condraf 2010), culminou na realização da Conferência Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, em junho de 2008, cujos resultados embasaram a Lei 258/10, que norteia a aplicação das políticas para o setor rural, especialmente a forma do planejamento das políticas rurais, que a citada lei propõe ser feito por territórios, como segue:

Art. 1º Esta lei institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR), a fim de orientar a ação do poder público para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais do País e a realização da dignidade de todos.

Art. 2º Os territórios rurais são considerados, para os efeitos desta Lei, como espaços socialmente construídos, dinâmicos e mutáveis, onde se desenvolvem, simultaneamente, a produção agropecuária e não-agropecuária, as relações com a natureza e os modos de vida, de organização social e produção cultural.

§ 1º O território rural é a unidade de planejamento e execução das ações da PDBR e será criado e modificado pelo poder público a partir de agrupamentos municipais, segundo critérios sociais, culturais, geográficos e econômicos, compreendendo as áreas rurais e as urbanas de municípios onde predominem dinâmicas e relações de interação entre as atividades rurais e urbanas.

§ 2º Serão priorizados os territórios rurais que apresentem densidade populacional média abaixo de oitenta habitantes por quilômetro quadrado e, concomitantemente, população média municipal de até cinquenta mil habitantes, com base nos dados censitários mais recentes, considerando-se, ainda, os seguintes critérios:

I – menores índices de desenvolvimento humano;

- II – maior concentração de beneficiários de programas governamentais de transferência de renda;
- III – maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária;
- IV – maior concentração de populações tradicionais, quilombolas e indígenas;
- V – baixo dinamismo econômico;
- VI – convergência de programas de apoio ao desenvolvimento de distintos níveis de governo;
- VII – maior concentração de municípios com menores índices de desenvolvimento educacional.

A participação civil proposta nesta lei é observada no art. 10:

Art. 10 Poderão integrar a PDBR, como instâncias de planejamento, regulação, coordenação, articulação, deliberação, execução, fiscalização e monitoramento:

- I – o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), instituído pelo inciso VIII do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003;
- II – Conselhos estaduais, Distrital e municipais de desenvolvimento rural ou similares, quando existentes, no âmbito de suas atribuições;
- III – órgãos de execução de ações, planos e programas de desenvolvimento rural da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, quando existentes, no âmbito de suas atribuições;
- IV – as instâncias, foros, colegiados e instituições privadas dos espaços territoriais rurais.

§ 1º A participação social será assegurada em, no mínimo, dois terços da composição dos conselhos a que se referem os incisos I e II deste artigo.

Este trabalho de planejamento por territórios, previsto em lei no ano de 2010, encontra semelhanças já nos apontamentos do trabalho de Abramovay, que em 2000 preconizava o planejamento por territórios, e em 2001 sugere que os

[...] Planos de Desenvolvimento Rural não sejam concebidos na esfera estrita de um município, mas, insiram-se num horizonte estratégico de caráter regional. Além disso, é fundamental que a escolha dos municípios beneficiados com recursos públicos tenha por base não apenas critérios quantitativos em que se privilegiam as localidades menores e mais pobres, mas também critérios qualitativos nos quais a consistência dos projetos e seu caráter inovador sejam fortemente estimulados. (ABRANOVAY, 2001, p. 3).

Vale esclarecer que o trabalho e o planejamento por territórios foram iniciados no final de 2002, quando o MDA, ao enviar recursos para os municípios do Pronaf Infraestrutura e Serviços, solicitou que 10% do valor fossem aplicados em consórcios de municípios. Em 2003 foi implantado oficialmente o trabalho por territórios.

Compete ao Condraf, conforme o art. 9º da Lei 258/10, a responsabilidade pela formulação das diretrizes para o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural. Este Conselho assim prevê a participação da sociedade civil nos conselhos ou instâncias de decisão:

Item 54- A efetivação da PDBR implica a criação de um arranjo político-institucional integrador, capaz de adequar a estrutura organizativa e aprimorar as capacidades institucionais do Estado, nas suas diferentes esferas. Simultaneamente, o Estado brasileiro deve contribuir para o fortalecimento das formas de organização autônoma da sociedade civil e também de seu protagonismo político e social. Assegurar a representação direta e a participação propositiva do Estado e da sociedade civil nos espaços de controle e gestão social das políticas públicas configura-se numa orientação estratégica essencial para a construção de uma nação democrática.

Item 115.2.- Aperfeiçoar o caráter da institucionalidade:

- a. Ampliar as ações dos arranjos institucionais para além dos aspectos formais e deliberativos, atuando mais fortemente na proposição e gestão das políticas públicas.
- b. Articular as intervenções das distintas esferas de governo, de forma a construir uma relação federativa assentada na responsabilidade e no respeito à autonomia dos entes federados.

No item 115.3 - Ampliar o protagonismo social:

- a. Garantir maior representatividade da diversidade de atores sociais rurais nos espaços e instâncias de gestão social de políticas públicas.
- b. Estimular a participação da sociedade civil nas decisões dos órgãos colegiados visando a ampliar sua autonomia e garantir um caráter democrático das deliberações.

Item 115.4 - Melhorar o funcionamento das institucionalidades:

- a. Adequar a composição e o funcionamento dos órgãos colegiados como forma de promover a gestão democrática das políticas públicas.
- b. Adotar mecanismos ágeis, desburocratizados e transparentes que garantam o pleno funcionamento dos órgãos colegiados.

Verifica-se que há uma recomendação ou exigência da lei no tocante à participação popular, porém é preciso avaliar a efetividade desta participação, pois a lei assegura a participação, mas é necessário saber como a participação vem ocorrendo, e mesmo, qual o nível de exigência para esta participação expressa e exigida nos programas, leis ou resoluções do Governo. Observa-se a seguir que algumas políticas trazem com maior clareza a exigência da participação, sendo que para algumas a participação do beneficiário é indireta, enquanto para outras ela não é exigida. Por isso é pertinente um estudo de como vem se dando esta participação.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS RURAIS TRABALHADAS NO PARANÁ E A EXIGÊNCIA DE CONSELHOS

Alguns programas não possuem manuais, normas ou regulamentações que descrevam a participação de conselhos na sua operacionalização, enquanto outros são bem estruturados e definem como deve ser a participação popular por meio dos conselhos e quais as atribuições e competências desses conselhos. Na sequência são apresentados alguns programas que fazem referência à participação popular. Antes, cabe esclarecer que no Paraná há 33 programas (ANEXO XI) trabalhados por órgãos públicos ligados ao setor rural, especialmente a Extensão Rural Oficial - EMATER. Aqui serão destacados o nível de exigência de cada um deles e as citações que trazem sobre a participação dos conselhos gestores rurais ou participação civil.

Iniciar-se-á por um dos programas mais sólidos e de maior abrangência sobre a agricultura familiar de todo o Brasil, o qual é também objeto de estudo de diversos autores: o PRONAF - Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar.

3.1 Relação dos programas rurais trabalhados no Paraná e o controle social

3.1.1 PRONAF

Este programa é um dos principais instrumentos utilizados para alavancar o desenvolvimento rural dos agricultores familiares, em nível nacional. O Pronaf já foi objeto de estudo de Abramovay (2000), Souza (2008), Bianchini (2010), Castilhos (2002), entre outros. A participação dos conselhos rurais, no caso do Pronaf, está assim definida: “Todos os anos, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do município deve se reunir para analisar todas as DAP’s emitidas e solicitar o cancelamento das que estiverem irregulares”. DAP é a sigla de “Declaração de Aptidão ao Pronaf. Qualquer irregularidade relacionada às DAPs deve ser denunciada ao CMDR ou ao MDA.

Esta Declaração de Aptidão ao Pronaf também é documento base para que o agricultor familiar acesse diversos outros programas governamentais, além do crédito. De forma simplória, parece pouca a participação dos conselhos em relação à importância do Programa, com já observaram os autores acima.

Existiu ainda o Pronaf Infraestrutura e Serviços, que previa recursos anuais a fundo perdido para a infraestrutura dos 1.506 municípios mais “carentes” do país. Do

Paraná participaram 57 municípios, os quais assim puderam proporcionar o desenvolvimento de suas comunidades e dos agricultores familiares. Neste tipo de Pronaf foi mais intensa e obrigatória a participação dos conselhos rurais e esse programa foi objeto de estudo de diversos autores.

Este programa vigorou até 2003, quando foi substituído pelo planejamento por territórios, hoje, regido pelas normas da lei 258/10, conforme já explicitado anteriormente. Cabe esclarecer que no Paraná estão consolidados quatorze territórios², dos quais sete são considerados prioritários para receber recursos federais, devido a seu baixo IDH e outras características previstas em lei; os outros sete territórios são reconhecidos pelo CEDRAF – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, mas não são reconhecidos pelo CONDRAF – Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; assim, oficialmente, para o MDA não existem e permanecem na condição de pré-territórios, a exemplo da região estudada, a da AMUSEP.

3.1.2 Programa de Alimentação Escolar e dinheiro direto nas escolas. Regulamentado pela Lei N° 11.947, de 16 de junho de 2009.

Esta lei dispõe sobre o atendimento à alimentação escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica. Em seu art. 2º prevê alimentação saudável adquirida na região, preferencialmente da agricultura familiar e dos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades indígenas e quilombolas. Esta lei prevê ainda em seu art. 2º, inciso IV “a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada”. O art. 4º estabelece que fazem parte da lei o Plano Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e o Fundo Nacional Alimentação Escolar (FNAE), que pagarão pelos alimentos. O art. 18 dispõe sobre a instituição e obrigatoriedade do Conselho de Alimentação Escolar, que tem função deliberativa, fiscalizadora e de assessoramento, bem como enumera a forma de participação e a paridade obrigatória. No art. 19 aparecem as competências e obrigações e seu parágrafo único diz:

Territórios do Paraná: Sudoeste, Integração Norte Pioneiro, Contuquiriguaçu, Paraná Centro, Centro Sul e Caminhos do Tibagi.

Pre-Territórios: Consad Entre Rios, Pro-Amusep, Vale do Ivaí, Oeste, Vale do Iguaçu, Litoral e Noroeste.

Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA” (BRASIL, 2009, p.16).

O Conselho CAE é composto de 01 representante do poder executivo, 02 representantes dos trabalhadores da educação, 02 representantes dos pais e alunos, 02 representantes indicados por entidades civis organizadas e respectivos suplentes.

3.1.3 Alimentação Escolar – Resolução 38, de 16 de janeiro de 2009 PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Essa resolução trata do fornecimento de alimentos saudáveis a todos os alunos da rede pública do Ensino Básico (Educação Infantil, e Ensino Fundamental e Médio), cujo objetivo é o pleno desenvolvimento biopsicossocial, o rendimento escolar e a prática de uso de alimentos saudáveis. Este programa também prevê explicitamente a necessidade do controle social. É obrigatória a formação do Conselho de Alimentação Escolar, e esta resolução estabelece a composição do conselho, suas atribuições e sua forma de funcionamento e indica como deve ser o regimento. A novidade deste programa é a aquisição destes alimentos pelos órgãos de compra (prefeituras, secretarias de educação e outros) diretamente dos produtores da agricultura familiar, individualmente até R\$ 9.000,00 por ano, ou de associações e cooperativas de produtores familiares até o valor de R\$ 100.000,00. Ainda as escolas que ficam próximas ou nas áreas indígenas e quilombolas devem ter um representante destes no conselho. Os representantes do conselho do PNAE são os mesmos do CAE (relacionados no item anterior).

3.1.4 Programa Leite das Crianças

Este programa objetiva distribuir leite para crianças carentes em todos os municípios do Paraná e também estabelece o controle social.

A execução das atividades deve ser de forma descentralizada, com o estabelecimento de comitês gestores do programa em cada município, com a participação das secretarias estaduais envolvidas, além das prefeituras, dos conselhos municipais e entidades sociais, sendo a representatividade de 1/3 para o poder público e 2/3 para a sociedade civil organizada. O Comitê tem função consultiva e deliberativa, sendo que as ações específicas, em cada município, cabem à Comissão Executiva do Leite, formada por

três pessoas indicadas uma pelo Estado, uma pelo município e uma pela entidades civis organizadas do município.

3.1.5 Programa de Aquisição de Alimentos – “Fome Zero”

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das ações do Programa Fome Zero e promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Este programa também contribui para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento do mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos e ainda permite aos agricultores familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos.

O controle social pode ser realizado pela sociedade e suas representações por meio de órgãos colegiados já existentes nas diferentes esferas: no âmbito municipal, o Conselho Estadual de Assistência Social (Conseas), os conselhos municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), os conselhos de alimentação escolar (CAE) e outros afins.

3.1.6 Conselho de Sanidade Agropecuária (CSA)

É uma entidade com composição interinstitucional de caráter operativo e consultivo que deve operar como a unidade funcional nas questões de sanidade animal e vegetal e suas relações com o meio ambiente e com a segurança alimentar. Este conselho é estruturado nos níveis municipal, regional, estadual e nacional. Um dos seus objetivos, dentre diversos, é agir para promover a saúde pública através do contínuo melhoramento da condição sanitária dos rebanhos e da produção agrícola e florestal.

Este conselho está estruturado em todos os municípios, regiões e estados, bem como treinado e pronto para a ação. Ele se compõe de um titular e um suplente das entidades públicas dos âmbitos municipal, estadual e federal que tenham estrutura administrativa no(s) município(s), como a SEAB, a MAPA, a Emater, as secretarias municipais de Agricultura e de Meio Ambiente, Vigilância Sanitária, IAPAR, Instituições públicas de ensino em ciências agrárias, etc., e outras que, por sua natureza, tenham

vínculo técnico, comercial ou institucional com o agronegócio. Também traz a necessidade da participação de entidades privadas, com um representante titular e um suplente ligados direta ou indiretamente ao agronegócio. Este Conselho, desde sua criação, traz escritos sua composição, atribuições, metas e plano de ação.

3.1.7 Fundo de Aval

A Lei Estadual 14.431/2004, que cria o Fundo de Aval, e o Decreto 3928/2004, que regulamenta, normatiza e traz instruções sobre o Fundo de Aval, têm por objetivo garantir que o agricultor familiar que não tenha condições de financiar por falta de garantias seja garantido pelo Governo do Paraná, através deste fundo criado para esta finalidade. A exigência é que o produtor tenha a declaração de aptidão ao Pronaf C, a qual é emitida pela Extensão Rural Oficial e pelo sindicato da categoria. Este fundo é administrado/gerido por um comitê gestor intersecretarial, formado por representantes oficiais de diversas secretarias. A participação dos conselhos fica restrita ao que prevê o art. 10 da lei, o qual estabelece que o Poder Executivo regulamentará a composição e o regimento interno do Comitê Gestor Intersecretarial Estadual, o qual atuará nos municípios em consonância com os respectivos planos de desenvolvimento rural – PDR na análise das prioridades e beneficiários do Fundo. A participação que cabe ao produtor é sua representação nos conselhos rurais, que se subentende tenha participado do Plano de Desenvolvimento Rural (PDR).

3.1.8 Programa Nacional de Crédito Fundiário

É um programa de política pública do Governo Federal complementar ao de reforma agrária. É coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e executado em parceria com o Governo do Estado, entidades de representação e a Coordenação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Prefeituras Municipais e demais entidades ligadas à Agricultura Familiar. Seu objetivo é a geração de emprego e renda no meio rural através do acesso rápido à terra. Observando as normas operacionais do Programa com referência à participação civil, constata-se que estão assim dispostas: em nível nacional, foi criado o Comitê Permanente do Fundo de Terras e de Reordenamento Agrário, ligado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar -

CONDRAF, que acompanha as aplicações dos recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

A Secretaria Nacional de Reordenamento Agrário (SRA), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), coordena as atividades do Programa Nacional de Crédito Fundiário, de forma a garantir a efetiva participação descentralizada dos estados e demais parceiros e a adequada aplicação. A legislação pertinente encontra-se no *site* da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (SEAB-PR) e se constitui dos seguintes documentos legais: Lei Complementar n.º 93, de 04/02/98; Decreto n.º 4892, de 25/11/2003; Resolução n.º 3.176 de 08/03/2004 do Banco Central, e o Manual de Operações do Programa Nacional de Crédito Fundiário, aprovado pelo Comitê Permanente do Fundo de Terras e da Reforma Agrária em novembro de 2005.

Em nível estadual, foi criada a Câmara Técnica do Crédito Fundiário, vinculada ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Cedraf) e implantada a Unidade Técnica Estadual (UTE), junto ao Departamento de Desenvolvimento Agropecuário (Deagro), da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB).

O Cedraf tem como atribuição maior articular as políticas agrárias e de desenvolvimento rural e deve acompanhar os projetos aprovados pela Câmara Técnica; já a UTE coordena as ações dos órgãos participantes, gerencia os recursos financeiros destinados ao programa e encaminha, com base nas recomendações das instâncias municipal e regional, as propostas de financiamento e os projetos técnicos para a análise da Câmara Técnica e contratação junto ao Agente Financeiro.

Em nível regional, foram criadas as Unidades Técnicas Regionais (UTRs), vinculadas à Comissão Regional da Secretária de Agricultura e Abastecimento, que tem como atribuição maior a aprovação das propostas para aquisição de terras (análise do local, preços, condições, enquadramento dos beneficiários, etc.).

Em nível municipal, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável coordena as ações dos órgãos participantes, bem como analisa e recomenda para aprovação as propostas para aquisição de terra e os projetos produtivos, tendo como atribuição maior a aprovação da elegibilidade dos beneficiários.

Esta política de financiamento fundiário foi implementada no Paraná com o nome de **Banco da Terra**, no período de 1999 a 2003. Com a mudança de governo, passou a ser denominada de **Programa Nacional de Crédito Fundiário** ou, como é mais popularmente

conhecido, **Crédito Fundiário**. A partir do ano de 2005 o programa apresenta em sua concepção a proposta de agilizar e facilitar o acesso à terra de forma complementar à reforma agrária tradicional ou distributiva. Nesta concepção, estas políticas têm trazido benefícios a trabalhadores rurais sem terra (boias-frias), trabalhadores rurais com pouca terra (arrendatários, meeiros, parceiros), ex-agricultores familiares (participantes do processo de êxodo rural em anos anteriores) e filhos de agricultores familiares.

3.1.9 Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA e o II Plano Nacional de Reforma Agrária

O II PNRA pretende dar garantia do acesso à terra a quem necessitar. Prevê ações no sentido de que estes homens e mulheres possam produzir, gerando renda, e oportunizar o acesso aos demais direitos fundamentais, como saúde e educação, energia e saneamento.

O Plano Nacional de Reforma Agrária representa uma inovação em relação ao modelo implementado nos últimos anos ao se orientar para fazer dos assentamentos espaços de produção e qualidade de vida integrados ao desenvolvimento territorial. O desenvolvimento desta concepção de reforma agrária exigirá uma intensa cooperação do Ministério do Desenvolvimento Agrário com seus diferentes órgãos e instituições e os diversos centros autônomos de tecnologias apropriadas, como os conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável; as universidades e outras entidades da sociedade civil.

A estratégia de implantação do Programa está baseada na descentralização das ações, na participação dos Estados e municípios e das comunidades, de forma a assegurar moradia, estradas, eletrificação e abastecimento de água, além do acesso aos demais programas sob responsabilidade do poder público local. Para assegurar a participação e o controle social atribuiu-se poder de decisão aos conselhos de Desenvolvimento Rural, desde o nível municipal até o nacional.

3.1.10 ATES 2008 – Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (prestada aos agricultores assentados)

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) do INCRA foi criado em 2003 com o objetivo de assessorar técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas nos projetos de assentamento da reforma agrária.

São atendidos projetos criados ou reconhecidos pelo INCRA. A participação civil se dá através de Fórum Nacional e Fórum Estadual.

O Fórum Estadual de ATES constitui-se em um espaço de diálogo e articulação entre os diferentes níveis de governo, os beneficiários do Programa, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, com o objetivo de discutir a implementação do programa de ATES no estado, propor ações de melhoria e aperfeiçoamento das atividades do Programa. O seu caráter é consultivo, sem vínculo institucional e remuneratório. A composição do Fórum Estadual será paritária e dar-se-á da seguinte forma:

a- representação governamental será dos órgãos e instituições dos Governos Federal e Estadual, vinculados a atividades de desenvolvimento rural;

b- a representação da sociedade civil será constituída pelas entidades de representação de trabalhadores e trabalhadoras rurais, beneficiários(as) do Programa, desde que atuantes em 1/3 dos territórios e/ou áreas prioritárias do INCRA, e organizações não governamentais envolvidas com o Programa de ATES. A participação das ONG fica limitada a 20% das vagas do Fórum.

Recomenda-se contemplar a representação de movimentos de mulheres e de populações tradicionais atendidas pelo Programa de MDA/ATES Manual Operativo (2008, p.22).

Salienta-se que a participação em nível local tem caráter consultivo, quando chamado a participar pelo Fórum Estadual.

3.1.11 Programa de Sementes para a Agricultura Familiar

O Programa de Sementes tem por objetivo atender agricultores familiares disponibilizando, através de doação, sementes de milho (variedade), feijão e arroz de sequeiro, de forma a possibilitar a melhoria do material genético de suas lavouras. Também prioriza o atendimento das comunidades indígenas e quilombolas, visando à melhoria das suas produções e assim colaborando para a segurança alimentar dessas famílias. A participação do conselho se restringe a apoiar esta ação.

3.1.12 Programa de Gestão Ambiental Integrada em Microbacias Hidrográficas - PGAIM

Este Programa busca atender às diretrizes da Política de Desenvolvimento do Estado e integrar as ações e investimentos governamentais e, principalmente, aprimorar a gestão ambiental e de recursos hídricos, de acordo com a orientação das políticas e

programas nacionais e estaduais, a exemplo das políticas nacional e estadual de Recursos Hídricos.

Neste programa, a execução e a participação social se dão através de comitês gestores estaduais, regionais e municipais, os quais se articulam com o Comitê de Bacia Hidrográfica. O programa preconiza a gestão descentralizada e interinstitucional, com parcerias privadas e da pesquisa e a ordem é compartilhar responsabilidades.

3.1.13 Plano de Apoio Para Sustentabilidade da Cafeicultura nas Pequenas Propriedades Familiares do Paraná

A Câmara Setorial do Café é regida pela Resolução 194/1996, e o plano atual foi aprovado em dezembro de 2006. Este plano prevê a revitalização da cafeicultura tradicional, isto é, a substituição das lavouras velhas e improdutivas por lavouras novas, adensadas e com tecnologia atual. Os beneficiários são os agricultores familiares e os que se enquadram no Pronaf. O banco financia até 6 ha. A participação civil só se dá na recomendação feita por uma carta, anexa ao Plano, de autoria da Fetaep, da Fetaep e da Emater, que é parte integrante do Plano de Posse da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, que recomenda a participação das organizações representativas dos agricultores familiares nos fóruns de decisão e na elaboração das políticas públicas para o café, e garante acesso às informações referentes à produção e ao mercado.

3.1.14 Programa de Turismo Rural

Tem a proposta de desenvolver uma política pública para o turismo rural que possibilite o desenvolvimento local e regional. Esta proposta é direcionado ao agricultor familiar. O controle social está previsto na proposta de se estruturar um comitê gestor e fortalecer parcerias.

3.1.15 Programa Paraná Fértil

Esse programa prevê a distribuição de calcário aos agricultores familiares. A participação social se dá no momento da organização, na qual participa um representante dos agricultores - que pode ser o sindicato, a secretaria municipal de agricultura ou o conselho municipal de desenvolvimento rural, o qual deve participar, junto aos

fornecedores, da negociação de preços, formas de entrega, entre outras necessidades operacionais.

3.1.16 Programa Fábrica do Agricultor

Este programa apóia a agroindústria familiar, a qual abrange as atividades de transformação, beneficiamento ou processamento, bem como aquelas relacionadas à exploração de todo o potencial produtivo das matérias-primas, com mão de obra predominantemente familiar. O funcionamento se dá através de câmaras técnicas. A Câmara Técnica é uma unidade integrante do CEDRAF- Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural da Agricultura Familiar. A Câmara Técnica é formada por diversas Secretarias de Estado (relacionadas) e pelas seguintes instituições :

- a) Agência de Fomento do Paraná – AFPR
- b) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/PR
- c) Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais - DESER
- d) Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR
- e) Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná - FETAEP
- f) Associação dos Secretários de Agricultura do Sudoeste do Paraná - ASSEC
- g) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA/SFA
- h) Universidade Federal do Paraná – Núcleo de Apoio à Agroindústria – UFPR
- i) Faculdades Integradas Espíritas”
- j) Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE
- k) Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR
- l) Assembleia Legislativa do Paraná – Bloco Parlamentar Agropecuário
- m) Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul - FETRAF SUL
- n) Instituto Agrônômico do Paraná – IAPAR
- o) Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/PR
- p) Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP
- q) Associação das Agroindústrias Familiares do Sudoeste do Paraná - AFASP
- r) Federação Paranaense das Associações de Produtores Rurais – FEPAR
- s) Outras se convidadas.

O regimento traz, ainda, como o Comitê deve ser estruturado e as formas de atuação.

Quanto aos demais Programas e Projetos trabalhados no Paraná não há referência de controle social, portanto, infere-se que não é prevista a participação civil através de Conselhos.

3.2 Redes políticas no Brasil

Mueller (2010), que escreve sobre a história rural, observa que em 1860, há pouco mais de 150 anos, o Decreto Imperial N.º 1.067 instituiu a Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que depois (já no período republicano, mais especificamente em 1906) foi transformada no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ainda dividindo espaços com outros setores.

Nesse período, mesmo com a grande produção e exportação de café e açúcar, houve pouca participação daquela secretaria. Havia setores organizados em redes políticas (por exemplo, as redes políticas do café) que funcionavam quase independentes do Ministério da Agricultura. Tinham poder e atuavam de forma a melhorar a sua rede e beneficiar seus pares. Estes negociavam com os altos escalões do governo, podendo até contar com o Governo para a sustentação dos preços, que caíam em ocasiões de superprodução ou por influências externas, e também conseguiam influenciar na promoção da imigração para suprir a falta de mão de obra, além de obter subsídios para ferrovias e portos, entre outras. Só a partir de 1930 o Ministério da Agricultura ficou formalmente no comando da política agrícola, mas mesmo assim, não livre das influências das redes políticas. Em 1934 esse ministério foi reformado, mas prevaleceu o centralismo, com a redução da influência dos estados sobre as políticas rurais centrais (Mueller 2010).

Segundo Mueller, no período de 1930 a 1945 buscou-se estimular a produção interna direcionando à produção incentivos que atendessem ao mercado interno para substituir as importações. Neste período, os direcionamentos dados à política agrícola emanavam do Ministério da Fazenda, denotando a pouca importância atribuída ao Ministério da Agricultura. Após a Segunda Guerra o modelo de desenvolvimento autárquico e de substituição das importações, somado à crise do abastecimento, levou a formação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e à criação da Comissão de Financiamento da Produção – preços mínimos. Segundo Muller (1984), estes

instrumentos não surgiram da iniciativa do setor público agrícola, e sim, do setor econômico e do comando militar, que estavam preocupados com a produção agrícola em consequência da Segunda Guerra Mundial. Em todas essas fases continuaram atuando as redes de políticas agrícolas, como as de café, algodão e outras.

De 1945 até 1970 houve a fase da expansão horizontal, com a abertura das fronteiras agrícolas. De 1960 a 1990 ocorreu a fase da modernização conservadora, marcada por acentuada modernização, mas sem uma política de distribuição de terras. Como exemplo tem-se o Paraná, onde, segundo estudo da professora Ângela Duarte Damasceno Ferreira, em parceria com o DERAL (Departamento de Economia Rural do Estado do Paraná) e a CEPA (Comissão Estadual de Planejamento Agrícola) (1982), os conflitos de terra ocorrem entre 1920 e 1961, inclusive com lutas armadas. Desta data em diante o governo passou a agir mais diretamente nos conflitos e iniciou algumas desapropriações. Em 1977 surgiram os movimentos por conta das desapropriações de barragens, mas ainda hoje persistem os problemas da distribuição de terra.

De 1994 em diante, segundo Muller (2010), inicia-se no Brasil a fase de abertura da economia ao exterior e de reversão intervencionista da estratégia agrícola anterior. O Brasil conquistou a estabilidade e a agropecuária brasileira continuou o movimento de modernização e expansão e viu aumentarem suas possibilidades de exportação, e também os riscos com os importados. Nessa fase surgiram políticas agrícolas mais afinadas com o momento, que transferiram menos recursos a parcelas influentes do setor e mais aos mais necessitados. Com a promulgação da Constituição de 1988, ficou determinado que recursos de crédito fossem estabelecidos pelo Congresso Nacional no Orçamento da União. Assim, passaram a ser incluídos no ano os recursos votados no ano anterior e o Congresso passou a destinar recursos majoritariamente para o apoio à pequena agricultura, como a criação do Pronaf. Isto significou menor influência das redes políticas para o setor.

Após estes episódios buscaram-se novas fontes e formas de financiamento, mas as redes de políticas agrícolas não deixaram de atuar e conseguiu-se a flexibilização das normas de concessão de crédito para o agronegócio, como também a renegociação da dívida. Cabe mencionar que as redes abrangentes de que fala Muller (2009) fazem parte de setores dos complexos industriais de agroquímicos, juntamente com organizações do setor público agrícola como, a Confederação Nacional da Agricultura, a FAEP, a bancada ruralista e outras, as quais mantêm forte influência sobre os setores do governo. O autor ainda esclarece que essas redes políticas não estão sozinhas, que há oposição e choques de

redes políticas. Hoje existem outras duas redes políticas cuja atuação tem influência direta no setor rural. São consideradas redes de políticas duras, que são as redes de políticas agrárias e rede de políticas do meio ambiente. Estas têm influência na formulação das políticas que afetam o setor rural.

Atualmente a rede de políticas agrárias conta com o envolvimento do MDA e do Incra, ligado ao Ministério e apoiado pelo movimento dos Sem Terra e pelas pastorais. Por meio desta rede foram obtidos aumento de atenção, assistência técnica e recursos para apoio aos assentados e outros pequenos agricultores. A rede de Meio Ambiente, que na Constituição “herdou” o Código Florestal, conseguiu aprovar a lei de crimes ambientais e tem o IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade como órgãos ligados ao Ministério, bem como diversas ONGS ligadas ao meio ambiente. Estas se contrapõem às forças da rede política do agronegócio. Obviamente estas redes políticas permeiam o país, os estados e os municípios, e é nesse contexto que estão envolvidos os conselhos de desenvolvimento rural sustentável.

3.3 Histórico dos conselhos rurais no Paraná

O relato apresentado a seguir sobre o histórico dos conselhos rurais nos parece importante para o entendimento da evolução desses conselhos no Paraná e na região estudada (AMUSEP), pois retrata o início dos trabalhos destes conselhos gestores e suas transformações com o passar dos anos. Esse início do histórico dos conselhos rurais tem por base uma entrevista com o coordenador estadual dos programas de solo do Governo do Paraná, Udo Bublitz. Essa entrevista fundamentou-se nos manuais operativos dos programas trabalhados pela Emater e na experiência de ter vivenciado todo o período citado. No depoimento, Bublitz afirma que por volta de 1975, com a aceleração e evolução da agricultura no Estado, havia uma visão mais de tecnologia e aumento da produção de alimentos, com pouca participação da sociedade, fruto do próprio regime político da época.

Nessa época foi criado o Programa Nacional de Conservação de Solos (PNCS) e, no Estado do Paraná, o PROICS- Programa Integrado de Conservação de Solos. Este visava à implantação de práticas mecânicas de conservação do solo a partir das propriedades rurais, e tinha como estratégia o uso da legislação e da pressão do crédito rural.

Os resultados foram poucos, e um novo conceito técnico foi formado: não bastava conservar o solo, era preciso manejá-lo de forma adequada. A partir de 1980 foi lançado o Programa PRONOROESTE, abrangendo, até o final de 1988, 87 municípios da Região Noroeste do Paraná. Nesta época também surgiram novas experiências nas regiões de Campo Mourão e Toledo/Nova Santa Rosa. Os trabalhos já eram realizados em microbacias hidrográficas, com o envolvimento de grupos de produtores e comunidades rurais, mas ainda sem a formação de comissões ou conselhos.

Paralelamente a estes programas em andamento, em 1983/1984 surgiu o PMISA- Programa de Manejo Integrado de Solos e Água do Paraná. As unidades de planejamento eram as microbacias hidrográficas e os trabalhos eram desenvolvidos com a participação da comunidade, envolvendo os produtores rurais, prefeituras municipais, cooperativas, empresas privadas e públicas. Esse programa restaurou a credibilidade da conservação de solos entre os técnicos e produtores.

Cabe relatar que nessa década (1975 a 1985) surgiram várias organizações de produtores na área conservacionista, denominados Clubes da Minhoca, Clubes Amigos da Terra, Associações Conservacionistas, etc.

O PMISA terminou no final de 1988, mas gerou as bases para o Programa Paraná Rural - Programa de Desenvolvimento Rural do Paraná, cuja denominação completa era o Programa de Manejo das Águas, Conservação do Solo e Controle da Poluição, conhecido como Paraná Rural, o qual originalmente previa dois braços, sendo um mais conservacionista e o outro mais desenvolvimentista.

Por orientação e visão do Banco Mundial, na época foi provado e implementado somente o Subprograma de Manejo e Conservação de Solos, o qual ficou conhecido como Paraná Rural. O acordo entre o Banco Mundial e o Governo do Paraná foi assinado em fevereiro de 1988. Os trabalhos do programa iniciaram em 1989 e duraram sete anos, terminando em 1996.

Pelo histórico do Estado e recomendação do Banco Mundial, definiu-se a criação de Comissões Municipais de Conservação de Solos para a implementação do Programa Paraná Rural, sendo obrigatório que um técnico da extensão rural oficial (EMATER) fosse o secretário executivo desta comissão, que se compunha de representantes dos produtores das microbacias e das entidades públicas e privadas ligadas à agricultura.

Bublitz ressalta que este programa foi desenvolvido por critérios técnicos, dando prioridade às regiões mais desenvolvidas da agricultura paranaense (regiões de alta

tecnologia e de produção de grãos, como o Oeste, o Norte e parte do Sudoeste e Centro do Estado). A justificativa para a escolha destas regiões é que eram mais produtoras, teriam mais problemas de fertilidade, erosão por conta da maior mecanização e conseqüentemente teriam maiores problemas com poluição dos recursos naturais. Cabe ainda ressaltar que muitas reuniões de treinamento foram feitas com técnicos e comissões para andamento do programa.

Segundo Bublitz, em muitos municípios, neste período, as comissões evoluíram para conselhos municipais, que discutiam e encaminhavam outros temas relacionado ao desenvolvimento do município que não somente a conservação de solos.

Na sequência, o Estado do Paraná, com o apoio de recursos do tesouro do Estado e do Banco Mundial, implementou o Programa Paraná 12 Meses, cuja duração inicial prevista era de seis anos (1998 a 2003), mas que foi prorrogado por mais dois anos (até 2005).

O Paraná 12 Meses visava promover o desenvolvimento econômico-social da população rural e o manejo e conservação dos recursos naturais. As regiões prioritárias de atendimento eram as mais deprimidas do Estado, com menor renda e IDH. Foram investidos altos recursos também nas vilas rurais, que eram agrovilas para trabalhadores rurais.

Para a execução do planejamento dos trabalhos e a estratégia de sua implementação e execução era obrigatória a existência dos conselhos municipais rurais, e novamente, assim como no Programa Paraná Rural, o técnico da Extensão Rural (Emater) foi o secretário executivo destes conselhos.

Pelo contexto descrito se pressupõe que as políticas de Governo, os tipos de trabalhos a serem realizados e a busca da maior ou menor participação da sociedade é que levaram o Paraná a trabalhar com comissões (mais específicas) ou com os conselhos municipais de desenvolvimento rural (visão mais abrangente). Na época foi possível trabalhar com conselhos mais abrangentes, os quais mantêm a visão do todo, mas utilizam câmaras técnicas ou temáticas das principais questões que afetam o município na questão rural.

Essas informações coincidem com as que fornecem Leitão et al. (2003) quando dizem que muitos programas governamentais financiados ou orientados por organismos internacionais (bancos ou agentes de desenvolvimento) exigem ou recomendam o

estabelecimento de instâncias locais de planejamento participativo, a exemplo do Pronaf e do Paraná 12 Meses, financiados pelo Banco Mundial.

Leitão et al. (2003) lembram que os conselhos do projeto Paraná 12 Meses foram criados em todos os municípios do Paraná, quando de sua execução, em 1998, com o objetivo de gerir a aplicação dos recursos em cada município, que, devido à necessidade destes conselhos para uma atuação efetiva, a unidade de gerenciamento do Projeto, em 2000/2001 solicitou à Emater - PR que iniciasse um processo de formação de conselheiros para assumirem seu papel. Foram constituídas equipes de formadores em vinte regiões administrativas do Estado, abrangendo todo o seu território.

Os autores também afirmam que um marco importante para a formação e participação dos conselhos rurais e para o desenvolvimento da agricultura familiar foi a criação do Pronaf Crédito e Pronaf Infraestrutura e Serviços, no ano de 1996. Corroboram esta informação Denardi et al. (2000) quando afirmam que o Pronaf representou importante iniciativa do Governo Federal para fortalecer a organização dos municípios e para a elaboração, execução e avaliação de programas de desenvolvimento rural. Esse programa proporcionou o estabelecimento de parcerias entre o poder público e a sociedade, através da formação dos conselhos municipais de desenvolvimento rural, o que representou importante marco de atuação desses conselhos.

Como referencial histórico do PRONAF vale citar Schneider et al. (2004), os quais defendem que o surgimento desse programa representou o surgimento e reconhecimento de uma nova categoria social, a dos agricultores familiares, até então designados como pequenos agricultores, produtores de baixa renda, produtores de subsistência ou produtores familiares. Os autores relatam que até o início da década de 1990 não existia nenhum programa de política pública especial de abrangência nacional voltado para o segmento social da agricultura. Segundo estes autores, o Pronaf foi formulado como resposta do Estado às pressões do movimento sindical rural realizadas até final da década de 1980, por conta do alijamento desta classe social e de suas dificuldades em permanecer no campo. Até então o objetivo deste programa era prover crédito agrícola e apoio institucional. A partir de 1994, em consequência dos movimentos sociais, dos sindicatos dos trabalhadores rurais e suas confederações, e especialmente do movimento denominado “Grito da Terra Brasil”, o programa foi ampliado e adequado às necessidades em nível nacional. Complementando esta informação, Matei (2001) reconhece que a iniciativa precursora do Programa começou durante o governo do então Presidente Itamar

Franco, com a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – PROVAP, em 1994, cujo objetivo era destinar um volume de crédito com taxas de juros mais acessíveis aos agricultores familiares. Esta foi a primeira iniciativa voltada a esta categoria de produtores. Neste sentido, com base nos estudos da FAO e do Inbra, o Provap seria totalmente reformulado no ano seguinte, durante o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, deixando de fornecer apenas o crédito de custeio. Na opinião de Michellon (2011), em face dos movimentos já citados, o governo FHC foi obrigado a transformar o PROVAP em PRONAF.

Assim, em 1996 surgiu o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, normatizado pela Resolução N.º 2.310 do Banco Central. Esse programa era destinado a pequenos agricultores que utilizam principalmente a mão de obra familiar, e passou a contemplar os investimentos em infraestrutura e capacitação (BACEN, 1996). Nesse momento começou a exigência da participação civil através dos conselhos de desenvolvimento rural, exigida pelo próprio programa.

3.4 Avaliação dos conselhos de desenvolvimento rural e fatores que afetam o desenvolvimento local dos municípios do Paraná.

Os conselhos foram criados a partir de 1986/1987, e cinco anos depois, a partir do ano de 2000, o PRONAF e outros autores e entidades iniciaram trabalhos de avaliação dos conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável, entre estes, tem-se o material produzido pela Emater com técnicos próprios e técnicos do DESER- Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais, em contrapartida estadual ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, do Governo Federal. Esses trabalhos trouxeram muitas e interessantes informações sobre os conselhos, como a que segue:

E há um crescente número de políticas públicas e programas governamentais (federais e estaduais) que se pretendem descentralizados e que valorizam o espaço e as iniciativas locais (municipais). Pois é neste local onde se dá o exercício da cidadania- que se pode avançar efetivamente na gestão e controle social dos recursos públicos. (DENARDI et al., 2000, p.05)

Denardi et al. (2000) também afirmam que nos municípios mais desenvolvidos existiam medidas concretas em favor da gestão democrática, e lembram ser notória a existência de concepções governamentais que dão importância a algumas práticas e procedimentos que abrem espaços para a participação social na gestão municipal. Por outro

lado, constatou-se que nos municípios menos desenvolvidos é muito baixa ou inexistente a compreensão do poder público sobre a importância da gestão social e muito pouco o comprometimento com os destinos da agricultura familiar e sua importância estratégica para o desenvolvimento municipal. Esses autores complementam que problemas de improbidade e má gestão dos recursos públicos e de falta de transparência existem ou existiam em níveis maiores nos municípios considerados menos desenvolvidos. Observam também que em todos os municípios analisados, e mais acentuadamente nos menos desenvolvidos, a maioria da população e as próprias lideranças comunitárias não têm informações nem conhecimento sobre o orçamento municipal e a utilização dos recursos públicos. Poucas são as pessoas capazes de exercer a cidadania. A maioria não sabe as formas de participação ativa nas deliberações públicas, o que constitui um campo fértil para a ineficiência e a corrupção. Cabe neste raciocínio a fala de Putnam:

Para ter um bom desempenho, uma instituição democrática tem que ser ao mesmo tempo sensível e eficaz: sensível às demandas de seu eleitorado e eficaz na utilização de recursos limitados para atender a essas demandas. (PUTNAM, 1933, p.25).

Outro estudo resultou de um Consórcio entre a Emater,- PR e o DESER - Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais, patrocinado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar/Pronaf e executado pelo IparDES. O estudo foi executado em 2000 e 2001 e levantou dados dos conselhos municipais rurais referentes a cinquenta e sete municípios que estavam enquadrados no Pronaf Infraestrutura e Serviços e que para receber recursos federais tinham formar os conselhos de Desenvolvimento Rural (CMDRS). Destes foram selecionados por amostragem vinte municípios. Os resultados desse estudo foram apresentados pelo IPARDES (2001). A pesquisa apresentou dados que foram utilizados em diversas publicações e usados em análises e comparações com a pesquisa sobre os CMDRSs de 2011/2012, como forma de medir a evolução destes conselhos após dez anos. De forma sucinta, vale esclarecer que esta situação dos conselhos rurais em 2001 ocorreu no auge de sua atuação e de seu interesse na participação, isto é, quando sua criação se tornou obrigatória, com treinamento e recebimento de recursos a fundo perdido para suas comunidades e municípios. Observou-se nesta pesquisa de 2001 que 75% destes conselhos foram criados em 1987, 80% destes por lei municipal e 20% por decreto, e, embora tenham sido criados em 100% dos municípios, em apenas 55% deles há documentação legal de criação (oito por decreto e três por portaria). Em 25% dos municípios não existe

documento legal de criação dos conselhos e seus nomes foram obtidos em atas de reunião desses conselhos; em 15% houve decreto, mas não renovado quando da mudança do Conselho; e nos outros 5%, que correspondem a um conselho. Este foi formado por representantes que participam há um ano sem estarem oficializados. Observa-se ainda que, no caso de nomeações dos conselheiros,, o decreto e o regimento interno preveem que quando se muda um conselheiro devem ser mudados também os documentos, o que efetivamente não ocorria, Poucos são os conselhos que envolvem a comunidade e observou-se falta de regimento, ausência nas reuniões - principalmente dos representantes públicos - e inversão de papéis na direção dos conselhos. Outros dados desta pesquisa serão apresentados no Capítulo IV, juntamente com resultado da pesquisa de 2011/2012. Na conclusão do estudo do IPARDES sobre o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) 2001 constata-se que: 1) há pouca ou nenhuma participação dos conselheiros, ficando seu trabalho a cargo dos técnicos da EMATER e outros; 2) a sustentabilidade dos conselhos é questionada, uma vez que sua manutenção é custeada com recursos do PRONAF; e 3) alguns conselhos se desenvolveram onde o poder público atuou em parceria sintonizada com o conselho, em prol do desenvolvimento local.

O IPARDES (2001, p.27) conclui com as indagações:

[...] de que forma o CMDR poderá intervir e contribuir na promoção do desenvolvimento regional se os conselheiros que o integram não forem informados e não participam das reuniões? Como estes conselheiros poderão sugerir mudanças nas normas que regulam o funcionamento do CMDR se eles não conhecem o regimento interno em vigor? Enfim, como poderão exercer efetivamente a sua função no Conselho se não souberem claramente o seu papel e qual é a sua importância nas definições do CMDR.

3.5 A capacitação, o diagnóstico e a atuação dos conselhos

Ao avaliarem os treinamentos de capacitação dos conselheiros rurais, no estudo de caso de Virmond – PR, Leitão et al. (2003) mostram que os conselheiros daquele município afirmam por unanimidade que melhorou sua atuação após o treinamento. Segundo esses conselheiros, melhorou a qualidade das discussões, o número de presenças nas reuniões, o relacionamento, o entendimento, a socialização das informações e a transparência na aplicação de verbas, além disso o conselho ficou mais objetivo e os resultados foram melhores e mais democráticos. Sobre o que favoreceu as

mudanças, alegam que foi o comprometimento dos conselheiros com seu papel, o assessoramento do técnico da Emater no município e a abertura dada pelo prefeito.

Este mesmo treinamento para conselheiros rurais ocorreu em quase todo o Paraná, inclusive na região da AMUSEP, onde este pesquisador teve a oportunidade de fazer parte da equipe de formadores. Nos treinamentos de formação inicial ocorridos nos anos de 2000, 2001 e 2002, optou-se por iniciar os treinamentos com convite à participação para representantes de todos os conselhos gestores existentes nos municípios. Isso constituiu a base do conteúdo de treinamento para os conselheiros rurais ocorrido mais adiante e desmembrado em duas fases. O diagnóstico levantado durante os treinamentos mostrou que todos os conselhos estavam com problemas semelhantes, como: falta de interessados em participar; um mesmo conselheiro participar em vários conselhos para ter número mínimo legal e cumprir legislação; o conselheiro ser convocado a participar pelo poder constituído; a maioria dos conselheiros ser constituída de funcionários públicos; interferência política; muita ausência nas reuniões; falta de regimento; falta de controles, plano de trabalho e discussão dos problemas com a comunidade; conselheiros não saberem a qual conselho pertenciam; conselheiros não conhecerem suas atribuições, entre outros. O ponto relevante dos depoimentos nestes treinamentos foi a importância dada pelos participantes à troca de informações e a saber o que os demais conselhos faziam, a saber que as dificuldades eram comuns entre eles e quais estratégias comuns podiam ser usadas para o enfrentamento desses problemas.

Esta constatação prática coincide com a de Tonella (2006), cujo trabalho de pós-doutorado analisou seis municípios da região da AMUSEP – Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Paiçandu e Sarandi – trinta conselhos gestores dessa mesma região. O trabalho identificou que existe o risco de estes conselhos trabalharem a serviço dos administradores municipais. Os segmentos sociais não são representados como deveriam, não têm voz ativa nos conselhos e trabalham com a agenda do poder público. Tonella (2006) descobriu em Mandaguaçu, Mandaguari e Paiçandu casos comuns de conselheiros com dupla e tripla representação em conselhos e um caso de um conselheiro participar em quatro conselhos ao mesmo tempo.

Também Wisniewski et al. (2003) estudaram todos os conselhos gestores do município de Guamiranga – PR e constataram que os problemas eram comuns e repetidos em quase todos os conselhos gestores, isto é, propostas prontas, papéis figurativos, (alguns

entrevistados nem sabiam que estavam no conselho), indicações políticas, falta de organização funcional, falta de representatividade e de planejamento, entre outros.

O IPARDES (2001), estudando os conselhos de desenvolvimento rural, constatou que a sustentabilidade destes conselhos estava ligada ao repasse de recursos federais, e também observou falta de autonomia, pouca representatividade na maioria deles, pouca representatividade feminina e de jovens, falhas organizacionais, falta de regimento em muitos e conselhos que não a cumprem ou não conhecem o regimento.

Tatagiba (2002), em estudo em vários estados brasileiros, aponta as seguintes dificuldades dos conselhos gestores: paridade fictícia, atrelamento ao governo, conflitos por espaços, corporativismo, problema de representatividade dos grupos sociais, falta de respaldo da base a estes conselhos, fragilidade de vínculo entre os conselheiros e entidades da base que representam, falta de discussão antecipada da agenda das reuniões entre os conselheiros e a base que representam, problemas de fluxo das informações, baixo poder de mobilização dos movimentos populares para impor suas necessidades, reconhecimento e clamor por capacitação dos conselheiros, entre outros.

Esses estudos demonstram que os conselhos gestores, tanto os rurais como os urbanos, enfrentam os mesmos problemas e têm os mesmos desafios. O primeiro deles é de se aperfeiçoar e encontrar o equilíbrio e o caminho de forma a poderem cumprir o seu papel, que é o da participação civil nos espaços institucionais, interferindo no planejamento e execução das políticas públicas no Brasil, de forma a torná-las mais transparentes e assim colocá-las ao alcance da sociedade, permitindo ou facilitando o seu controle.

Um caminho apontado e mesmo solicitado pelos conselheiros para melhorar o cumprimento de suas tarefas e suprir as deficiências é o treinamento. Isto fica evidente e é a conclusão contida no livro com os anais do seminário de encerramento do I Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural, no qual profissionais, orientados por mestres e doutores em desenvolvimento apresentaram vários estudos sobre o tema, entre eles, o estudo denominado “**Descentralização do Poder, Participação e Controle Social das Políticas Públicas: Estudo dos Conselhos do Município de Guamiranga-PR (2003)**”. Eles estudaram todos os conselhos existentes no município e constataram os problemas comuns repetidos em quase todos eles, como visto acima. Nesse trabalho a exceção foi o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDR, justamente o conselho que recebeu mais de um treinamento de formação de conselheiro. Esse conselho era estruturado com regimento, representatividade dos participantes, agenda para o ano,

assuntos discutidos pelas comunidades representadas e retorno das decisões. Tatagiba (2002) cita a pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pela Pastoral da Criança da Arquidiocese sobre os conselhos da saúde, assistência social e criança e adolescente, a qual demonstrou que para 71% dos conselheiros não governamentais a principal dificuldade em exercer suas funções é a falta de capacitação, problema também apontado por 67% dos presidentes dos conselhos. Igualmente as escolas Quilombo dos Palmares (1995) dos estados da Bahia, Paraíba, Sergipe, Ceará, Maranhão, Piauí, e Rio Grande do Norte indicam que a questão da capacitação é considerada pelos conselheiros não governamentais como o principal entrave a uma efetiva participação. Este tema teve destaque também no Fórum Estadual de Reforma Urbana de Pernambuco, como afirma Tatagiba (2002). Não obstante, este autor faz alguns questionamentos quanto ao treinamento, por exemplo: qual o significado da existência do conselho se os conselheiros não são preparados para ocupar este espaço e nele disputar o projeto; como melhorar a qualidade da participação dos conselheiros sem promover a elitização e burocratização da participação; como resolver o problema dos altos índices de analfabetismo *versus* a valorização em nossa cultura e , como suprir a falta de conhecimento dos representantes do governo sobre a máquina administrativa. É necessário sanar essas deficiências para que se possa discutir em condições de igualdade, buscar consenso e deliberar nos conselhos.

Favaro (1996) observa que o fato de uma entidade ser formada por organismos do Estado, como é o caso da Emater, que propõe a participação popular, construirá sempre esta forma concedida, constringida e outorgada, isto é, a classe dominante imporá limites que não poderão ser ultrapassados. Em contraposição a esta visão e mesmo como alternativa a ela, Tatagiba (2002) traz alguns exemplos de capacitação dos conselheiros populares, como a Escola dos Quilombos dos Palmares, que não treina os conselheiros individualmente, mas sim, as entidades às quais eles pertencem. Algumas ONGs, como a IBASE, incluem no treinamento planejamento estratégico e desenvolvimento de mecanismos gerenciais. O CNAS e a Secretaria de Assistência Social /Ministério da Previdência Social, em parceria com o Ministério da Educação, por meio da TV Escola, montaram um programa de capacitação à distância com conteúdos gerais e específicos para cada área (mulheres, idosos, portadores de deficiência, etc.), respeitando a cultura de cada localidade.

Posta a problemática da necessidade de treinamento, questiona-se como se poderá dar este treinamento. O presente trabalho, como já exposto, pretende levantar como estão

funcionando os conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável na região da AMUSEP e qual sua contribuição para o município e região, partindo do pressuposto de que os conselhos rurais atuam, na configuração atual, há mais de dez anos e receberam diversos treinamentos neste período.

3.6 Histórico dos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável (CMDRSs) da região da AMUSEP, objeto de estudo do presente trabalho

Para entender a atuação atual dos CMDRS faz-se necessário analisar o histórico desses conselhos na região da AMUSEP bem como do capital social por eles acumulado em 29 anos. Esses conselhos iniciaram em 1983, através da atuação dos grupos e conselhos de produtores, das comissões, dos comitês, dos fóruns e conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável, e por meio dos sindicatos e cooperativas, e ainda dos treinamentos recebidos. É também preciso analisar se houve ganhos qualitativos na atuação dos conselhos rurais atuais. Abaixo se apresenta um breve resumo das principais fases desses grupos; que, embora não necessariamente se constituam dos mesmos conselheiros, supõe-se e que seus conhecimentos e experiências acumulados, e principalmente os dos produtores e técnicos, contribuam para um diferencial positivo sobre a atuação dos conselhos.

Por estar se tratando de capital social, cabe uma referência sobre o capital social de que se está falando. Embora haja diversos autores e estudos recentes sobre o tema, optou-se por usar o conceito que é considerado o pioneiro, datado de 1916, mas conta com um texto claro e atual, e coincidentemente utilizado por um educador de escolas rurais dos EUA para mostrar a importância do envolvimento da comunidade.

Para Hanifan, capital social refere-se:

[...] às coisas intangíveis [que] são importantes para o cotidiano das pessoas: boa vontade, amizade, solidariedade, interação social entre os indivíduos e as famílias que compõem uma unidade social Uma pessoa apenas existe socialmente, se deixada a si próprio... Mas se ela entrar em contato com o seu vizinho, e estes com outros vizinhos, haverá uma acumulação de capital social, que pode imediatamente satisfazer suas necessidades sociais e que podem ostentar uma potencialidade social suficiente para a melhoria substancial da comunidade, para as condições de vida de toda a comunidade. A comunidade como um todo se beneficiará pela cooperação de todas as suas partes, enquanto que o indivíduo vai encontrar nas suas associações as vantagens da ajuda, da solidariedade... bem como seu vizinho no clube. (HANIFAN, 1916, p.01)

Somando-se ao exposto acima, subentende-se ainda que quando uma pessoa adquire algum conhecimento e somado a todo o seu referencial de vida, ao entrar em contato com seu vizinho tem um ganho de qualidade e de conhecimento que passa a fazer parte da acumulação do capital social. Essa idéia remete aos conselhos rurais e ao seguinte questionamento: com vários anos de atuação haveria um diferencial na sua atuação por conta do capital social acumulado?

A seguir, resumidamente, tem-se a história de atuação dos conselhos rurais na região estudada AMUSEP, conseqüentemente, com acumulação de capital social.

Entre 1983 a 1988 (29 anos) houve ações do Programa de Manejo Integrado de Solos e Águas do Paraná - PMISA na região da AMUSEP, assim como nas demais regiões do Paraná. Este programa foi o primeiro que passou a exigir a participação comunitária, com envolvimento dos produtores rurais e entidades ligadas ao meio rural, como prefeituras, cooperativas, empresas de planejamento e assistência técnica, maquinários e de insumos.

Entre 1989 e 1996, (há 23 anos) a execução do Programa Paraná Rural e do Programa de Manejo das Águas, Conservação do Solo e Controle da Poluição exigia a formação de uma comissão de solos, que deveria ser constituída de produtores das microbacias hidrográficas e de representantes das entidades públicas e privadas ligadas à agricultura. Além disso, era obrigatório que o técnico da extensão oficial (Emater) fosse o secretário dessa comissão, para facilitar o trâmite dos documentos e projetos, com reuniões constantes e treinamentos.

De 1998 a 2005 o Estado do Paraná implementou o Programa Paraná 12 Meses, que exigiu um conselho, denominado Conselho do Paraná 12 Meses, e novamente o técnico da Extensão Rural deveria ser o secretário executivo. Em 2000 e 2001 a Emater iniciou treinamento para a formação de conselheiros, o que foi feito na AMUSEP, culminando com encontros regionais e estaduais em 2010.

Somam-se a estas experiências acumuladas o conhecimento dos treinamentos e o planejamento para toda a área da AMUSEP. Este projeto foi denominado “Oficina de Projetos” (Planejamento Estratégico para a AMUSEP (2003), posteriormente PRO-AMUSEP, cuja programação se deu através de oficinas de trabalho realizadas em todos os municípios.

Este programa de ação tinha por objetivo geral a “Transformação econômica e social, buscando a inclusão de todos, estimulando a participação da comunidade, alterando

os indicadores do nível de qualidade de vida” (Oficina de Planejamento Estratégico para a AMUSEP, 2003, p.10). Para tanto, foram desenvolvidas ações que visavam promover a integração político-institucional de todos os atores sociais, com vista a desenvolver o cidadão e a incentivá-lo a participar e fortalecer a organização social existente. Também se buscou promover a inovação tecnológica, através da aproximação dos setores produtivo e tecnológico, bem como estimular a agregação de valor dentro das cadeias produtivas, criando oportunidades para inclusão social e promovendo melhor distribuição de riquezas. Além disso, foram promovidas ações com vistas à preservação do meio-ambiente, de modo a integrar produção e qualidade de vida. A implementação do programa de desenvolvimento exigiu grande esforço das instituições envolvidas, assim como das lideranças e das comunidades, pois foi desenvolvida uma estratégia participativa.

Para atender a estes objetivos e gerir as ações do programa, montou-se o conselho gestor, com representantes de seis entidades, a saber, a Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense - AMUSEP, a Universidade Estadual de Maringá - UEM, o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná, a EMATER, o Centro Ensino Universitário de Maringá – CESUMAR e o Instituto de Desenvolvimento Rural – IDR.

Como parte da estratégia, foram capacitados integrantes de todas as instituições envolvidas para que implementassem e animassem o processo de desenvolvimento da região. Esta capacitação foi patrocinada pelos parceiros, mas especialmente pelo Sebrae e pela Emater, pois exigia o desembolso de recursos financeiros e a alocação de recursos humanos. O Sebrae/PR chegou a contratar profissionais habilitados para aplicar uma metodologia de **formação de agentes públicos de desenvolvimento**, a qual era executada em sete módulos, ficando a ministração de um deles sob a responsabilidade exclusiva do EMATER. O objetivo era ensinar os participantes como comportar-se nos grupos, como deveria ser a dinâmica dos grupos, como agir e deixar que todos participem, entre outros aspectos. No último módulo, de responsabilidade da Emater, eram tratados conteúdos relacionados ao papel dos conselhos rurais e seus conselheiros, com uma visão que contemplava a sua forma de atuação e suas obrigações. Assim como o seu papel como representantes de grupos ou de uma comunidade junto ao poder público.

Após o treinamento de multiplicadores das instituições envolvidas, foram treinados, em todos os municípios da AMUSEP, ao todo, 1.400 lideranças e conselheiros, para gerir as ações dos fóruns de desenvolvimento locais.

Nos anos 2003, 2004 e 2005 o Sebrae colocou um profissional que para, juntamente com as demais instituições, formar um fórum de desenvolvimento em cada município. Diversos projetos foram desenvolvidos e perduram até o presente, como os de agroindústria, fruticultura, leite, turismo, entre outros. Neste período ocorreram dois encontros regionais com todos os 1.400 membros dos fóruns, com conteúdo motivacional. Assim, diversos projetos foram desenvolvidos e em todos os municípios houve ações de integração e projetos de desenvolvimento. A participação era intensa, tanto que muitos fóruns reclamavam do número de reuniões e encontros.

Houve investimento na capacitação das comunidades e das lideranças para serem protagonistas de seu próprio destino; contudo é preciso ressaltar que isso não significou, necessariamente, ter havido a participação direta e representativa das lideranças rurais, pois os fóruns tinham um caráter de participação aberta e livre dos indivíduos, os quais se auto-organizavam para as reuniões. Por outro lado, não se mediu a participação direta dos representantes do meio rural neste processo de qualificação formal. Não obstante, é possível supor que as ações do programa PRÓ-AMUSEP causaram efeitos no aumento do capital social, o que pode ter gerado resultado direto na formação dos representantes do meio rural (SERATTO, 2011).

Diante desse diagnóstico tácito levantado pela Emater, na fase seguinte, compreendida entre 2007 e 2010, ocorreu um novo esforço para a melhoria das competências voltadas à organização social dos conselhos. Nesse sentido, foi aplicado um programa de capacitação de conselheiros em dois módulos ou etapas, no qual foram tratados conteúdos que iam da conceituação de desenvolvimento, o papel dos conselheiros e dos conselhos, aspectos operativos e legais, até a formação básica para aperfeiçoar o relacionamento e a interação dos grupos que compunham os conselhos. Este trabalho abrangeu vinte e sete dos trinta municípios do território da AMUSEP e envolveu 488 pessoas entre lideranças rurais e representantes do poder público local (SERATTO, 2011). Nesse período, também houve participação de representantes rurais desse território no primeiro e segundo encontros Estaduais de conselheiros rurais e na II Conferência Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, que ocorreram em meados de 2010.

Além disso, segundo Seratto (2010), foram realizadas conferências em vinte e cinco municípios que integram o território da AMUSEP e a Primeira Conferência sobre o Desenvolvimento Rural do Território da AMUSEP. O intuito foi promover o debate e estimular ações para o fortalecimento da agricultura na região. Estas conferências contaram

com a efetiva participação dos agricultores, das organizações e entidades que os representam, de líderes e gestores das esferas pública e privada municipal e regional, bem como de representantes de diversos setores da sociedade civil organizada, que compartilharam do trabalho de organização e execução em todas as suas etapas. Nas vinte e cinco conferências municipais foi registrada a participação de 1.182 conferencistas, dos quais 208 também representavam seus municípios na etapa territorial, totalizando 1.390 participantes (com repetição). No final do trabalho se avaliará se todo este esforço de organização e envolvimento participativo resultou em ganhos qualitativos dos conselhos gestores rurais atuais.

A título de informação, nos termos da lei que criou o PDBR, a região geográfica e o movimento de organização social que foram empreendidos no território da AMUSEP não se enquadravam plenamente em todos os quesitos das normas, de forma que pudesse ser reconhecida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, embora reconhecido pelo Cedraf é classificado oficialmente por este como Pré-Território, assim, não tem a mesma prioridade para receber verbas federais para seus projetos.

O Paraná está organizado em sete territórios e sete pré-territórios, totalizando 264 municípios (Bianchini, 2010). No Brasil estão constituídos 264 territórios, abrangendo 2.500 municípios, os quais contaram com recursos de 27,68 bilhões de reais para investimento no ano de 2010, com o objetivo de alavancar o desenvolvimento rural (PDBR 258/10).

Na figura 1 encontra-se o mapa do Paraná com os quatorze territórios e pré-territórios, inclusive o da AMUSEP, que abrange trinta municípios do setentrião paranaense, assim dispostos:

- Territórios do Paraná: Sudoeste, Integração Norte Pioneiro, Contuquiriguaçu, Paraná Centro, Centro Sul e Caminhos do Tibagi.
- Pre-Territórios: Consad Entre Rios, Pro-Amusep, Vale do Ivaí, Oeste, Vale do Iguaçu, Litoral e Noroeste.

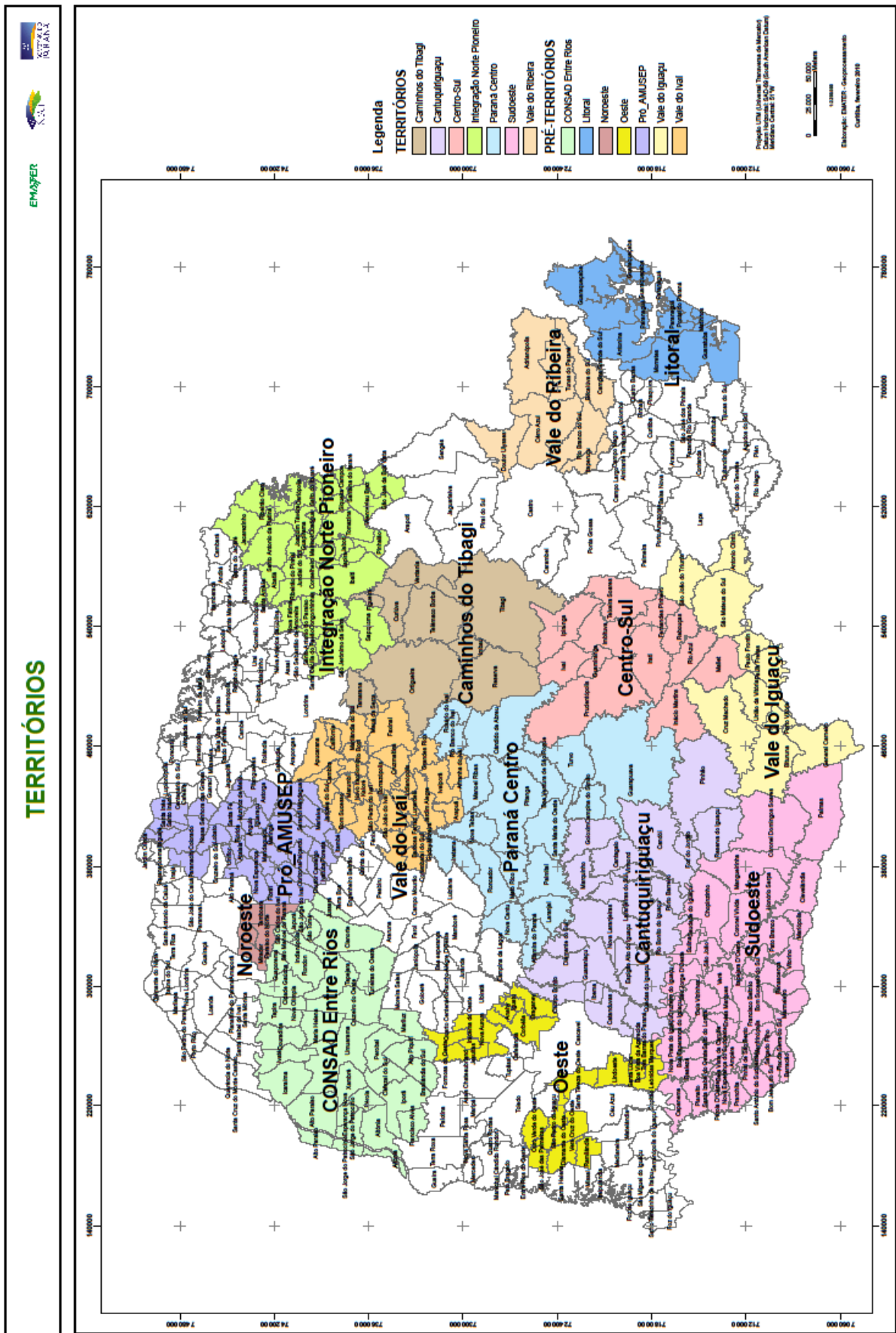


Figura 1- Mapa do Paraná com os sete territórios e sete pré-territórios.
 Fonte: área de geoprocessamento da EMATER 2010

4. ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS CMDRSs DA AMUSEP

4.1 Dados Socioeconômicos da região estudada – a da AMUSEP

Para uma melhor compreensão do objeto de estudo dessa pesquisa, consideramos importante fornecer um retrato sócio-econômico da região.

A região da AMUSEP é composta por trinta municípios da Região Noroeste do Estado do Paraná que abrangem um território de 7.002,4 Km², conforme se apresenta na Figura 2.

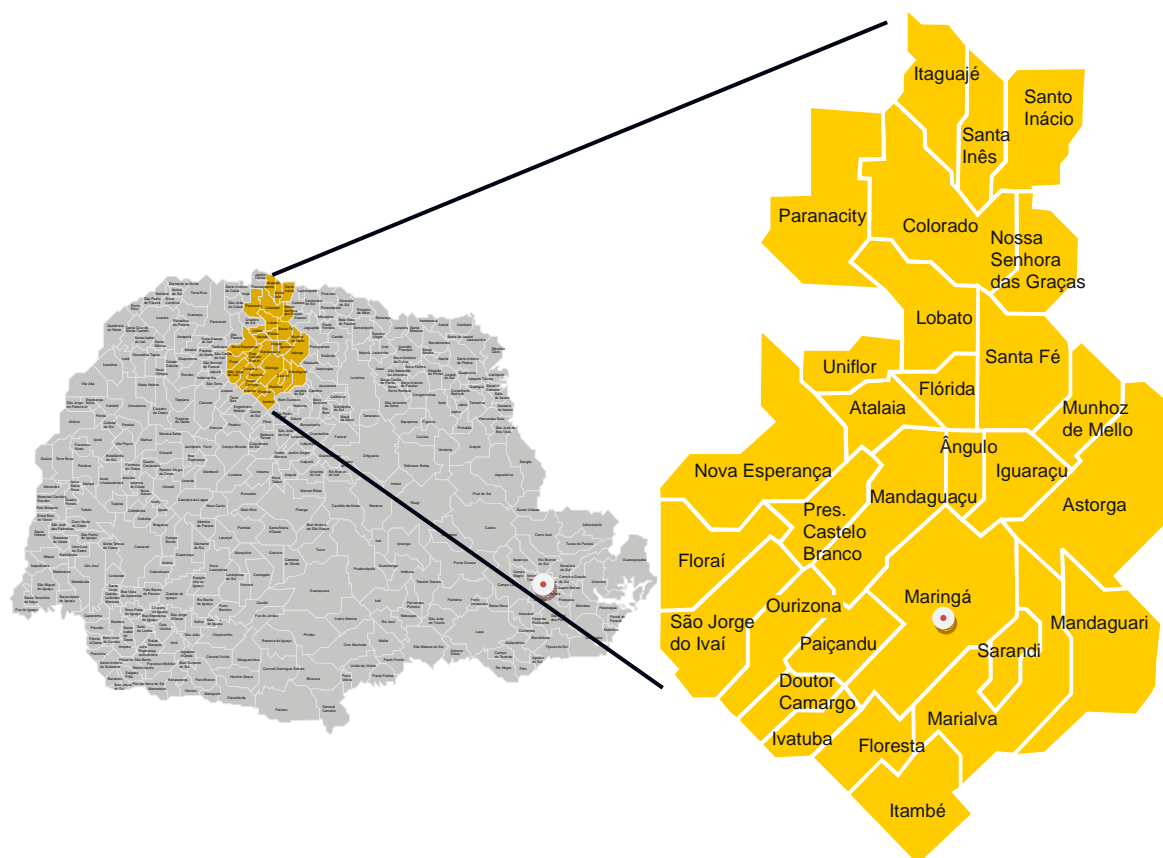


Figura 2. Território da AMUSEP
Fonte: EMATER (2008).

De acordo com os dados do IBGE (2011) expostos no quadro 1, em 2010 a população total da AMUSEP era de 733.459 habitantes, dos quais, 38.043 residiam no meio rural e 695.416 moravam nas cidades e distritos.

Quadro 1. Distribuição da população nos municípios da Amusep, taxa de urbanização e crescimento relativo da população rural entre 2000 e 2010.

Município	Pop. Total (2010)	% Cresc. 2000/2010	Pop. Rural (2010)	%Cresc. 2000/2010	Pop. Urbana (2010)	% Cresc. 2000/2010	Dens. Pop. (hab./km ²)	Taxa de Urbaniz .
Ângulo	2.861	0,74	606	-12,17	2.255	4,88	27,01	78,8
Astorga	24.704	4,51	2.141	-32,27	22.563	10,19	56,66	91,3
Atalaia	3.913	-2,54	566	-17,73	3.347	0,60	28,41	85,5
Colorado	22.347	6,63	1.340	-38,67	21.007	11,91	55,35	94,0
Dr. Camargo	5.829	0,90	718	-34,61	5.111	9,23	49,30	87,7
Floraí	5.050	-4,45	578	-25,32	4.472	-0,86	26,49	88,6
Floresta	5.921	15,60	450	-38,86	5.471	24,74	36,55	92,4
Flórida	2.540	4,35	218	-13,83	2.322	6,46	30,55	91,4
Iguaraçu	3.992	10,95	423	-46,05	3.569	26,83	24,45	89,4
Itaguajé	4.568	-4,25	932	-21,35	3.636	1,39	23,96	79,6
Itambé	5.977	0,35	308	-46,71	5.669	5,41	24,45	94,8
Ivatuba	3.008	7,58	714	-17,93	2.294	19,11	31,64	76,3
Lobato	4.392	8,07	293	-58,02	4.099	21,78	18,32	93,3
Mandaguaçu	19.784	17,57	2.214	-18,45	17.570	24,50	67,42	88,8
Mandaguari	32.669	4,06	1.719	-44,80	30.950	9,44	97,14	94,7
Marialva	31.972	11,39	6.178	-6,24	25.794	16,65	67,29	80,7
Maringá	357.117	23,72	7.997	71,06	349.120	22,94	734,15	97,8
Munhoz Mello	3.678	8,14	698	-20,14	2.980	17,93	26,73	81,0
Nossa S. Graças	3.834	0,03	651	-33,91	3.183	11,76	20,66	83,0
Nova Esperança	26.613	3,44	2.299	-41,71	24.314	11,61	66,15	91,4
Ourizona	3.380	-0,47	338	-50,00	3.042	11,84	19,27	90,0
Paiçandu	35.941	16,83	491	-57,01	35.450	19,67	210,31	98,6
Paranacity	10.256	12,59	781	-56,20	9.475	29,33	29,46	92,4
Pres. C. Branco	4.775	10,92	587	-44,52	4.188	28,98	30,73	87,7
Santa Fé	10.436	17,66	1.206	-24,91	9.230	27,06	37,70	88,4
Santa Inês	1.818	-13,39	626	-30,91	1.192	-0,08	13,20	65,6
Santo Inácio	5.269	1,56	1.069	-12,95	4.200	6,06	17,08	79,7
São Jorge Ivaí	5.508	-1,47	736	-28,68	4.772	4,70	17,39	86,6
Sarandi	82.842	15,99	687	-64,39	82.155	18,22	798,99	99,2
Uniflor	2.465	4,36	479	-31,96	1.986	19,78	25,93	80,6
Total/Média	733.459	6,05	38.043	-29,97	695.416	14,07	90,42	87,64

Fonte: Dados do IBGE de 2010, disponíveis em abril de 2011- Projetos de estradas rurais Emater (Seratto; Lopes Júnior, 2011).

A análise desses dados indica que praticamente em todos os municípios ocorreu o crescimento da população urbana entre as décadas de 2000 e 2010, com exceção de Florai e Santa Inês. Indica ainda uma redução da população rural de aproximadamente 30% nos últimos dez anos, com exceção do município de Maringá, que obteve um desempenho positivo (quadro1). A hipótese mais provável para este fato é a criação de elevado número de chácaras na área rural de Maringá. Isso aponta para uma mudança drástica no perfil rural e agrícola da região, que é reflexo, em parte, da perda de competitividade das atividades que envolvem a agricultura familiar em relação às demais.

Outro fator preponderante que pode justificar a saída do homem do campo é que nos municípios com solos derivados do Arenito Caiuá predominam grandes áreas de pastagens, as quais utilizam pouca mão de obra. A isto se acrescenta o fato de que nestas áreas tem ocorrido a expansão da cultura da cana-de-açúcar e a retração da cafeicultura e sericicultura. O fato que corrobora para esta afirmação é o comparativo com o município de Marialva, observado no Quadro 1. Nele é possível observar que Marialva foi o município que menos perdeu moradores do campo na última década, isto é explicado pela expansão de propriedades com plantio de uva, que utiliza muita mão-de-obra especializada, na maioria familiar, bem como, não pertence ao solo denominado Arenito Caiuá (solo menos fértil). Além disto, este fator dificultou a entrada da cana de açúcar, que tem como característica ocupar grandes áreas e utilizar mão de obra braçal vinda da cidade e até de outros estados, em períodos sazonais, embora estes trabalhadores sazonais estejam diminuindo com a crescente mecanização. Também para explicar o êxodo rural na região da AMUSEP, há a hipótese do envelhecimento da população rural e a perda relativa da qualidade de vida em relação aos centros urbanos, qualidade esta, relacionada à locomoção, acesso aos serviços públicos e aos meios de comunicação, trabalho bem remunerado, lazer, cultura, etc. Corroboram esta hipótese os relatos dos encontros de jovens e dos conselhos rurais de 2009 e 2010 e 2011, nos quais os participantes sugerem um trabalho na busca de uma qualidade de vida no campo igual ou próximo à da cidade, com boas estradas, meios de comunicação, saúde, segurança e boa remuneração.

No quadro 1 os dados que mais chamam a atenção quando da análise são a diminuição da população rural em quase 30% em uma década e a elevação do índice de urbanização. Esses dados vão ao encontro do prognóstico listado pelo FMI e pela OIT os quais afirmam que na próxima década o mundo terá que conviver com uma onda de mais de trinta milhões de pessoas saindo do campo e indo para as cidades todos os anos (vide

pg. 34). O Quadro 1 mostra ainda a alta densidade habitacional e os altos índices de urbanização dos municípios de Maringá, Paiçandu e Sarandi, que são exatamente os municípios com a maior população residente na cidade.

Infere-se que a pujança do desenvolvimento econômico das cidades que polarizam a economia microrregional e regional tem criado melhores oportunidades de emprego e renda, o que constitui um fator de atração de pessoas em busca dessas oportunidades, atraindo inclusive moradores das áreas rurais para ocupações que complementem a renda rural. Em muitos casos estas condições são decisivas para a permanência do homem no campo, como pode ser observado nos diagnósticos da extensão rural oficial e em Bianchini (2010). Esses diagnósticos mostram dados do censo agropecuário de 2006 segundo os quais mais de 1,7 milhão de produtores familiares (33%) em todo o Brasil declararam ter recebido outra receita além daquela obtida no estabelecimento, especialmente as advindas de aposentadoria, pensão e (ou) salários com atividades fora do estabelecimento. Esta realidade constitui um desafio para o CMDRS.

Essa visão de integração do rural e do urbano para proporcionar o desenvolvimento regional é uma das justificativas para a formação do Comitê Gestor e do Fórum de Desenvolvimento Integrado dos Municípios da AMUSEP que constou no planejamento estratégico para a AMUSEP 2003, PRO-AMUSEP - 2003 a 2005, novo Plano Estratégico 2007 e no Inova/2008, entre outros documentos já citados anteriormente, todos os quais tiveram como propósito aproveitar o potencial econômico, humano e de infraestrutura. O objetivo constante nestes documentos é a inclusão social e o desenvolvimento de toda a região. Contudo, verifica-se que o território da AMUSEP não foi reconhecido como território pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural da Agricultura Familiar – CEDRAF, e conseqüentemente, também não foi reconhecido pelo MDA, do qual supostamente poderia receber mais atenção e recursos. Foi reconhecido apenas como pré-território, pelas características da região, pelo pequeno número de agricultores familiares comparativamente com as demais regiões do Estado e pelo fato de os índices de pobreza não serem os mais críticos do Estado, como se verifica no quadro 2, em que a média dos indicadores da região da AMUSEP é superior à média estadual.

Esse fato do enquadramento em pré-território leva à necessidade de o conselho gestor buscar outras fontes de recursos que não o MDA, apesar de não ser descartada essa fonte, bem como não demanda o mesmo trabalho dos CMDRSs que demandaria nos Territórios, porém suscita outros desafios para as políticas públicas e para os CMDRS na

busca do desenvolvimento do território, observe-se a comparação entre o pré-território da AMUSEP e, por exemplo, o território do Vale da Ribeira, vista em Bianchini (2010, p.80-85). O Vale da Ribeira é constituído por sete municípios, que totalizam uma área de 6.093,54km², contra trinta municípios e 7.002,4km² da AMUSEP. O Vale da Ribeira tem um índice de pobreza maior que a média do Paraná, enquanto na AMUSEP este índice esta abaixo da média; no Vale da Ribeira 94,5% dos agricultores são familiares, contra 70,8% da AMUSEP; no Vale da Ribeira 43,8% da população residem na área rural, contra 5,2% na AMUSEP. Esses dados justificam a condição de pré-território da AMUSEP, e não o de território.

Corroboram esta afirmação os dados do Quadro 2, abaixo, sobre os indicadores de desenvolvimento socioeconômicos da região estudada – a da AMUSEP³.

³ O indicador de Emprego, Renda e Produção Agropecuária – IPDM-ERPA é elaborado com o patamar do salário médio (47%), o nível de emprego formal (45%) e a renda agropecuária (8%). Enquanto, o IPDM-Educação considera o atendimento à educação infantil (20%), o percentual de docentes com curso superior (15%), o número médio diário de horas-aula (15%), a taxa de não distorção idade-série (10%), a taxa de não abandono (15%) e média do índice de desenvolvimento da educação básica (25%). O IPDM-Saúde, abarca o percentual de mais de seis consultas pré-natais por nascido vivo (33,3%), o percentual de óbitos por causas mal definidas (33,3%) e percentuais de óbitos de menores de cinco anos por causas evitáveis por nascidos vivos (33,3%). E por fim, o índice final, considera com igual ponderação as três dimensões acima descritas: emprego, renda e produção agropecuária; educação e saúde. O IDH-M é elaborado com base nos indicadores de educação (alfabetização e taxa de frequência escolar), longevidade e renda da população. No IDH, o 0 (zero) representa nenhum desenvolvimento humano; países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; e aqueles com IDH igual ou superior a 0,800 têm o desenvolvimento humano considerado alto. (IPARDES, 2011). Índice de Gini: Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0 (zero), quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1 (um), quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Índice de Theil: Mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre os indivíduos e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo.

Quadro 2 – Indicadores de Desenvolvimento da Região da AMUSEP

Município	Indicadores de desenvolvimento IpardeS (2008)				Índices base no Censo IBGE (2000)			
	IPDM Final	IPDM – Emprego, Renda, Prod. Agropec.	IPDM- Educ.	IPDM - Saúde	Gini	Theil	IDH-M	Posição Nacional IDH-M
Ângulo	0,681	0,450	0,811	0,781	0,510	0,440	0,742	2.104
Astorga	0,748	0,535	0,784	0,925	0,550	0,510	0,750	1.876
Atalaia	0,783	0,498	0,890	0,963	0,500	0,430	0,765	1.460
Colorado	0,775	0,698	0,759	0,869	0,530	0,480	0,782	1.006
Dr. Camargo	0,715	0,415	0,871	0,858	0,510	0,440	0,767	1.414
Floraí	0,801	0,538	0,872	0,992	0,500	0,420	0,771	1.293
Floresta	0,738	0,516	0,797	0,899	0,480	0,390	0,773	1.241
Flórida	0,792	0,492	0,899	0,987	0,480	0,390	0,775	1.175
Iguaraçu	0,743	0,522	0,827	0,879	0,510	0,450	0,740	2.150
Itaguaí	0,648	0,434	0,754	0,757	0,600	0,630	0,723	2.567
Itambé	0,726	0,465	0,846	0,867	0,530	0,470	0,769	1.352
Ivatuba	0,769	0,572	0,879	0,857	0,540	0,510	0,768	1.380
Lobato	0,836	0,656	0,911	0,941	0,510	0,420	0,795	677
Mandaguaçu	0,674	0,482	0,735	0,806	0,520	0,460	0,762	1.530
Mandaguari	0,754	0,580	0,825	0,858	0,500	0,420	0,791	779
Marialva	0,703	0,535	0,744	0,829	0,580	0,590	0,784	960
Maringá	0,821	0,741	0,841	0,881	0,560	0,540	0,841	65
Munhoz de Melo	0,738	0,466	0,811	0,938	0,550	0,520	0,767	1.413
Nossa. S Graças	0,696	0,380	0,753	0,954	0,460	0,370	0,719	2.636
Nova Esperança	0,706	0,492	0,736	0,890	0,520	0,470	0,748	1.927
Ourizona	0,709	0,447	0,746	0,935	0,500	0,430	0,770	1.322
Paiçandu	0,628	0,416	0,708	0,760	0,430	0,300	0,746	1.989
Paranacity	0,721	0,648	0,698	0,817	0,540	0,480	0,742	191
Pres. C. Branco	0,700	0,452	0,773	0,874	0,490	0,410	0,742	2.100
Santa Fé	0,694	0,536	0,740	0,805	0,510	0,440	0,773	1.239
Santa Inês	0,705	0,390	0,746	0,980	0,490	0,400	0,726	2.505
Santo Inácio	0,680	0,614	0,671	0,755	0,520	0,460	0,738	2.210
São Jorge do Ivaí	0,739	0,470	0,916	0,830	0,520	0,470	0,792	749
Sarandi	0,648	0,461	0,693	0,790	0,430	0,290	0,768	1.378
Uniflor	0,683	0,478	0,778	0,792	0,500	0,420	0,734	2.331
Média Regional	0,725	0,513	0,794	0,869	0,512	0,448	0,762	1.501
Média Estadual	0,662	0,457	0,729	0,801	0,550	0,510	0,740	2.151

Fonte: Proposta de Apoio às Prefeituras Municipais para a Readequação de Carreadores das Propriedades Rurais na região da Amusep, elaborado por (Seratto; Lopes Júnior, 2011), a partir de dados do IpardeS (2008) e do IBGE (2000), disponíveis em 2011.

No Quadro 2 verifica-se a disparidade dos indicadores entre os municípios, cujos índices marcados em azul estão acima da média aritmética regional e, em vermelho, abaixo. Também se observa neste quadro que, em muitos casos, os municípios que apresentam índices do IPDM-Final inferiores à média regional são os mesmos que apresentaram desempenho negativo na dinâmica populacional rural entre as décadas de 2000 e 2010, o que, conseqüentemente, provocou efeitos na dinâmica populacional geral, os quais quando não negativos, pelo menos tiveram um desempenho inferior ao da média regional. Vale observar que abaixo da média estadual encontram-se os municípios de Itaguajé, Paçandu e Sarandi.

Ademais, todos os indicadores médios regionais são melhores do que os indicadores médios estaduais, e os municípios que têm IDH-M abaixo da média estadual são os municípios de Itaguajé, Santo Inácio, Nossa Senhora das Graças e Uniflor. Quanto aos índices de Ghini e Thail, que medem a desigualdade de renda, respectivamente, entre as famílias e os indivíduos, observa-se a maior concentração de renda no município de Itaguajé, que também tem o IDH-M e o IPDM- Final menores que a média estadual.

Estes dados vêm corroborar a ideia de Abramovay (2001-2003), que afirmava que a programação para a busca do desenvolvimento não poderia ser feita município a município, e sim, com um conjunto de municípios, o que leva à seguinte reflexão: como pode um município “pobre” buscar sozinho o desenvolvimento?

Isto, no mínimo, será muito mais difícil. A lei do PDR (Lei N.º 258/10) prevê planejamento por território, que significa planejamento em áreas com características comuns, com o objetivo de ajuda mútua e de maximização de recursos, entre outros.

O Quadro 3 apresenta um resumo da categoria do público rural da AMUSEP, e o quadro 4 traz os dados por municípios, ambos com categorias de público e o público prioritário das políticas públicas, que são os agricultores familiares.

Quadro 3 - Resumo e nº das categorias de público rural .

<i>Categoria</i>	<i>Número</i>
<i>Agricultor familiar (Lei Federal)</i>	<i>12.900</i>
<i>Agricultor patronal</i>	<i>4.435</i>
<i>Assentado</i>	<i>243</i>
<i>Indígena</i>	<i>0</i>
<i>Pescador artesanal</i>	<i>82</i>
<i>Quilombola</i>	<i>0</i>
<i>Trabalhador rural</i>	<i>13.741</i>
<i>TOTAL</i>	<i>31.401</i>

Quadro 4 - Categoria de posse e de público por município da AMUSEP

Município	N. total estab.	Condição de posse (IBGE, 2006)			Categoria de público (EMATER, 2011)						DAPs Ativas (2011)
		Arrend	Parc.	Prop.	AF (Lei)	Agric Pat.	Trab.Rur.	Pesc Artez	Assen	Total	
Ângulo	235	28	8	196	210	26	80	-	-	316	171
Astorga	1.079	110	50	889	1.207	170	120	-	-	1.497	831
Atalaia	367	53	4	309	419	106	490	-	-	1.015	207
Colorado	560	26	1	521	260	240	-	-	-	500	366
Dr.Camargo	590	100	23	429	540	60	1.320	40	-	1.960	523
Floraí	350	52	32	263	472	78	100	-	-	620	171
Floresta	217	16	6	193	285	40	30	-	-	355	399
Flórida	201	15	1	180	102	22	160	-	-	284	98
Iguaraçu	252	34	11	202	286	119	120	-	-	525	196
Itaguajé	371	2	1	290	273	22	900	11	142	1.348	310
Itambé	385	68	5	254	300	98	300	-	-	698	185
Ivatuba	129	5	-	124	129	110	135	-	-	374	113
Lobato	241	44	1	192	145	105	35	-	-	285	112
M. de Mello	352	38	4	302	242	116	294	-	-	652	219
Mandaguaçu	610	69	23	514	367	411	2000	-	-	2.778	377
Mandaguari	874	71	59	734	790	105	620	-	16	1.531	604
Marialva	1.658	182	58	1.405	2.400	600	300	-	20	3.320	1.424
Maringá	827	94	23	676	1.248	312	90	-	-	1.650	455
N. S. Graças	385	22	-	352	174	125	1.100	-	-	1.399	119
N.Esperança	806	47	54	701	722	315	965	-	-	2002	547
Ourizona	399	75	10	290	148	168	280	-	-	596	130
P.C. Branco	259	17	-	236	170	60	500	-	-	730	141
Paçandu	335	97	1	231	370	250	570	-	-	1.190	178
Paranacity	336	14	-	301	259	169	1088	-	20	1536	123
S. J. do Ivaí	334	47	4	280	432	166	170	-	-	768	215
Santa Fé	510	56	18	431	400	120	980	-	-	1.500	328
Santa Inês	122	1	1	119	143	42	549	26	-	760	34
Santo Inácio	307	26	1	259	192	110	-	5	45	352	220
Sarandi	246	15	3	214	150	60	25	-	-	235	120
Uniflor	222	12	7	195	65	140	420	-	-	625	49
Total	13.559	1.436	409	11.282	12.900	4.435	13.741	82	243	31.401	8.965

Quadro 4 - Fonte: IBGE 2006 e Planejamento Emater 2011

O Quadro 4 mostra os municípios com números mais expressivos de agricultores familiares, sendo Marialva o que concentra maior número. Relevantes também são os municípios de Astorga, Maringá, Mandaguari e Nova Esperança, coincidentemente os que possuem uma agropecuária diversificada, necessitando de muita mão de obra, como a viticultura, a bovinocultura do leite, a sericultura, a cafeicultura e outras. Cabe salientar ainda que as políticas públicas são mais direcionadas a esse público, que são os agricultores familiares, e que essas políticas são as que mais demandam o trabalho dos conselhos rurais de desenvolvimento sustentável – CMDRSs.

4.2 O grau de institucionalização dos conselhos e características de funcionamento

Quadro 5 - Dados sobre existência de conselhos nos municípios e características destes												
Municípios da AMUSEP	Situação da Capacitação de Atores:		Situação do Conselho:									Ação dos Conselhos Rurais
	Data Realização - "Etapa 1" e Número de Treinandos:	Data Realização - "Etapa 2" e Número de Treinandos:	Possui conselho já constituído Formalmente?	Lei / Decreto Municipal	Conselho possui Estatuto / Regimento?	Conselho possui "Plano de Desenvolvimento Rural"?	Nº de Conselheiros	Nº de Conselheiros agricultores (as) (titulares)	Nº Mulheres no CMDRS (titulares)	Nº Mulheres Agricultoras no CMDRS (titulares)	Nº de Jovens Agricultores no CMDRS (até 27 anos) (titulares)	Carater dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentavel - CMDRS
Ângulo	17-06-09 (23)	04-07-09 (20)	sim	Decr.048/2005	não	não	24	15	2	2	4	Consultivo e de Assessoramento
Astorga	29-04-09 (20)	13-05-09 (40)	sim	Decreto	não	não	17	10	4	1	1	Decreto não encaminhado pela Prefeitura
Atalaia	04-04-08 (23)	-	não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Colorado	18-03-08 (15)	27-04-09 (14)	sim	Decr.521/2007	não	não	17	8	1	1	1	Não especificado
Doutor Camargo	11-06-08 (18)	23-04-09 (20)	não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Floraí	11-04-08 (32)	-	não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Floresta	07-11-07 (23)	29-04-09 (20)	não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Flórida	26-03-09 (09)	28-04-09 (09)	sim	Lei 339/2010	não	não	15	15	0	0	1	Deliberativo e Assess. do Poder Público Munic.
Iguaraçu	-	-	não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itaquajé	26-03-08 (15)	-	não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itambé	14-12-07 (17)	23-04-09 (32)	não	Lei 1028/2009	sim	não	21	17	4	4	5	Deliberativo
Ivatuba	13-02-08 (17)	20-04-09 (17)	não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lobato	26-03-09 (14)	28-04-09 (14)	sim	Decr.55/2009	sim	não	6	3	0	0	1	Não especificado
Mandaguacu	23-10-07 (19)	24-04-09(25)	sim	Lei 03/2000	sim	sim	17	9	4	2	4	Não especificado
Mandaguari	03-04-09 (20)	03-04-09(18)	sim	Lei 693/2001	sim	não	19	15	1	0	0	Não especificado
Marialva	11-11-07 (15)	17-04-2009 (15)	sim	Decr.2674/2009	não	não	19	15	2	0	0	Não especificado no Decreto
Maringá	-	-	sim	Lei 5.572/2001	não	não	43	33	0	0	0	Consultivo e Fiscalizador
Munhoz de Melo	12-01-207 (17)	-	sim	Lei 1024/2006	não	não	19	14	1	1	0	Consultivo
Nossa Sra. das Graças	13-02-08 (19)	31-03-10 (35)	não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Esperança	23-11-07 (46)	30-04-09 (35)	sim	Lei 1382/09	sim	sim	45	42	14	14	0	Consultivo e Orientativo
Ourizona	04-11-07 (12)	29-04-09 (18)	sim	Decr.60/2009	sim	sim	12	5	4	1	1	Consultivo, Orientativo e Deliberativo
Paiçandu	29-11-07 (30)	29-04-09(26)	sim	Lei 1997/2009	sim	não	10	3	2	0	1	Deliberativo
Paranacity	11-09-01 (20)	-	não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Presidente C. Branco	04-04-08 (13)	-	sim	Decr.1231/20011	não	não	12	6	2	1	0	Regerenciamento dos programas governamentais
Santa Fé	21-05-09 (14)	02-06-09 (19)	sim	Lei 1.507/2009	sim	não	24	6	1	1	0	Deliberativo e Assess. do Poder Público Munic.
Santa Inês	06-03-08 (22)	-	não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santo Inácio	10-03-08 (12)	04-05-09 (17)	não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Jorge do Ivaí	13-11-07 (20)	20-05-09 (12)	não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sarandi	-	-	não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uniflor	20-11-07 (20)	-	não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais							320	195	42	28	19	

Fonte: Dados de base documentais levantado com membros dos conselhos rurais: Elaborado por Egberto Zulian,

O Quadro 5 traz a relação dos municípios da região estudada (AMUSEP), com um resumo dos níveis de organização e institucionalização de cada município e com a situação da capacitação formal e o caráter de cada conselho.

Analisando-se o quadro 05 - Situação dos conselhos -, observa-se que dos trinta municípios estudados, em vinte e sete houve treinamento de conselheiros para a formalização/criação dos conselhos (treinamento fase 01 e/ou fase 02), e que destes, treze não concretizaram a formalização dos respectivos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável (CMDRSs). Um dos conselhos não realizou o treinamento, mas montou e formalizou o conselho.

Na contagem geral da AMUSEP (trinta municípios), dezesseis municípios (53%) têm CMDRS formalizado e 14 municípios (47%) não possuem o CMDRS

Um ponto que merece análise no quadro é o fato de apenas 19% dos conselhos formalizados possuírem plano de desenvolvimento rural, o que contraria a orientação do Encontro Estadual de Conselheiros de 2010, do Cedraf e da Emater, que sugerem este plano. A resposta para esta situação, na visão dos técnicos entrevistados da Emater, é que os conselhos cumprem a função da participação civil nas políticas estruturadas hoje existentes e dividem responsabilidades, mas não conseguiram avançar e propor um plano claro de desenvolvimento rural sustentável. Apenas três conselhos (19%) disseram que têm esta programação mas não levaram adiante muitas propostas dos encontros estaduais, como a de montar um plano de trabalho para o conselho, participar do plano de desenvolvimento municipal, fortalecer e propor políticas comuns em benefício da agricultura. Observa-se que na II Conferência Estadual dos Conselheiros Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável de 2010 houve 85 propostas aprovadas para que os conselhos municipais rurais se orientassem. Essas propostas parecem indicar o caminho para o fortalecimento e o cumprimento de papéis dos conselhos rurais como, por exemplo: ter conhecimento e participação nos orçamentos PPA, LDO, LOA municipais e nos demais orçamentos do setor rural; buscar projetos de desenvolvimento rural sustentável; ampliar os fóruns de discussão nas comunidades; ampliar e estimular ações para a construção de um visão de futuro, com planos de desenvolvimento rural para o município e território; instituir, reativar e fortalecer os conselhos através de leis, garantindo a participação de jovens, mulheres e idosos; oferecer capacitação continuada; propor a criação de um fundo municipal de agricultura; propor emenda constitucional com percentual mínimo de 5% dos orçamentos públicos municipais, estaduais e federal, sendo este aplicado na agricultura,

com recursos passando pela deliberação dos CMDRSs; e buscar a superação da descrença, do individualismo e da desorganização dos agricultores. Quanto a estas propostas de trabalho, apenas um presidente de conselho diz tê-las executado parcialmente, e mesmo assim, sem ter obtido os resultados esperados, especialmente o de aprovar o percentual de 5% da arrecadação rural para aplicação na agricultura.

Quanto aos catorze municípios sem CMDRS (47%), segundo os técnicos da extensão rural oficial (Emater), 29% deles dizem que “não faz diferença existir ou não o CMDRS, já que a agricultura não é prioridade para a administração pública, e sim a área urbana”; “não existe um plano municipal para o desenvolvimento da agricultura”; “não há espaço para o CMDRS atuar na realidade atual”. Já para outros 71% seria bom se existisse o CMDRS, porém não existe por falta de apoio e interesse das lideranças, produtores e gestores municipais. Outro motivo para a não constituição é o fato de os técnicos usarem lideranças rurais e outros conselhos, como o do Meio Ambiente e o de Sanidade Agropecuária, para tratarem dos assuntos que seriam do CMDRS.

Quando os técnicos foram questionados sobre que fim tiveram os conselhos do Paraná 12 Meses, antecessores dos CMDRSs, que existiam em 100% dos municípios até 2005 e poderiam ter sido atualizados e estar vigentes, os técnicos responderam que acabaram por inatividade, com o fim do programa Paraná 12 Meses e fim dos recursos, ficaram no papel. Além disso, o decreto de nomeação não foi renovado. Disseram ainda que estes conselhos só existiam porque eram obrigatórios para deliberar sobre o programa. Quando foram questionados os prefeitos sobre as razões para a não formalização do CMDRS citado na pesquisa 21% deles dizem que “ninguém quer assumir o conselho”; para 14% “não teve incentivo da Emater e Prefeitura”; para 14%, “falta de interesse e incentivo do produtor”; 14% não sabem ou não responderam; outros 37% responderam: “Município com pequena área rural”; “Problema político, a Emater tentou e não conseguiu formalizar o conselho”; “o Governo Federal não exige CMDRS para liberar recursos e desconhecimento sobre conselho”.

Ainda com relação ao quadro 05 constata-se que, dos 16 municípios com CMDRS (53% da AMUSEP), 09 (56%) são constituídos por lei e 07 (44%) por meio de decreto. Decretos são procedimentos e práticas que vêm sendo adotados desde 2000, quando da existência do programa Paraná 12 Meses, inclusive muitos deles ainda trazem no seu corpo a citação do programa Paraná 12 Meses, que não existe mais. As leis, em sua maioria trazem quem são os órgãos, entidades, classes e comunidades que compõem o conselho, e

prevêm que estes devem indicar ou eleger seus representantes para serem homologados; todavia, documentos demonstram que pouco mais da metade destes conselhos traz a nomeação oficial dos conselheiros, o que leva a inferir que, apesar de serem formalizados, estes conselhos trabalham na informalidade, já que qualquer representante pode ser membro, mesmo que não tenha sido escolhido e homologado como prevê a lei ou regimento ou que a lei ou decreto esteja desatualizado.

Algumas leis do quadro citam trinta e três membros participantes do conselho e na prática aparecem nomes de quarenta e cinco participantes e uma lei estabelece quatro participações, mas há quinze, todos sem a homologação prevista. Ainda sobre os conselhos formalizados, salta à vista que apenas metade possui regimento interno; ou seja, novamente se constata a informalidade, se não falta de comprometimento dos seus membros e/ou da diretoria para com a legalização, organização e o perfeito funcionamento do conselho.

Esse estado de coisas remete à mesma pergunta já feita pelo Iparde (2001, p. 27): “Como os conselheiros poderão sugerir mudanças nas normas que regulam o funcionamento do CMDRS se eles não conhecem o regimento em vigor?” Ou no caso estudado agora em 2011/2012 que não existe o regulamento: “como saberão o seu papel e como poderão contribuir?”

O mesmo percentual de CMDRSs com regimento é a proporção dos conselhos que estão com documentação regularizada, atas, regimentos e outros, isto é, 50% deles. A explicação destes técnicos da extensão rural oficial (Emater) para esta não organização documental é a falta de tempo para passar atas a limpo ou organizar documentos, uma vez que o produtor não assume esta responsabilidade. Outras explicações são: desconhecimento dessa necessidade por parte de todos (técnicos e demais membros); falta de atualização do regimento para incluir casais como conselheiros; falta de atualização dos Decretos para homologar mudanças; espera por assumir nova diretoria; ficar sob a responsabilidade do técnico da Emater e faltar tempo para ele; ter reuniões informais e a indefinição política e a falta de vontade política. Corroboram esta explicação os dados da pesquisa com técnicos da Emater e presidentes dos CMDRS, os quais apontam a dependência dos CMDRSs para com a Emater. Esta pesquisa aponta que 44% dos conselhos fazem reunião nas dependências da Emater, que em 100% das pautas das reuniões os técnicos da Emater estão envolvidos, que 56% dos presidentes dos CMDRSs dizem que é o técnico da Emater quem convoca as reuniões e que 19% dizem que estes técnicos conduzem a reunião.

Quanto à estrutura, 69% dos CMDRSs não contam com um secretário (a) e um local para arquivamento dos documentos. O secretário do CMDRS fica sendo o técnico da Emater ou outro e é ele que faz as atas e guarda os documentos em suas instituições ou domínios. Fica claro que há falta de uma estrutura técnica de apoio a estes CMDRSs.

Quanto ao funcionamento dos CMDRSs, os técnicos e a pesquisa, resumidamente, dizem que os CMDRSs atuam na aprovação dos projetos, auxiliam os técnicos nos trabalhos da extensão, ajudam a formular as políticas públicas rurais, reúnem-se conforme necessidade para deliberar e auxiliam na mediação de conflitos entre agricultores ou entre estes e as exigências legais do poder público ou de programas. Nesse quadro da pesquisa, o que chama a atenção é que 44% dos técnicos da extensão rural que atuam com CMDRS dizem que o conselho não atua a contento ou está inativo por falta de apoio da atual gestão pública municipal, ou por falha do próprio conselho. Chamam a atenção esses 44% de falhas no funcionamento ou inatividade, ainda mais se somados a outros 47% dos municípios que não têm CMDRS.

Esses números representam vinte e um dos trinta municípios estudados, o que permite afirmar que 70% dos municípios da região da AMUSEP não têm o CMDRS, ou este está inativo ou com problemas no funcionamento.

4.3 Composições, representatividade e dinâmica participativa

Quanto à representatividade, observa-se na pesquisa que, dos trinta municípios da AMUSEP, dezesseis (53%) têm o CMDRS, como já descrito, e dos dezesseis presidentes desses CMDRSs, onze (69%) são agricultores e têm como a única ou a principal atividade a rural, enquanto os outros cinco (31%) exercem sua principal atividade fora da propriedade rural: um deles é uma senhora agricultora e agroindustrial (laticínio) e os outros quatro são funcionários públicos, sendo um engenheiro agrônomo, um gestor de agronegócio, um químico e agricultor e um técnico em agropecuária e agricultor.

Destes presidentes, dois (12,5%) são mulheres - uma agricultora e a outra empresária e agricultora - e um presidente (6%) é um jovem de vinte e quatro anos (diretor de agricultura do município). A presença de mulheres e jovens na presidência é coerente, pois, reflete a percentagem de jovens e mulheres membros dos CMDRSs (considerada pequena). Observa-se também que a escolaridade dos presidentes está assim dividida: 19% têm o Ensino Fundamental completo, 37,5% o Ensino Médio completo, 12,5% o Ensino

Superior incompleto e 31% o Ensino Superior completo, o que leva a concluir que todos têm amplas condições de exercer o papel de presidente e fazer com que o conselho cumpra com seus objetivos.

Quando se perguntou aos presidentes quais os motivos da sua entrada nos CMDRSs e a quem representavam ficaram assim os relatos da pesquisa: 31% representavam os agricultores simplesmente, 25% representavam sindicatos rurais patronais, 25% representavam a secretaria de agricultura do município e dos restantes 19% um era vereador, um presidente de cooperativa e associação de fruticultores e um representava uma empresa agroindustrial. A observação a ser feita vem dos representantes de sindicatos rurais, os quais têm como estratégia e diretriz que seus representantes ocupem os espaços onde possam influir nas políticas rurais. Outra boa constatação é que agricultores sem cargo público (25%) têm assumido a responsabilidade de presidir os CMDRSs.

A eleição destes presidentes se deu, em 94% dos conselhos, de forma consensual, com indicação dentro da reunião do conselho e posterior eleição por aclamação; 6% por indicação do prefeito. Também 94% dos presidentes dizem que já receberam treinamento para conselheiro e 50% destes, mais de um treinamento. Em sua maioria, estes treinamentos ocorreram nos anos de 2008, 2009, 2010, sendo que 69% dos presidentes dizem que os treinamentos foram ministrados pela Emater e os restantes 31% afirmaram que foram ministrados por outras entidades. Isto nos leva a concluir que há democratização na escolha do presidente e estes estão capacitados, visto que a grande maioria recebeu treinamento de conselheiro.

Outro fato relevante é que 56% dos presidentes dos CMDRSs participam de outros conselhos, os quais são, em sua maioria, ligados à agropecuária e apenas um afirmou participar do conselho de saúde. Estes dados levam à constatação do envolvimento e do aprendizado com esta participação por parte dos presidentes dos CMDRSs.

Outra iniciativa para o desenvolvimento dos municípios são os fóruns de desenvolvimento locais, já relatados, que envolvem as lideranças da localidade e da região para a busca do desenvolvimento local. Estes fóruns são coordenados pela AMUSEP e têm a participação de 56% dos presidentes dos CMDRSs e destes, 38% afirmam ter recebido treinamentos nos Fóruns. Com esta participação, pressupõe-se o envolvimento dos CMDRSs no desenvolvimento dos municípios, como também, por parte dos fóruns a busca de alternativas para o desenvolvimento destes representados, que são os agricultores.

Soma-se a isso o aprendizado da participação e dos treinamentos, que levanta a hipótese do ganho de conhecimento acumulado por estes membros, em prol do conselho e da dinâmica participativa (capital social).

O estudo mostrou também que, apesar da orientação dos treinamentos, do CEDRAF, dos coordenadores da Emater e da vontade dos técnicos em ter a participação de mulheres e jovens, dos dezesseis CMDRSs participam 320 conselheiros, dos quais 195 (61%) são agricultores, dezenove têm até 27 anos (6%), e destes, 13 (4%) pertencem a três conselhos. Na maioria dos CMDRSs não há nenhum jovem ou há apenas um; ainda, quarenta e dois conselheiros (13%) são mulheres, e destas, vinte e oito (9%) são agricultoras. Estes dados contrastam com a pesquisa realizada por e Lüchmann e Almeida, (2011), segundo a qual os municípios de Santa Catarina mostram a importância da participação feminina nos conselhos gestores, pois a percentagem de mulheres em alguns conselhos suplanta em muito a dos homens. Este é o caso dos conselhos municipais de Assistência Social (CMAS), em que as mulheres ocupam 80% das cadeiras, dos conselhos municipais de Direito da Criança e do Adolescente (CMDCA), em que as mulheres ocupam 78,6% das cadeiras, dos Conselhos municipais do Idoso (CMI), com 71,4%, da Saúde (CMS) com 66,7%, entre outros, o que é muito diferente dos conselhos rurais aqui estudados.

Na pesquisa, a explicação dos técnicos e presidentes dos conselhos rurais para a pouca participação de mulheres e jovens é que esta é uma questão cultural. Eles dizem que o homem tem facilidade em sair de casa e acreditam que se o homem precisa levar a mulher para a reunião, então ele mesmo já participa. Há também explicações do tipo “o homem não quer que a mulher participe por ser o conselho rural um ambiente masculino”, situação esta observada e relatada por uma técnica quando de uma reunião ocorrida a uma distância que variava de 50 a 200 metros das residências das produtoras e mesmo assim as mulheres não participaram do conselho por ser um “ambiente masculino”. Para contornar esta situação, estes mesmos entrevistados (técnicos da extensão) dizem que é preciso continuar insistindo e convidando e buscando alternativas, como a encontrada por um município que convida o casal para ser representante da comunidade.

Quanto à pouca participação de jovens nos CMDRSs (6%), segundo os entrevistados, os principais motivos são a falta de perspectiva no campo para esses jovens e a falta de sucessor na propriedade rural. A área rural já não tem oferecido as mesmas condições da cidade quanto à qualidade de vida e renda, ao acesso aos serviços de saúde, à

educação, ao lazer e cultura, à segurança pública, bem como ao emprego e à remuneração, daí seu pouco interesse em participar dos conselhos rurais.

Quanto aos presidentes dos conselhos rurais (CMDRSs), 37,5% deles acreditam que a pouca participação de jovens e mulheres se deve à falta de convite aliada à questão cultural, e 37,5% acreditam que os horários das reuniões e a falta de interesse são os motivos da baixa participação; e surpreendentes 25% dos presidentes acreditam que a participação das mulheres no conselho é grande. Esse assunto é inquietante, muito significativo e preocupante para o futuro do meio rural, e certamente será objeto de estudos no futuro.

4.4 A dinâmica decisória

Um dos pontos para análise é a inversão de papéis: 37,5% dos presidentes dizem que as reuniões são conduzidas pelo secretário, pela Emater ou outros, contudo 87% deles dizem ser frequentadores assíduos das reuniões, principalmente em função do cargo que ocupam dentro do conselho. Quanto à periodicidade das reuniões, há uma divergência em relação às entrevistas dos presidentes e a dos técnicos da extensão rural: enquanto os técnicos expuseram os dados do regimento e da programação, os presidentes expuseram os dados da lembrança das reuniões. Neste sentido, 44% deles afirmaram que fazem reuniões a cada dois ou três meses, 37,5% dizem que as reuniões são feitas quando necessário, e os restantes (18,5%) referiram que as reuniões são anuais, mensais e de periodicidade de menos de um mês. Dados concretos observados nas pesquisas, repassados pelos técnicos, revelam que a maioria dos conselhos (CMDRSs) não segue o que está escrito no regulamento, lei ou decreto; e ainda quanto à periodicidade das reuniões, na maioria dos documentos constam reuniões bimestrais, entretanto, dos dezesseis conselhos, quatro (25%) estão há mais de dois anos sem reuniões, sete (43%) não haviam definido a data da próxima reunião e já com intervalo de tempo da última superior ao previsto nas normas, os outros cinco conselhos (31%) fazem reunião quando necessário.

De qualquer modo, a quase totalidade dos conselhos não cumpre os prazos regimentais ou acordados de reuniões a cada dois meses. Esta realidade nos remete à hipótese de que os conselheiros se reúnem apenas quando é preciso discutir projetos e programas públicos e não se reúnem quando não há questões relacionadas a programas estruturados e convocação por parte do poder público.

Os assuntos das reuniões são decididos por consenso por 87,5% dos conselhos e os restantes 12,5% dos conselhos os decidem pelo voto.

Quanto aos prefeitos com o CMDRS formalizado, 31% deles afirmam que destinam recursos para o desenvolvimento rural, aqui entendidos por eles como recursos repassados em forma de programas da secretaria municipal de agricultura para o fomento e aquisição de equipamentos, pagamentos de convênios como o da Emater, melhorias de estradas e outros. Por sua vez, 69% dos prefeitos reconhecem que não repassam recursos específicos para a secretária municipal de agricultura ou para o desenvolvimento rural. O que ficou claro é que apenas dois dos dezesseis prefeitos (12,5%) afirmaram que repassam recursos específicos para o desenvolvimento rural e o fazem com apoio do CMDRS.

Estes dados coincidem com a visão e a resposta dos técnicos da extensão, segundo os quais 94% das prefeituras **não** repassam recursos específicos para o desenvolvimento rural do município. Despesas do setor são pagas com rubricas normais da prefeitura. Também 94% dos técnicos afirmam que o CMDRS não tem influência nesta decisão de repasse de recursos. Esta realidade reforça a afirmação de que os CMDRSs são conselhos de programas e de que mesmo as prefeituras trabalham por demanda do setor rural, não tendo verbas específicas para investimento em uma programação voltada ao desenvolvimento.

Quando perguntado aos técnicos da extensão rural o que seria necessário para os CMDRSs funcionarem como legítimos representantes civis nas políticas públicas e contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, cada técnico tem uma resposta, mas a questão pode ser assim resumida: deveria haver recursos específicos das esferas governamentais para um fundo de desenvolvimento rural e a participação do CMDRS nas deliberações a respeito; que a legislação da área rural deveria exigir a participação do conselho para deliberar sobre recursos, como esta é exigida para outras áreas, como saúde, educação, segurança e outras; que é necessário maior participação e envolvimento dos produtores, dos representantes das comunidades, do poder público municipal e de entidades ligadas ao setor rural, e que estas entidades deveriam se comprometer mais com o CMDRS. Eles também sugerem maior envolvimento dos conselheiros e a divulgação do que faz o conselho para a comunidade em geral; e ainda treinamento continuado, para aperfeiçoar o CMDRS.

As funções dos Conselhos (CMDRSs) na região da AMUSEP, são variadas; eles possuem caráter deliberativo, consultivo, de orientação, de assessoramento, e às vezes

todas essas funções; e ainda, alguns decretos e leis não especificam seu caráter. Isso torna-se irrelevante, pois quando se observam e analisam os documentos, percebe-se que a intenção das leis e decretos é que os conselhos sejam consultivos. Isto fica evidente quando esses documentos legais utilizam as expressões “integrar”, “sugerir”, “propor”, “formular”, “articular”, “levar ao conhecimento do poder público”, e “supervisionar”. Na prática ocorre de tudo, mesmo com denominação expressa de consultivos, orientativos ou outra, estes conselhos são chamados a deliberar, uma vez que têm que decidir, por exemplo, se um determinado beneficiário se enquadra ou não no programa, qual estrada rural deve ser reparada com recurso público, etc. Isto é deliberação, e quando da execução passa a ser fiscalizador e pode propor e sugerir como um conselho consultivo.

Está claro que, independentemente do que esteja escrito, o conselho necessita deliberar; mas pressupõe-se que não é apenas este o tipo de deliberação esperado dos CMDRSs (participação nos programas estruturados), espera-se que estes conselhos possam contribuir para montar um plano de desenvolvimento rural do município, levando as necessidades, ideias e propostas das comunidades e os recursos do tesouro municipal, estadual e ou nacional disponíveis, para assim decidirem onde e como investir. Além disso, devem ter uma participação ativa nas questões da agricultura dos municípios, conforme proposta do Encontro Estadual de Conselheiros em 2010. Não obstante, observa-se na pesquisa que a participação civil nas políticas públicas, uma das atribuições dos CMDRSs, é o que mais fazem, mas nunca foi citada, não é discutida, não é exigida ou percebida pelos envolvidos, que são o presidente do CMDRS, técnicos, prefeitos ou conselheiros. Talvez isto se explique pelo fato de os programas governamentais que exigem a participação do conselho serem escassos. Os CMDRSs, quando são exigidos, têm participado como uma rotina, sem se dar conta de sua importância, e quando não existem os CMDRSs, tem-se buscado lideranças locais para deliberar. Dados mostram que a cobrança maior aos CMDRSs que fazem as lideranças, as diretrizes governamentais, o Cedraf ou o próprio encontro estadual de conselheiros é um plano de trabalho para os CMDRSs e um plano para o desenvolvimento da agricultura e dos agricultores do município, o que existe parcialmente em apenas 7% dos municípios da AMUSEP. A maioria dos CMDRSs ainda existe por conta dos programas estruturados, que exigem a sua presença (a participação civil) e hoje sua função está restrita a deliberações sobre enquadramento ou desenquadramento de produtores nos programas de governo e apoio aos trabalhos da extensão rural.

4.5 Nível de envolvimento do CMDRS com seu “entorno” (social e estatal).

O envolvimento destes conselhos pode ser verificado no resultado da pesquisa feita com os presidentes dos CMDRSs, entre os quais 81% afirmam que os assuntos tratados na reunião **não** são levados antecipadamente para discussão com a comunidade, segundo eles, porque os assuntos são primeiro tratados e aprovados para depois serem levados ao conhecimento dos interessados. Outras justificativas para a não discussão antecipada são, principalmente, falta de tempo dos conselheiros, falta de interesse dos produtores rurais em discutir antecipadamente esses assuntos e o fato de o conselho trabalhar por demanda, isto é, reunir-se para resolver ou deliberar algo já estabelecido, como um programa, um enquadramento de beneficiário nos programas ou algo similar. De qualquer forma, 75% dos presidentes afirmam que os assuntos são levados aos representados só depois de serem resolvidos.

Em 69% dos conselhos não há participação externa nas reuniões dos CMDRSs (pessoas que não são do conselho), não por proibição, mas por falta de convite ou divulgação. Ainda, 81% dos presidentes reconhecem que não participam de plano de desenvolvimento rural de seus municípios. Igual percentagem de técnicos da extensão (Emater) envolvidos com os conselhos afirmam a mesma coisa, isto é, que os conselhos não têm nem participam de planos de desenvolvimento rural. Eles justificam que isto é necessário, mas precisam de ajuda de alguém com experiência, é preciso antes capacitar conselheiros, que o conselho está falho e tudo fica na dependência do técnico da Emater, que não têm tempo e que as lideranças têm que querer este plano, mas isto não ocorre.

Algumas das propostas para vitalização dos conselhos e auxílio em um plano de ação foram as sugestões do encontro estadual de conselheiros de 2010, entretanto 75% dos conselhos não colocaram em prática essas sugestões, 12,5% dizem que colocaram parcialmente e 12,5% dizem que a colocaram em prática. A razão do não acatamento das sugestões, conforme os técnicos da Emater, foi “a falha geral, muitos outros trabalhos para o técnico da Emater e o trabalho com conselho ficou para trás”, “não trabalhou mais com conselhos”, “não houve um trabalho continuado com o conselho”, “o conselho não está funcionando adequadamente”, “o conselho está desatualizado e conseqüentemente ficou inativo”, “falta apoio do gestor público atual”, “a cultura das pequenas cidades e da população é de não entender a proposta do conselho”, “há necessidade de formar os cidadãos antes de impor ou forçar um conselho”, “o prefeito pediu que eu (técnico da Emater) saísse do município e o conselho parou”. Estes relatos da pesquisa evidenciam que

a responsabilidade maior pelo funcionamento dos CMDRSs tem recaído sobre os técnicos da extensão rural oficial (EMATER), é a eles que têm sido feitas as maiores cobranças da existência e do bom funcionamento dos conselhos.

Inferre-se pelas respostas dos técnicos da extensão oficial e dos presidentes dos CMDRSs que a maioria desses conselhos apresenta algumas dificuldades importantes que influenciam seu funcionamento, especialmente quando não há um “querer coletivo” e o comprometimento do poder público e demais lideranças; desse modo não há quem fique com a responsabilidade pelo desenvolvimento do conselho, a qual acaba recaindo sobre o técnico da extensão rural.

Quanto ao envolvimento dos CMDRSs com os prefeitos, que é parte importante nas relações e nos resultados destes conselhos, a pesquisa mostra que dos dezesseis prefeitos com CMDRS, 15 (94%) têm conhecimento da atuação do CMDRS e apenas um prefeito não sabe da atuação do conselho, embora seu município, que tem menos de quatro mil habitantes, seja agrícola. Disto se conclui que não são necessariamente os prefeitos de cidades grandes que estão mais distantes da atuação dos conselhos rurais. Dos que conhecem o CMDRS, 50% o julgam importante, e para eles, “os conselhos são importantes para apontar dificuldades do meio rural, identificar necessidades e levar ao poder público” e para “selecionar beneficiários dos programas de governo para não haver distorções”. Os outros 50% dizem que o conselho é importante para “elaborar projetos e programas para o setor agrícola”, “traz benefícios para o meio rural”, “aumento de renda e de produção”, “melhoria da qualidade de vida”, “ajuda a trazer subsídios e diagnosticar onde precisa-se trabalhar com maior urgência”, e ainda que o “conselho serve para representar o setor agrícola”.

Que pese a ser a visão dos prefeitos, pelas respostas cabe a observação de que muitos destes prefeitos não conhecem o real papel do CMDRS, que, pelas normas e regras, espera-se que o conselho seja a participação civil nas políticas públicas, mas observa-se que é corrente a expectativa de que o CMDRS seja o aglutinador e responsável pelo desenvolvimento do meio rural ou pelo menos o facilitador. Visão parecida tem os presidentes de conselho, quando perguntado qual o principal papel do CMDRS, 82% das respostas foram: “melhorar o meio rural e ajudar os produtores”, “formular políticas para o setor rural e representar os produtores, levar o problema dos produtores para a prefeitura”, e 18% dizem que “o papel é desenvolver a agricultura e diversificar produção, auxiliar nas decisões de enquadramento dos beneficiários de projetos, dividir responsabilidades nas

tomadas de decisão afeta as políticas públicas e trazer recursos para projetos”. Essa mesma expectativa é compartilhada por todos os entrevistados, o prefeito, o técnico da Emater e o presidente do conselho, que creditam ao CMDRS a responsabilidade do desenvolvimento rural com ações pontuais, como a busca de recursos, projetos e outros. Esta fala leva à hipótese de um equívoco sobre o entendimento dos atores envolvidos de qual seria o objetivo e finalidade do conselho, pois todos os tópicos acima descritos deveriam ser tópicos de um plano de trabalho e o CMDRS deveria ser parceiro na montagem, mas não o responsável único e solitário pela melhoria do meio rural.

Melhorar o meio rural, levantar necessidades, melhorar a renda e a qualidade de vida, buscar recurso, etc. são metas, ações e objetivos que deveriam fazer parte de um plano em cuja elaboração o conselho deveria participar, e então levar necessidades, levar reivindicações. Depois de pronto o plano, verificar se está sendo cumprido, colaborar, cobrar, aglutinar, ser o representante civil junto ao público, etc.; mas a lógica deste plano, o Plano de Desenvolvimento Rural – PDR, é ser assumido pelos órgãos públicos responsáveis pela área rural do município e coordenado pela prefeitura, com a participação do CMDRS, o que não ocorre em 94% dos municípios que têm CMDRS.

Para melhorar esta participação, a pesquisa questionou o que o presidente do conselho precisa melhorar para cumprir seu papel como conselheiro, e 81% das respostas apontam a necessidade de mais treinamento, 41% de ser mais atuante e 25% de buscar apoio político. Outras respostas apontam a necessidade de “maior organização, maior contacto com agricultores e seus problemas, mais motivação, reuniões mais frequentes e com maior participação dos conselheiros”.

Quando se perguntou aos presidentes o que o CMDRS precisa melhorar para atingir os objetivos, 31% deles disseram que precisam “melhorar o planejamento e a participação dos conselheiros e líderes comunitário, além de cobrança dos órgãos públicos para aplicação dos benefícios advindos dos programas”. Outras respostas que se destacaram foram: “participar do orçamento municipal e atuar mais nas decisões municipais”, “maior participação do poder público e conselheiros apartidários”, “conscientizar agricultor para participar mais e ganhar respeito do poder público, mostrar a todos a existência do conselho e atrair jovens”, “conscientizar as pessoas do seu papel na sociedade e maior participação destes nas reuniões do conselho”, “divulgar a ação do conselho e a comunidade escolher seus representantes”, “recursos para o CMDRS e maior participação dos agricultores”, “capacitar agricultores e envolver mais a mulher rural”, “ter orçamento

próprio e mais participação da comunidade e mais capacitação do agricultor e maior envolvimento do conselho na comunidade”. Pode-se resumir que o conselho precisa planejar, organizar-se, buscar a participação do poder público, ter orçamento público para sua atuação, capacitar e buscar mais presença dos conselheiros, envolver a comunidade nas escolhas dos conselheiros e na participação deste com o conselho, buscando integrar o jovem e a mulher.

Ainda tentando entender o envolvimento do CMDRS com o poder público municipal, foi perguntado aos prefeitos como tem se dado esta relação. Em resposta, 36% deles disseram que há pouca relação deste conselho com a prefeitura; 21%, que tem pouco envolvimento ou que este fica a cargo do vice-prefeito e secretário municipal de agricultura; 43% afirmaram que é boa a participação, e quando há problemas o CMDRS os leva para o secretário de agricultura, que os repassa ao prefeito. Ainda, destes prefeitos, 57% afirmaram que não participam da escolha dos membros do CMDRS, contra 43%, que escolhem ou opinam somente quando chamados para indicar os representantes do poder público municipal.

Para medir o nível do envolvimento mais concreto das trinta prefeituras, perguntou-se se a prefeitura tem destinado recursos específicos para o desenvolvimento rural. O resultado foi que 77% dos prefeitos reconheciam não ter destinado recursos para esta finalidade e 23% disseram que sim, através da secretaria de agricultura municipal, para aquisição de equipamentos, implementos, reparo de estradas. Das 30 prefeituras, apenas dois prefeitos disseram que têm destinado recurso especificamente para o desenvolvimento rural e, destes, um se vale de um fundo municipal do agronegócio com recursos já definidos em lei. Entre os dois, um usa o CMDRS para deliberar e o outro o conselho é apenas consultivo. Também foi questionado quais prefeituras repassam recursos específicos para as secretarias municipais de agricultura trabalharem. Em resposta, 50% dos prefeitos disseram que repassam recursos as outras afirmaram que as demandas do setor rural são pleiteadas pelos órgãos competentes e atendidas com recursos e rubricas normais do tesouro municipal. Foi solicitado ainda aos prefeitos que indicassem alguns trabalhos relevantes do CMDRS. O resultado foi que 21% não sabiam ou não responderam; 29% citaram os programas de governo, como resultado do trabalho do CMDRS, tais como implantação de resfriadores de leite, aquisição de tratores e implementos, poços artesianos, seleção de beneficiários dos programas e do Pronaf; 50% relataram ações mais técnicas, como sanidade animal, combate à formiga, levantamentos

de estradas rurais para reparos, implantação de novas culturas e conferências municipais, e um disse que o conselho participa do plano diretor do município.

Pode-se concluir que o envolvimento dos prefeitos com os CMDRSs e deste com o prefeito ou a prefeitura, precisa melhorar. Dos trinta municípios, dois (7%) utilizam recursos específicos para alavancar o desenvolvimento e convocam o conselho para contribuir no planejamento e nos trabalhos do meio rural. Esses mesmos dois municípios são os que integram o grupo de dezesseis municípios que têm o CMDRS formalizado. Desses dois, apenas um tem recursos e percentagem definidos da arrecadação destinados a um fundo municipal para o desenvolvimento, com participação do CMDRS como consultivo.

4.6 Quais resultados os CMDRSs produzem em termos de política pública e quais dificuldades têm encontrado para cumprir com seus objetivos

Aos dezesseis presidentes dos CMDRSs foram solicitados a citar dois resultados alcançados pelos CMDRSs. Evidentemente, as respostas foram distintas, mas destaca-se o fato de que nem todos tinham dois resultados, conforme se verifica nas respostas: “Cascalhamento da estrada rural”; “aclamou um agricultor como presidente do conselho e aprovou também uma emenda na câmara de vereadores para a agropecuária local”; “plano de recuperação de estradas”; “máquinas agrícolas para os produtores e arrecadação de verbas para o conselho”; “apoio à associação de produtores”; “implantação do programa Banco da Terra, insumos e resfriadores de leite para produtores”; “recursos federais para compra de maquinários e implantação dos projetos”; “jovem agricultor aprendiz e agrinho da FAEP”; “parecer sobre enquadramento e cancelamento de pessoas no PRONAF”; “cobertura de parreiras com telas e implantação do programa Banco da Terra”; “auxílio ao jovem para investir na agricultura”; “aprovação do programa Crédito Fundiário, melhoria de estradas rurais e aprovação de 25 casas rurais no programa Minha Casa Minha Vida do governo federal”; “campanha de combate a formiga cortadeira e vacinação contra brucelose”; “enquadramento e seleção de produtores do programa Crédito Fundiário”; “prédio da cooperativa e máquina para auxiliar os agricultores”. Dos 16 presidentes, somente um não obteve nenhum resultado. Cabe observar que há resultados citados com mais dois anos de concluído.

É evidente que as respostas referem-se aos resultados dos quais o CMDRS participou, mas não que tenha sido exclusivamente o responsável. Observa-se nas respostas

que os presidentes relatam resultados práticos e concretos obtidos, mesmo com alguns tendo dificuldades na respostas por serem escassa e não atual; todavia nota-se uma “confusão” quanto ao resultado e o papel do CMDRS, que almejam resultados palpáveis, concretos e não apenas sua participação com contribuições de idéias e representações da comunidade. Durante a entrevista deparamos com os presidentes se cobrando e cobrando resultados positivos do CMDRS, ainda que não seja a responsabilidade exclusivamente sua ou do conselho. Vejamos, se não há programa estruturado para deliberarem ou são poucos, se não há um plano de desenvolvimento rural do município pelo qual possam contribuir e deliberar, se não há um plano de trabalho do CMDRS, como o proposto no encontro estadual de conselheiros em 2010, se não há interesse por parte das autoridades constituídas e demais lideranças, como vereadores e outros, não há que se esperar resultados concretos. Isoladamente, o CMDRS ou técnicos da extensão não conseguem resultados esperados para o desenvolvimento do município. Entretanto, este raciocínio não parece estar claro por parte dos atores envolvidos.

No decorrer da pesquisa, pôde ser observado que todos se esforçam, fazem o possível para contribuir, deliberam quando são chamados, mas os resultados não são os esperados.

Diante disso, pode-se levantar a hipótese da necessidade da discussão e clareamento do papel do CMDRS por parte de todos os envolvidos, e não se pode esperar do CMDRS mais do que ele pode dar. Ele tem sido chamado para deliberar em programas estruturados e espera-se que ele contribua para o desenvolvimento, para tanto ele precisa se transformar num corpo coletivo e ter instância de poder, que tenha força de lei e seja de interesse do poder constituído e da coletividade, o que não ocorre atualmente.

4.7 Nos municípios sem conselho, o que explica sua ausência?

Na região da AMUSEP, dos trinta municípios, catorze (47%) não possuem CMDRS. Segundo o resultado das pesquisas realizadas com técnicos da Extensão Rural - Emater, são três os principais motivos para a inexistência dos conselhos rurais. O primeiro motivo é de ordem política e se traduz na falta de interesse e vontade política dos gestores municipais e das lideranças, representada pelo medo deles de perder espaço e poder. Caso venham a constituir o conselho, preferem pessoas que não sejam questionadoras e que comunguem das ideias deles, segundo a visão e as respostas dos técnicos da extensão rural.

Esta fala pode ser representada no depoimento de um dos prefeitos sem conselho rural, quando diz na entrevista: “Pode ser qualquer conselheiro, mas que não seja agitador. Tem conselheiro que é só contra o prefeito...”. O segundo motivo citado para a não criação dos conselhos são as pessoas que os compõem, que seriam individualistas, sem a cultura da participação e do associativismo, sem conscientização, e especialmente o produtor rural, que não acredita no conselho, não acredita que ele seja necessário e não quer se indispor com o poder constituído. Mesmo que fosse montado o conselho, este teria que ser “tocado” sempre por uma minoria, pois as lideranças não querem assumir o conselho e esperam alguém de fora “puxar” o processo. O terceiro motivo para a não constituição do conselho é o fato de que os próprios técnicos resolvem os problemas e desenvolvem os programas e políticas públicas da área rural em parceria com outras categorias alternativas ao conselho, tais como lideranças constituídas, sindicatos, associações e outros conselhos, como o do Meio Ambiente e o Conselho de Segurança Agropecuária, cujos membros se juntam para a tomada de decisão necessária, substituindo o conselho rural.

Esse procedimento tem sido uma alternativa aceita, já que diversos programas são executados e deliberados sem a exigência de um conselho formalmente constituído. Apesar de haver a participação civil, parece que o “jeitinho brasileiro” é que é aceito pelas políticas e programas estruturados dos governos. Por outro lado, pelas entrevistas percebe-se que esses profissionais têm conhecimento da importância do conselho, tanto que, do total dos que não possuem conselho, 71% acreditam que faria diferença positiva ter um conselho atuante, pois ajudaria nas tomadas de decisão e na divisão das responsabilidades, bem como auxiliaria no desenvolvimento da agropecuária local, segundo eles.

Os técnicos também sabem o que é necessário para formar um conselho atuante, como pode ser observado no resultado das pesquisas, e se não o formam, essa omissão parece ser consciente, como se verifica em uma parte da resposta de um técnico quando solicitado a informar sobre o conselho, em 2011: “...lembro que neste município não existe conselho formalizado, pois, quando sugerimos a sua formação, sentimos que só participariam pessoas diretamente ligadas ao poder executivo, o famoso “chapa branca”, aí recuamos e até o presente momento não falamos mais sobre o assunto... já solicitei apoio do gerente para tratarmos com o prefeito...”.

Diante do exposto levanta-se um problema: de quem é a responsabilidade de constituir e formalizar um conselho? E ainda, de quem seria a responsabilidade de formar um conselho municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, do qual se espera mais do

que apenas a participação da sociedade civil nas políticas públicas, pois, como sugere seu próprio nome, ele tem a incumbência de propor, de discutir, de agregar ideias e recursos para o desenvolvimento rural sustentável, tanto municipal como regional?

Obviamente, quem tem esta obrigação não pode ser e não será um ou mais técnicos de uma instituição pública, ou o presidente do CMDRS, principalmente quando não têm o apoio de agricultores e lideranças ou - ainda pior - quando lideranças se opõem a essa iniciativa. Nessas condições, seria exigir de apenas um segmento a responsabilidade da criação do CMDRS e, por conseguinte do desenvolvimento. Levanta-se, então, a hipótese de que essa situação decorre do fato de os gestores e demais lideranças não entenderem a oportunidade e a importância de colocar essa “massa pensante” a favor das políticas públicas, especialmente as voltadas ao meio rural. Há uma limitação em não entender que esta participação civil poderia ser aliada no desenvolvimento do município e até da administração. Ademais, surpreendem e contrastam com este cenário, até com a hipótese acima, as respostas dos prefeitos entrevistados, dos quais quase 100% (menos um) dizem que faz diferença e seria interessante ter o conselho rural, e que conhecem a função do conselho, mesmo que superficialmente. Quando lhes foi perguntado quais as razões da não constituição do conselho rural, suas respostas não diferem das dos técnicos, ou seja, alegam que ninguém quer assumir responsabilidades, falta interesse dos agricultores, falta incentivo, principalmente da Emater e da prefeitura. Culpam também o governo por não exigir o conselho para liberação de recurso, e reconhecem a falta coletiva da comunidade, lideranças e órgãos públicos.

4.8 Análise comparativa entre os CMDRSs de 2001 e os de 2011/12

Como forma de contribuir no entendimento da evolução dos conselhos rurais (CMDRSs), o quadro abaixo possibilita uma análise comparativa de suas atuações num período distinto, com pouco mais de dez anos entre uma pesquisa e a outra. O quadro apresenta alguns itens passíveis de comparação entre os CMDRSs de 2001 e os de 2011/2012. Estes últimos, supostamente, contam com conhecimentos acumulados neste espaço de tempo.

O primeiro estudo foi feito pelo Ipardes (2001), e abrangeu vinte municípios beneficiados pelo Pronaf Infraestrutura e Serviços (com recursos a fundo perdido, para

investimento) e envolveu 279 conselheiros. Os CMDRSs eram obrigatórios para receber recursos federais.

No segundo tem-se o quadro da pesquisa dos trinta municípios da AMUSEP, realizada em 2011/2012 com os CMDRSs. Esse estudo contempla entrevistas com os trinta técnicos de extensão rural de cada município, os presidentes dos conselhos, os trinta prefeitos e a análise documental.

IPARDES (2001), Pesquisa com CMDRS em 20 municípios contemplados com o Pronaf Infraestrutura e Serviços	Pesquisa com CMDRS em 30 municípios da AMUSEP, em 2011/2012
Abrangência:- 20 municípios, sendo: - 100% com conselhos formalizados; - 80% Lei e; - 20% Decreto municipal, com total de 279 conselheiros.	Abrangência:- 30 municípios, sendo 16 (53%) com conselhos formalizados e 14 (47%) sem conselhos; dos formalizados: - 56% o são por Lei e - 44% por Decreto, com total de 320 conselheiros.
Da nomeação dos conselheiros 11 (55%) com documentos legais; 5 (25%) sem documentos legais, apenas atas ou outro; 3 (15%) decreto não renovado decreto e; 1 (5%) sem nenhum documento.	Da nomeação dos conselheiros 9 (56%) têm documentos legais de nomeação; 7 (44%) falta nomeação, lei fala quais entidades ou pessoas, mas não esta designado por decreto ou outro ato. 8 (50%) com toda documentação atualizada, inclusive atas.
Tamanho dos conselhos Média de 14 membros por conselho rural.	Tamanho dos conselhos Media de 20 membros por conselho rural.
Representatividade 85% dos conselhos têm mais de 50% dos conselheiros agricultores e destes, 25% dos conselhos têm mais de 75% de agricultores; 15% têm menos de 50% de agricultores. Entendimento equivocado de que havia necessidade de paridade entre produtores e	Representatividade Do total de conselheiros 61% são agricultores.

entidades, o que limitou a entrada de mais agricultores em alguns conselhos.	
Tempo de mandato 90% são de dois anos, (em muitos casos não obedecidos).	Tempo de mandato 87% são de dois anos, (em muitos casos não obedecidos).
Mulheres e jovens Dos 279 conselheiros, 9 tinham até 27 anos (3%); mulheres no conselho 26, sendo destas 7 agricultoras (2,5%).	Mulheres e jovens Dos 320 conselheiros, 19 tem até 27 anos (6%); mulheres no conselho 42 (13%), sendo destas 28 agricultoras (9%).
Perfil dos conselheiros 1% nunca estudou; 33% - de 1ª a 4ª série – 1º Grau Incompleto (dificuldades de acesso à escola no meio rural); 12% de 5ª a 7ª série - 1º grau Incompleto; 13% 1º grau completo; 6% 2º grau incompleto; 17% 2º grau completo (técnicos da Emater e prefeitura); 5% Superior incompleto; 13% Superior completo (funcionários públicos que participam do conselho). Faixa Etária destes; 3,2% entre 22 a 27 anos; 35,5% entre 28 a 39 anos; 36,6% entre 40 a 51 anos; 19,7% entre 52 a 63 anos; 5% entre 64 a 76 anos.	Perfil dos presidentes dos conselhos 19% - Ensino Fundamental Completo; 38% - Ensino Médio Completo; 12% - Superior Incompleto; 31% - Ensino Superior completo. Faixa etária: 6,25 entre 22 a 27 anos; 12,5% entre 28 a 39 anos; 56% entre 40 a 51 anos; 19% entre 52 a 63 anos; 6,25% entre 64 a 76 anos.
Regimento 85% dos conselhos possuíam regimento.	Regimento 50% dos conselhos possuem regimento.
Plano de ação do CMDRS Plano com pouca ou nenhuma participação dos conselhos, fica a cargo dos técnicos da Emater.	Plano de ação do CMDRS 13% dos conselhos possuem plano de desenvolvimento rural.

<p>Caráter dos conselhos</p> <p>10% não estabelecido nos decretos ou leis; 65% Consultivo; 20% Deliberativo; 10% Normativo.</p>	<p>Caráter dos conselhos</p> <p>38% - não estabelecido nos decretos ou leis; 25% - consultivo e mais assessoramento; fiscalizador e orientativo; 25% - deliberativo e assessoramento; 6% - consultivo, deliberativo e orientativo; 6% - gerenciamento e assessoramento do poder público municipal.</p>
<p>Quem são os presidentes dos conselhos</p> <p>50% secretários de agricultura do município; 30% representantes dos agricultores; 5% - representante do sindicato; 5% - representante da Casa da Família Rural; 10% - vereador e presidente da Ass. Comercial.</p> <p>Escolha do presidente</p> <p>25% - indicação do prefeito; 5% indicação do técnico da Emater; 15% - escolha por consenso dos conselheiros; 15% regimento diz que secretário de agricultura do município deve ser o presidente; 15% diz que é por eleição.</p>	<p>Quem são os presidentes dos conselhos</p> <p>25% - secretários municipais de agricultura; 31% - só agricultores; 25% - representantes do Sindicato Rural; 6% presidente de cooperativa e associação de Produtores; 6% Vereador; 6% - representante agroindustrial.</p> <p>Escolha do Presidente</p> <p>94% - indicação de consenso e eleição por aclamação entre os membros; 6% - indicação do prefeito.</p>
<p>Escolha do Secretário do Conselho</p> <p>75%- o técnico da Emater; 10% - o presidente do sindicato dos trabalhadores; 5% representante do comercio; 5% é o secretário de educação.</p>	<p>Escolha do Secretário do Conselho</p> <p>56% - é o técnico da Emater; 12,5% - é o Secretário/Diretor Agricultura; 12,5% é o produtor Rural; 12,5% é o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; 6% é o Representante do Sindicato Rural.</p>

<p>Funcionamento do conselho</p> <p>Constatou-se a troca de papéis entre secretário e presidente do conselho; secretário assumindo papel do presidente.</p>	<p>Funcionamento do conselho</p> <p>A Emater está envolvida em 100% das convocações e das pautas das reuniões e 37,5% dos presidentes dizem que a reunião é conduzida pela Emater e/ou o secretário do CMDRS</p>
<p>Pauta da reunião</p> <p>Não há conhecimento da pauta antes da reunião, assim não é discutido com a comunidade. Reuniões são motivadas por liberação de recursos. Periodicidade há, mas não é cumprida.</p>	<p>Pauta da reunião</p> <p>81% dos presidentes dizem que não discutem a pauta das reuniões antecipadamente com a comunidade, pois, são deliberações por demanda, levantada na hora, e também a comunidade não tem interesse por esses assuntos ;, falta de tempo dos conselheiros e os assuntos serão levados aos interessados depois de deliberados.</p>
<p>Participação da comunidade nas reuniões:</p> <p>São poucos os conselhos em que as comunidades participam das reuniões do CMDR. Em 20% dos conselhos, alguns presidentes de associações de produtores participam como representantes dos produtores e normalmente são convidados para emitir opinião e representar a comunidade. Há também regimentos que restringem a participação externa; e em apenas um conselho os conselheiros são orientados a levar um produtor para participar da reunião.</p>	<p>Participação da comunidade nas reuniões:</p> <p>31% dos CMDRSs dizem que participam convidados para emitir opinião, que podem ser autoridades, técnicos ou produtores. 69% dizem que não participam ninguém de fora do conselho, não há restrição e sim falta de convite.</p>
<p>Modo de tomada de decisão - : variada</p> <p>“Quando é assunto simples, como mudança de regimento interno, por exemplo, é consenso, quando tem disputa de associações vai para votação”; “Não há decisão, acatamos a decisão do prefeito”; “Normalmente é voto aberto, mas</p>	<p>Modo de tomada de decisão</p> <p>87,5% dizem que os assuntos são resolvidos por consenso e, 12,5% no voto.</p>

<p>quando não tem tempo, é consenso”; “Os coordenadores perguntam se alguém discorda, nunca ninguém discorda”; “A decisão é por consenso, esta de acordo, levanta a mão”; “Quando não há consenso, coloca-se em votação. (IPARDES, 2001, p. 15 e 16)</p>	
--	--

A análise dos dados mostra que poucas são as diferenças que merecem ser ressaltadas entre a situação e atuação dos conselhos em 2001 e 2011/2012. De positivo nesses dez anos pode-se citar um maior percentual de mulheres e jovens nos conselhos de 2011, mas esse percentual ainda é baixo, se comparado com os dos conselhos urbanos. A escolha do secretário e do presidente do conselho se tornou mais democrática, com menos indicação da autoridade constituída e mais eleição, entretanto permanece a falta de atualização e organização dos documentos dos conselhos. O que mais chama a atenção no quadro são os seguintes fatos: nos dois períodos os tempos de mandato dos conselheiros não são obedecidos; em 2001, 85% dos conselhos tinham regimento interno, enquanto em 2011/12 apenas 50% deles têm regimento interno.

Tanto em 2001 como em 2011/12 não houve/há discussão antecipada da pauta com a comunidade e não houve/há participação da comunidade nas reuniões do conselho. Igualmente nos dois períodos não há um plano de trabalho estruturado para atuarem. Uma boa constatação foi o perfil dos presidentes dos CMDRSs em 2011/12: 81% têm ensino médio completo ou mais estudo, e os presidentes que estudaram menos terminaram o Ensino Fundamental.

Também é preciso ficar registrado que a dependência dos conselhos para com os órgãos públicos é grande, especialmente para com a EMATER, tanto em 2001 como 2011/12. Igualmente permanece a falta de infraestrutura física, financeira e de pessoal para facilitar o trabalho dos CMDRSs.

Para funcionarem, os CMDRSs de hoje são dependentes de programas estruturados, como já o eram os conselhos rurais de 2001. Como são poucos os programas de governo na atualidade, os conselhos são pouco acionados, o que se comprova pelo relato dos problemas e dificuldades de se reunirem e pela inatividade dos conselhos.

O número médio de conselheiros é de vinte por conselho na pesquisa de 2011/2012, contra catorze em 2001. Cabem aqui três citações ocorridas durante a pesquisa.

A primeira, corrente entre os presidentes de conselho, é que “É muito difícil reunir a maioria dos membros em uma reunião”; a segunda é de um técnico: “Tenho um número pequeno de conselheiros e é ágil, precisou já convidar e a maioria sempre vem, não vivo sem o conselho”; e a terceira é de um técnico e de um presidente de conselho: “Tentamos diversos intervalos para reuniões, mas a que deu certo foi intervalo de três meses e daí sempre temos assuntos relevantes”.

A pesquisa propiciou a comparação de dois grupos distintos de CMDRSs em épocas diferentes, (2001 e 2011/12). E comparando-se os mesmos itens nos dois momentos, com o objetivo de medir se houve evolução com o aprendizado do passar dos anos, os dados do quadro revelam que não houve evolução significativa na forma de atuação destes conselhos, isto é, os indicativos e percentuais analisados e os problemas encontrados em 2001 permaneceram semelhantes em 2011/12.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É oportuno lembrar que o objetivo do presente trabalho foi identificar como funcionam os CMDRSs da região da AMUSEP e se eles cumprem com seu papel, e também verificar se as participações e treinamentos contribuíram para um diferencial positivo na atuação destes conselhos. Vale lembrar que os atores dos conselhos gestores rurais contam com vinte e três anos de participações em comitês, conselhos de microbacias hidrográficas e conselhos do Paraná Rural e do Paraná 12 Meses. Neste último foram formalizados conselhos durante oito anos (1998 a 2005), e por fim, treinamentos e formação continuada de 2001 a 2011, período que foi a base da análise.

Para começar a análise, o questionamento feito foi se de fato houve avanços nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRSs) de 2001, quando estes começaram a ser capacitados formalmente e estruturados no formato atual. Os dados analisados evidenciam que em dez anos de capital social acumulado não parece explícita a evolução dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Constatou-se, também, que até 2005 existiam conselhos rurais formalizados em 100% dos municípios da AMUSEP, cujo objetivo específico era deliberar sobre verbas públicas. Hoje estes conselhos agregam a responsabilidade de buscar o desenvolvimento sustentável, mas sua presença diminuiu para 53% dos municípios da região estudada.

Ao longo da análise, verificou-se que a principal - senão única - função dos CMDRSs tem sido participar, quando solicitados, para tratar de assuntos sobre programas estruturados do governo, como acontecia há 10 anos.

Uma das principais atividades que ainda mantêm ativa a maioria dos Conselhos Rurais da AMUSEP é decidir sobre a DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF - para os produtores, que perdura desde 2001.

Muitos desses CMDRSs, considerados “Conselhos de Programas”, podem ser considerados também como “Conselhos Temáticos”, pois não há uma obrigatoriedade imposta por leis e normas, e quando existe, as exigências dos programas não são claras, com exceção de alguns programas do Governo Federal, o que implica na participação dos conselheiros mais como voluntários.

Cabe ainda ressaltar a avaliação da atuação e envolvimento dos CMDRSs da AMUSEP sob três óticas, conforme tratado no capítulo 1(um): a natureza da política pública, a identidade política e os atores, as dinâmicas e o processo como um todo, o que

facilitou o entendimento sobre seu momento atual. Sobre a natureza da política pública foi identificado que, em sua maioria, os programas e projetos rurais trabalhados no Paraná e na região da AMUSEP são do Governo Federal. Neles já vem definido o nível de envolvimento dos cidadãos e do poder público, e poucos deles trazem claramente estruturado e definido o papel dos CMDRSs. Uma das poucas exceções é o Plano de Reforma Agrária. Mesmo o Governo sendo detentor dos recursos, em muitos dos programas só há a recomendação da participação dos CMDRSs e a exigência da participação não é explícita. Quando há a exigência, é rotina os executores chamarem os membros do conselho e decidirem por consenso. Esta falta de clareza sobre as exigências da participação civil leva a que alguns municípios tomem decisões através de um colegiado composto por pessoas que nem sempre são membros do conselho.

Quanto aos CMDRSs sob a ótica da *identidade política*, essa identidade é o pressuposto para explicar a natureza e as diferenças de intensidade da influência dos conselhos sobre as políticas públicas. Os CMDRSs ao longo dos anos ocuparam seu espaço com responsabilidade e muita seriedade, entretanto seu papel foi de participação civil nas decisões já estruturadas dos governos municipal, estadual ou federal. Por anos foram aliados da Emater e das prefeituras para cumprir com os regulamentos, regras e normas já estabelecidos. Sua negociação e sua participação foram sempre de opinar, sugerir, contribuir, e até legitimar algumas decisões, e raras vezes vetaram pontos ou beneficiários de programas. Sua postura foi de nunca se indispor com poder constituído, de serem sempre aliados, conciliadores e colaboradores. Os CMDRSs nunca foram de levantar o clamor das bases e exigir uma política para o setor, até pela sua natureza jurídica.

Constatou-se também que os membros dos CMDRSs da região da AMUSEP não são oriundos de movimentos sociais ou de sindicatos combativos, esta postura não é conhecida nem praticada nem admirada. Os governos municipais, historicamente, não são comprometidos com a participação popular, desta forma não tendem a conferir maior importância e poder às instâncias participativas.

Quanto ao terceiro item - *atores, dinâmicas e processo* -, pôde-se verificar que muitos dos membros dos conselhos não são eleitos pelas comunidades ou pelos segmentos representados, mas são indicados pelos demais membros por apresentarem maior facilidade de relacionamento, maiores conhecimentos ou algum requisito facilitador para o CMDRS. Alguns dos requisitos esperados pelos membros e presidentes de conselho, técnicos e prefeitos é que os participantes do CMDRS sejam colaboradores e não sejam

contestadores ou dados a conflitos. Esta postura foi observada entre prefeitos, presidentes de conselho e alguns membros, os quais afirmam que não gostam de se reunir para não ter que se deparar com pessoas “do contra”, questionadoras. Muitos dos conselheiros e a maioria dos presidentes dos conselhos são pessoas instruídas, participam de outros conselhos, de fóruns de desenvolvimentos, mas lhes falta a prática dos movimentos sociais. Sua participação é de voluntariado, com vontade de contribuir. Este é o sentimento de muitos dos presidentes, que já estavam “contando os dias” para entregar o cargo para outro “voluntário” a ser eleito. Por conta desta mesma cultura que permeia a região estudada (AMUSEP), os atores envolvidos (técnicos, presidentes e prefeitos desta região) não são comprometidos com a participação popular e democrática e essa não é a cultura desses atores, com raras exceções. Cada um cumpre o seu papel e se ocupa com suas tarefas, sem se envolver em polêmicas, divergências ou conflitos por conta de suas convicções ou necessidades coletivas. Além disto, se não há o clamor das comunidades a exigir alguma postura diferente da tradicional, o enfrentamento com poder constituído torna-se ainda mais tênue.

Desta forma, pôde-se inferir que há pouca vontade e pouco comprometimento político do governo local e das instituições públicas municipais com a participação popular nas políticas públicas. É muito pouca ou inexistente a compreensão do poder público quanto à importância da gestão social e da participação dos cidadãos. Há pouca tradição associativa dos membros do conselho na região estudada.

Ainda sobre a dinâmica e processos, conclui-se que se as normas não exigem descentralização e o envolvimento do poder municipal, os CMDRSs ficam sujeitos a diferentes formas de atuação, e neste contexto, a dinâmica institucional das articulações entre o Estado e a sociedade é o que justifica o nível de atuação e os resultados dos CMDRSs.

Ainda quanto aos atores, observou-se que as lideranças, membros e técnicos não têm informações sobre orçamento municipal e a utilização de recursos públicos municipais destinados ao meio rural, especialmente quanto ao plano plurianual ou lei orçamentária, e não consideram essas informações como importantes e necessárias para os conselhos. Em um contexto como este, não se pode esperar dos CMDRSs mais do que eles vêm produzindo para o desenvolvimento regional.

Quanto ao questionamento do trabalho, ou seja, se o capital social acumulado com diversas experiências vivenciadas, treinamentos de formação, envolvimento com outros

conselhos gestores, etc. trouxe um diferencial na atuação destes CMDRSs, obteve-se a resposta de que o ganho foi muito expressivo para os membros dos conselhos. Verificou-se que os presidentes e demais membros dos conselhos, técnicos e prefeitos estão preparados para atuar, têm conhecimento sobre o funcionamento do conselho, quando chamados se apresentam com desenvoltura e todos destacam a importância do CMDRS. Isto significa que houve ganho no aprendizado dos atores, mas esse avanço não se refletiu na qualidade e no resultado dos trabalhos dos CMDRS.

A hipótese levantada para esta situação é que para o CMDRS funcionar como um corpo coletivo e instância de poder na busca do desenvolvimento rural ele precisará se apoiar em três pontos em sintonia e dispostos a fazer funcionar o conselho, a saber: 1) seus membros estarem preparados, capacitados, dispostos a participar e contarem com o apoio da comunidade que representam; 2) o CMDRS ter poder de decisão baseado em lei; e, 3) o poder público ter a cultura da democracia, da participação social, com reconhecimento da importância do meio rural, com vontade política e mecanismos regulamentares para disponibilizar recursos para promover o desenvolvimento.

Na maioria dos municípios da AMUSEP houve bom preparo dos membros do CMDRS, mas vários destes conselhos não puderam atuar, mesmo respaldados por lei, pois faltou uma parte: não houve “espaço” junto à maioria dos gestores públicos, os quais, em sua maioria, não estão comprometidos com o desenvolvimento rural e não aceitam dividir o poder com os CMDRSs, mesmo com conhecimento do que é e como funciona esse conselho.

Cumpramos ressaltar que aqui não se fala da participação do conselho nas políticas públicas já estruturadas do governo municipal, estadual ou federal, pois isso é de praxe para os conselhos de programas.

Cabe salientar um sentimento captado pela pesquisa junto a alguns presidentes de CMDRS e técnicos da Extensão Rural, “...às vezes os produtores pedem pouco, como apenas estradas, mas nem isso é proporcionado...”. Na visão deles, isso ocorre porque são poucos votos no meio rural. Essa situação remete-se ao ano de 1860, quando o Império instituiu a Secretaria dos Negócios da Agricultura Comércio e Obras Públicas; em 1906 transformada pela República em Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, só em 1930 transformou-se em Ministério da Agricultura e em todas as fases faltava à agricultura a devida importância, como relata a história. Hoje, vê-se em muitas prefeituras a Secretaria de Indústria, Comércio e Agricultura, até a ordem do nome vem por grau de importância

para o poder público, tanto quanto nas épocas passadas, pouca significância da agricultura, apesar da real importância. Talvez esse seja um dos trabalhos dos conselhos gestores, necessário para a conscientização pública.

Outra contribuição dos CMDRSs observada na pesquisa vem de um dos municípios enquadrado nos 7% dos que repassam recursos para o desenvolvimento rural, Munhoz de Mello. Este município é referência regional no trabalho de desenvolvimento e salta aos olhos seu desenvolvimento no tocante às atividades rurais, o que, segundo os técnicos, vem ocorrendo nos últimos oito anos. O município tem pouco mais de 3.500 habitantes, 350 estabelecimentos rurais, IPDM- Educação 0,811, IPDM- Saúde 0,938 e IDH-M 0,767. Este município teve nos últimos doze anos, prefeitos comprometidos com o social. Estes criaram o Fundo de Desenvolvimento Municipal, para o qual foram aportados recursos do Imposto Territorial Rural e de outras fontes. Esse fundo tem normas e diretrizes próprias. A prefeitura criou o CMDRS ligado ao gabinete do prefeito. O único senão é que esse conselho é consultivo, apesar de ser função explícita de seu CMDRS apreciar e formalizar o Plano de Desenvolvimento Rural Integrado e o Plano Operativo Anual, exercer vigilância sobre a execução do plano e assegurar a participação efetiva dos segmentos promotores e beneficiários das atividades desenvolvidas no município. Este fundo é de responsabilidade da prefeitura, tem diretrizes próprias e tem funcionado a contento, segundo o prefeito, e com pouca participação do CMDRS. Observou-se que neste caso há o comprometimento e valorização do meio rural pelo poder público.

Mais uma contribuição que se acredita merecer relevância foi a última lei de criação de um CMDRS na região da AMUSEP, vem do município de São Jorge do Ivaí, feita no ano de 2011 por um vereador que também é técnico da Emater e tem bom trânsito junto ao prefeito e demais lideranças. Aparece ser essa lei a mais próxima do ideal de participação de um conselho gestor rural. Entre os principais pontos destacam-se os de ter caráter deliberativo, funcionar permanentemente, ser autônomo e ter a atribuição de definir as diretrizes básicas para a Política Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Essa lei assegura a ampla participação pública, prevendo a participação das comunidades e de representantes dos agricultores e a efetiva participação dos agricultores familiares, de modo que dos que fazem parte do conselho no mínimo 50% devem ser desta classe social. Além disto, o presidente não pode ter nenhum vínculo com o serviço público.

Outro ganho do CMRS previsto nesta lei e reclamado pelos demais conselhos, por não existir, é o pagamento de despesas com alimentação, transporte ou estadia dos

membros quando a serviço do conselho. Ainda pela lei compete ao CMDRS: “Elaborar e desenvolver as diretrizes a serem incluídas no Plano Plurianual- PPA (feito a cada quatro anos), a ser incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO; - Encaminhar as propostas e demandas formuladas pelo conselho para inclusão na Lei Orçamentária Municipal”. O CMDRS tem ainda a incumbência de encaminhar as propostas e demandas formuladas pelo conselho para a inclusão na lei orçamentária do município. É previsto ainda o poder de fiscalizar, acompanhar recursos públicos, sugerir leis e suas alterações e avaliar ganhos sociais resultantes das políticas públicas implantadas. Para auxiliar na elaboração das diretrizes gerais das políticas rurais para constar no PPA, foi criado o Fórum Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, que pode ser convocado pelo CMDRS.

Resumindo, essa lei garantiu ao CMDRS o caráter deliberativo, ser autônomo, ser participativo e democrático, e principalmente constituir um avanço que é vetado ou não colocado nas leis da maioria dos municípios: a participação no PPA e na lei orçamentária do município. Pressupõe-se, neste caso, que com o conselho montado, a lei adequada e os recursos orçados, resta só trabalhar a favor do desenvolvimento dos produtores rurais e do município. Não obstante, sempre cabe uma reflexão para o futuro: na hipótese de o prefeito ou a câmara de vereadores não acatarem as sugestões para o PPA ou o orçamento do município para o meio rural, que força terá o conselho, além da negociação, ou da pressão popular para fazer cumprir a lei? Outro ponto de reflexão é que esse CMDRS tem o dever de montar o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e de participar do plano diretor do município, onde consta a necessidade de um plano agrícola, um plano de arborização, O Código de Meio Ambiente Municipal, o Plano de Uso de Defensivos Agrícolas, entre outros, apesar de haver um fórum para ajudá-lo, cabem as seguintes perguntas: Quem vai executar todo este trabalho? Quem da iniciativa privada vai dispor de tempo suficiente para esta tarefa? Quem deve coordenar esse trabalho? E se ninguém tomar a iniciativa, o que acontece? Existem responsabilidades a ser cobradas? Para exemplificar, neste município o técnico da Emater, por ter feito a lei e por fazer parte do conselho, tomou a iniciativa e se debruçou por dias sobre o Plano de Desenvolvimento Rural, sobre o Código Ambiental Municipal e sobre outros planos, com ajuda e aprovação dos demais membros, embora não fosse sua obrigação - pois isso não estava previsto na legislação ou regimento - e a responsabilidade fosse do CMDRS. Foi um ato voluntário e solidário.

Com isso infere-se que os CMDRSs devem ter um plano de trabalho para o conselho desempenhar, com atribuições, participações e deliberações. Já o Plano de

Desenvolvimento Rural do município – PDR, pela lógica, deve ser executado e coordenado pelo município, que tem funcionários que são treinados e ganham para esta tarefa e são responsáveis pelo desenvolvimento rural sustentável do município, cabendo aos CMDRSs, nesse caso, participar, acompanhar, cobrar, enfim, deliberar.

A pesquisa, conforme já havia apontado a bibliografia, evidenciou a possibilidade de identificar as variáveis que determinam o grau de sucesso dos conselhos. Para o bom funcionamento dos CMDRS, cada conselho, cada município tem sua realidade e os atores envolvidos devem encontrar o caminho possível para melhor desenvolver o meio rural, especialmente a qualidade de vida dos agricultores familiares, proporcionando sua participação nas políticas públicas de forma que sejam o protagonista de seu próprio desenvolvimento.

Outro aprendizado evidenciado pelos resultados da pesquisa é que os conselhos gestores, rurais e urbanos enfrentam os mesmos problemas, e têm os mesmos desafios, as dificuldades encontradas podem ser assim resumidas: a paridade muitas vezes não é cumprida efetivamente, há atrelamento/dependência do governo e a sustentabilidade está ligada a repasses de recursos federais, falta de autonomia, pouca presença de jovens e mulheres, corporativismo à medida que vereadores e prefeitos não transformam em leis a participação do CMDRS. Há ainda o problema de representatividade dos grupos sociais, falta de respaldo da base a esses conselhos, fragilidade de vínculo entre os conselheiros e entidades da base que representam, falta de discussão antecipada da agenda das reuniões com a base que representam, falta de infraestrutura de apoio, problemas de fluxo das informações, baixo nível de organização, baixo poder de mobilização dos movimentos populares para impor suas necessidades, reconhecimento e pedido por capacitação dos conselheiros, entre outros.

Ainda que existam todos esses problemas, é preferível ter o conselho a não tê-los, sempre haverá o controle social, mesmo que minimamente. O conselho gestor é o local onde se dá e pode-se exercitar a cidadania. Alguns poucos conselhos e gestores municipais com práticas e procedimentos que valorizam a participação social na gestão municipal, podem irradiar esta prática e aprendizado. Sempre haverá evolução com os aprendizados (capital social acumulado).

Reforça-se que os CMDRSs devem buscar seu equilíbrio e o caminho de forma a cumprirem o seu papel, que é o da participação civil nos espaços institucionais, interferindo no planejamento e execução das políticas públicas para torná-las mais

transparentes e assim colocá-las ao alcance da sociedade que representam, permitindo o seu controle. Isso pressupõe ações integradas junto aos órgãos públicos e lideranças, principalmente as municipais, as quais são corresponsáveis pelo trabalho do desenvolvimento rural.

Ainda como forma de contribuir, o autor faz uma proposição, não inédita, que um planejamento por territórios menores, com municípios com as mesmas características, não só de pobreza, mas com critérios qualitativos e que permitam projetos inovadores, permitiria um maior estímulo à atuação dos conselhos, forçaria a composição de novos conselhos gestores, bem como proporcionaria maior probabilidade de viabilização de recursos federais para os projetos apresentados, seria a subdivisão do planejamento dos 30 municípios da AMUSEP, o denominado PRÉ TERRITÓRIO DA AMUSEP.

Por fim, uma hipótese para fazer com que os diversos conselhos, já existentes, se comuniquem e se apoiem, é necessário um modelo teórico ideal a ser testado se ainda não o foi, seria a constituição de um CMDRS nos mesmos moldes atuais, com representantes civis e públicos, mas que sua estrutura abrangesse todos os Conselhos ligados a área rural, especialmente, os conselhos ligados diretamente ao meio rural, ou seja, CMDRS, Conselho de Meio Ambiente, Conselho Segurança Agropecuária, Conselhos de Segurança Alimentar, Merenda Escolar e outros, de forma que todos se integrassem. O que se idealiza é um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, que tenha incorporado em seu estatuto ou regimento os demais conselhos, num formato e num organograma prático, como se fossem uma câmara técnica do CMDRS. Por exemplo, sempre que o Conselho de Sanidade Agropecuário- CSA for acionado, primeiro aciona-se o CMDRS, que por sua vez aciona os membros do CSA. E sempre na impossibilidade da participação de um membro titular, o suplente, que pertence ao CMDRS, será acionado. A idéia é que esses conselhos se integrem, converse e se apoiem, participem do mesmo Plano de Desenvolvimento Sustentável. Nesta hipótese, os membros do conselho seriam sempre do próprio CMDRS (participação cruzada), o que facilitaria a integração, e todos ficariam sabendo o que cada área está executando, propiciando apoios. Isso proporcionaria a reposição de membros evitando as dificuldades de se reunir dos Conselheiros, evitaria que alguns conselheiros tenham dupla, tripla ou mais participação em outros conselhos como forma de atender a legalidade. Esse modelo tem a pretensão de evitar o excesso de participação que tem levado ao excesso de faltas dos conselheiros, por desmotivação ou excesso de participação. Enfim, o modelo proposto pode ser considerado uma hipótese a

ser testada como forma de melhorar a atuação dos Conselhos Gestores Rural. O que não elimina os demais requisitos e as demais formas necessárias de integração entre os conselhos gestores afetos, como conselhos da educação, saúde, segurança, etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos Limites. In: **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: IEA-USP, 2001. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a11.pdf> Acesso em: 12.mar.2010.

BACEN. **Resolução Nº 128 de 23 de outubro de 1996**. Estabelece critérios para utilização de recursos destinados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para aplicação no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. BACEN, Brasília, 23.jan.1996.

BIANCHINI, Valter. **O Programa Nacional De Fortalecimento Da Agricultura Familiar – Pronaf E A Sustentabilidade Da Agricultura No Vale Do Ribeira – Paraná 2010**. (Tese de doutorado), Curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, 2010.

Borin, Jair.; Veiga, José Eli; Almeida, Wellington. (Org). **Brasil Rural na Virada do Milênio: a visão dos pesquisadores e jornalistas**. São Paulo : USP: Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2001. Acessado em:13 maio 2011. Disponível em:

<http://www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/view/publicacoes-nead/publicacoes/arquivo_114.zip>.

CAPITAL Social. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Capital_social. Acesso em: 19.mar.2011.

Caracterização dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural do Paraná: síntese dos principais resultados da pesquisa de campo / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba: IPARDES, 2001.

CARVALHO, Maria do Carmo A. **Participação social no Brasil hoje**. Disponível em: http://www.polis.org.br/obras/arquivo_169.pdf. Acesso em: 05.mar.2011.

CARVALHO, Maria do Carmo. **A “participação” como política neoliberal**. Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes/papers/1982.html>. Acesso em: 2006

CASTILHOS, Dino Borges Sandro de. **Capital Social e políticas públicas : um estudo da linha infra-estrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em:

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2814/000326468.pdf?sequence=1>.

Acesso em: 27.fev.2011.

CONSELHOS. Disponível em:

www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/cons_municipais_sintese_pesquisa_campo.pdf.

Acesso em: 06.dez.2010.

Conferência sobre o Desenvolvimento Rural no Território da Amusep em 2010.

Parque de Exposições Francisco Feio Ribeiro, Maringá – PR, 08 de abril de 2010. Disponível em:

www.sindrural.com.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=169&Itemid=87. Acesso em 26.dez.2010.

CORRÊA, Ricardo Antonio; GODOY, Amália Maria Goldeberg. **Políticas Públicas E Turismo Sustentável Em Foz Do Iguaçu**. In: Anais XXIV Semana do Economista da UEM, Maringá, set. 2009.

CSA Conselhos de Sanidade Agropecuária. Disponível em: http://www.fundepecpr.org.br/?pag=conselhos_de_sanidade_agropecuaria_o_que_e. Acesso em: 01.mar.2011.

Decreto N° 3928 - 29/11/2004 – Fundo de Avaliação – In: Diário Oficial, n° 6862, 29 nov. 2004. Disponível em:

<http://celepar7cta.pr.gov.br/SEEG/sumulas.nsf/2b08298abff0cc7c83257501006766d4/b13657c11e89ea2983256f6d004385ab?OpenDocument>. Acesso em: 01.mar.2011.

DENARDI, Reni et al. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Estado do Paraná**. Curitiba: EMATER-PR. 2000

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno, **Movimentos Sociais Rurais No Paraná- 1978-1982**. Secretaria de Agricultura, CEPA- PR Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Paraná e DERAL Departamento de Economia Rural, 1982.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 35ªed. Ed. Cortez, p.40

IBASE, **Avaliação de planos municipais de desenvolvimento rural – PMDRs em 4 Estados (ES, MS, PE, e SC)**. Brasília: IBASE/SAF/MDA, 2001.

IBGE 2011- Dados sobre conselhos 2009,

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/1704munic.shtm>

Consulta em 29.ago.2011, 21:42h. Quantidade de conselhos gestores (27.000)

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1612&id_pagina=1

Consulta 26.set.2011 20:00h

<http://gregoriogrisa.blogspot.com/2010/01/alguns-numeros-do-ultimo-censo.html> Censo agropecuário 2006, Censo agropecuário de 2006 publicado em 2009.

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1464&id_pagina=1 Censo 2006

Consulta 09.nov.2011, 19:46h

Lei 14431 16 de Junho de 2004– Fundo de Avaliação. Disponível em:

<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=1535&indice=4&anoSpan=2009&anoSelecionado=2004&isPaginado=true>. Acesso em: 01.mar.2011.

Lei 11.947, DE 16 DE junho de 2009. Conversão da Medida Provisória nº 455, de 2008 (alimento escolar). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm . Acesso em: 01.mar.2011.

LEITÃO, José et all. **Mudanças Ocorridas no Conselho de Desenvolvimento Rural Após o Início do Processo de Formação:** Estudo de caso no Município de Virmond-PR, 2003. Trabalho de Especialização. CEFET- PR.

LEITE das crianças. Disponível em:

<http://www.leite.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>. Acesso em: 01.mar.2011.

LÜCHMANN e ALMEIDA, **A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas.** Disponível em:

http://www.bibliotecafeminista.org.br/index.php?option=com_remository&Itemid=56&func=startdown&id=229. Acesso em: 24.set.2011.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **O Desenho Institucional Dos Conselhos Gestores.** Disponível em: <http://www.npms.ufsc.br/lpublic/Artigo%204.doc>. Acesso em: 15.jun.2011.

MICHELLON, Ednaldo, **I Conferencia Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Jacarezinho- PR.** Disponível em:

<http://www.jacarezinho.pr.gov.br/noticia/mostrar/9491-Assist%C3%A2ncia+Social+realiza+I+Confer%C3%A2ncia+Municipal+do+setor+.html> acesso: 26.fev.2012 às 16:00h

Manual Técnico do Subprograma de Manejo e Conservação do Solo. 2. ed. Curitiba, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento,1994. 372 p.

MATTEI, L. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Concepção, Abrangência e Limites Observados. In: **Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**, IV, 2001, Belém, Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2001.

MUELLER, Charles C. A Política Agrícola No Brasil Uma visão de longo prazo, **Revista de Política Agrícola**, ano XIX- Edição Especial de Aniversário do Mapa – 150 anos, jul. 2010.

MULLER, Charles C. Políticas Agrícolas no Brasil, *Revista de Política Agrícola*, MAPA. Disponível em:

http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&cd=1&ved=0CBoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.embrapa.gov.br%2Fpublicacoes%2Ftecnico%2FrevistaAgricola%2Frp2010%2FRevista_Pol_Agricola_EDICaO%2520ESPECIAL%2520ANIVERSARIO%2520DO%2520MAPA_2010.pdf&rct=j&q=A%20pol%C3%ADtica%20agr%C3%ADcola%20no%20

brasil%20Uma%20vis%C3%A3o%20de%20longo%20prazo%20Muller&ei=bR8bTdfjDIH7lweIhuzDDA&usg=AFQjCNEkdMbg7Hudoy7uI4SvXdQB3mI-IQ>. Acesso em: 04.fev.2011.

NUNES, Sidemar Presotto; PERONDI, Miguel A. **A aprendizagem da agroindústria familiar de frango diferenciado do Sudoeste do Paraná.** In: Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica, 2001, Curitiba:. Anais do VI Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica. Curitiba: CEFET-PR, 2001. v.1., p. 115-118.

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária. Disponível em:
http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf. Acesso em: 01.mar.2011.

PROGRAMA de Aquisição de Alimentos PAA. Disponível em:
<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa/control-social>.
 Acesso em: 01.mar.2011.

PROGRAMA de Manejo da Fertilidade e Correção de Solos do Paraná, Manual SEAB, PARANÁ, FÉRTIL SAFRA, set. 2010.

PROGRAMA Fabrica do Agricultor. Disponível em:
<http://www.fabricadoagricultor.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php>. Acesso em:
 28.fev.2011.

PROGRAMA Nacional de Crédito Fundiário. Disponível em:
<http://www.portal.mda.gov.br/portal/sra/programas/credito>. Acesso em: 20.jun.2010.

PROGRAMA Turismo Rural. Disponível em:
<http://www.seab.pr.gov.br/arquivos/file/deagro/progturisirural.pdf>. Acesso em:
 01.mar.2011.

PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 258 DE 2010. Institui a Política de Desenvolvimento Rural (PDDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR).

SEN, Amartya. **Desenvolvimento com liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERATTO, C. D. (Org.) **Conferências sobre o desenvolvimento rural: território da AMUSEP: Relatório Final: 2010.** Maringá: Fundação Terra: EMATER, 08 abr. 2010. 26 p.

SERATTO, C. D. **Relatórios do processo de formação de conselheiros rurais na região administrativa do EMATER de Maringá.** Maringá, 03 jan. 2011. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <seratto@EMATER.pr.gov.br>, em 21.fev.2011.

SOUZA, Cleonice Borges. **Políticas públicas e participação social feminina: a experiência dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (2008).** Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/703/70311249014.pdf>. Acesso em : 26.fev.2011.

TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi **Histórico, Caracterização e Dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**, Publicado em Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

TEIXEIRA, Ana Claudia; TATAGIBA, Luciana. **Dinâmicas Participativas Institucionalizadas e Produção das Políticas Públicas. In: Anais LISA** (Associação de Estudos Latino-Americanos), Rio de Janeiro, jun. 2009.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso Conselhos De Políticas Públicas: Efetivamente uma nova institucionalidade participativa? **Revista Polis**, n. 17, São Paulo, 2000.

TERRITÓRIO Paraná. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/520.pdf>
Acesso em: 13.mar.2010.

TONELLA, Celene. **Poder Local e Políticas Públicas: O papel dos Conselhos Gestores**. Maringá, PR: Eduem, 2006.

TONELLA, Celene. Conselhos gestores municipais ainda são frágeis, conclui pesquisa. **Jornal 31**, abr. 2006. Disponível em:
http://www.jornal.uem.br/2011/index.php?option=com_content&view=article&id=69:conselhos-gestores-municipais-ainda-sfris-conclui-pesquisa&catid=20:jornal-31-abril-de-2006&Itemid=2 Acesso em: 20.fev.2011.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento rural: o Brasil precisa de um projeto. In 360 CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 1998, Poços de Caldas. Anais... Brasília: SOBER, 1998.v.1

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias – o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

WISNIEWSKI, Lucia ET al. **Descentralização Do Poder, Participação E Controle Social Nas Políticas Públicas**: Estudo dos Conselhos Gestores do Município de Guamiranga, Brasília: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, n. 901, 30.Set.2009.

Anexo I - QUESTIONÁRIO – SITUAÇÃO DOS CMDRS DA REGIÃO DA AMUSEP
(TÉCNICOS DA EXTENSÃO COM CMDRS FORMALIZADOS)

1. Município: _____
3. Como o CMDRS foi instituído? () Lei () Decreto Prefeito () Outro _____
4. Data da criação do Conselho _____
5. Houve alteração na composição do Conselho após instituído- regimento ou legislação?
() sim () não
6. O CMDRS está atualizado, conselheiros, regimento, atas, etc.? () sim () não.
Se não porque, o que falta, dificuldades?

7. O CMDRS tem regimento () sim () não.
7.1 Se sim, Como foi feito o regimento (origem)

- 7.2 Se não Por quê?

8. Como ocorre a definição da presidência:
() escolha do técnico da Extensão () escolha do prefeito () eleição entre os membros do Conselho () outra forma. Qual? _____
9. Como ocorre a definição do Secretário do CMDRS:
() é sempre o técnico da Extensão () é sempre o secretário da Agricultura do Município
() escolha do prefeito () eleição/ aclamação entre os membros do Conselho () outra forma, Qual?

10. Estas escolhas itens do presidente e secretário estão previstas no regimento? () sim () não () outra _____
11. Opinião do técnico sobre a importância ou não do CMRDS

12. CMDRS têm plano de Desenvolvimento Rural Sustentável?

13. Como têm sido, de que forma, ou como tem se dado a participação do Conselho Rural Desenvolvimento Sustentável no seu município?

14. O Resultado das Conferencias dos Conselhos a nível Municipal, Regional e Estadual tem sido discutida e posta em prática? () sim () não () outra _____

Se sim, Como? E se não Porque? _____

15. Qual a sua opinião para a pouca participação feminina e de jovens no CMDRS e se estes são convidados?

16. Estrutura e Funcionamento

16.1 Data da última reunião realizada:

16.2 Data da próxima reunião marcada:

16.3 Frequência das reuniões (semanal, quinzenal, mensal, bimestral outra):

16.4 Número de reuniões realizadas em 2010 () em 2011 ()

16.5 Local onde ocorrem as reuniões:

16.6 O conselho conta com uma secretaria que organize atas, arquivo e documentação do conselho?

17. A prefeitura municipal destina parte dos recursos do tesouro para o Desenvolvimento Rural? ()sim ()não

18. Em caso afirmativo, qual a percentagem? _____

19. CMDRS tem participação ou influência nesta decisão e nas destinações dos recursos para a Agricultura? () sim () não Como tem interferido nesta decisão? _____

20. Caráter do CMDRS

() Deliberativo () Consultivo () outro. Qual _____

21. Na sua opinião, o que precisaria para o Conselho Funcionar como o legitimo representante civil, nas políticas públicas, bem como contribuir para o Desenvolvimento Rural Sustentável? _____

Observações/anotações: _____

Data: ____/____/2011_____ Nome e Assinatura do Responsável pelo preenchimento deste questionário

Anexo II – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTAS COM OS PRESIDENTES DOS
CMDRSs DA AMUSEP

Entrevistador: _____

Data: ___/___/2011 Horário: início: ___:___ até às ___:___ Município _____

1- Profissão: _____

2 - Sexo: () feminino () masculino Idade: _____

3. Estado Civil () casado () solteiro () união estável (qual) _____

4- Escolaridade:

() Ensino Fundamental incompleto () Ensino Fundamental Completo

() Ensino Médio incompleto () Ensino Médio completo

() Ensino Superior incompleto () Ensino Superior Completo

5- Qual categoria/entidade/órgão você representa no conselho:

6- Como você foi escolhido para o Conselho Rural? _____

7- Participou de alguma capacitação para conselheiro? () sim () não

Quantas vezes? _____ que ano(s)? _____

Quem promoveu? _____

8- Participa de outros Conselhos () sim () não Se sim, quantos ? () Quais?

9- Participa ou Participou do Fórum de Desenvolvimento do seu Município?

() sim () não . Se sim, já recebeu treinamentos através dos Fóruns. () sim () não.

Se sim, quantos _____

10- Reunião CMDRS – Quem convoca? _____

11- Quem diz os assuntos a serem tratados (pauta) ? _____

12- Estes assuntos são discutidos antes da reunião com comunidade ou demais produtores?

() sim () não Porque? _____

13- Quando os assuntos são decididos, você discute o assunto com as pessoas que você representa?

() sim () não Porque? _____

14- Quem conduz a reunião? _____

15- Como tem sido a sua frequência nas reuniões? () participa com frequência () falta algumas vezes () tem participado pouco ou não participado.

Motivo/Justificativa _____

16- Qual a frequência das reuniões do Conselho Rural:

() mais de uma reunião por mês;

() uma reunião mensal;

() uma reunião a entre dois e três meses;

() uma reunião semestral;

() uma reunião anual;

() outra periodicidade: _____

17- Como tem sido decidido a maioria dos assuntos nas reuniões dos conselhos () consenso () voto () outro: qual?

18- Na reunião do CMDRS participam representantes de fora do Conselho Rural?

() sim () não

Quem são os que participam? _____

19 - Você conhece o regimento do seu Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável CMDRS? () sim () não

20 - Você tem cópia do Regimento? () sim () não

21- Como conselheiro, você participa do Plano de Desenvolvimento Rural do Município?

() sim () não . Como? _____

22- Em sua opinião, qual o principal papel do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável?

23- Cite dois aspectos que o CMDRS precisa melhorar para atingir seus objetivos

1. _____

2. _____

24- Cite dois aspectos/fatores que você, enquanto conselheiro, precisa aprimorar para cumprir o seu papel no CMDRAS.

1. _____

2. _____

25- Cite os dois principais resultados alcançados pelo Conselho Desenvolvimento Rural Sustentável do qual tenha participado.

1. _____

2. _____

26- Porque você considera que há pouca participação de jovens e mulheres no Conselho Rural?

Anexo III – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTAS PARA TÉCNICOS SEM
CONSELHOS MUNICIPAIS FORMALIZADOS - SITUAÇÃO DOS CMDRS DA
REGIÃO DA AMUSEP

Município: _____ Data: ___ / ___ / ____

1. Porque não há Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável constituído em seu município?

2. Para o seu município faz diferença existir ou não o CMDR? () sim () não

3. Como faz para cumprir exigências dos programas que exigem Conselho Rural, a exemplo do cancelamento, negação ou validação de DAPs, ou outro?

4. Que fim teve os Conselhos da área Rural, a exemplo do Paraná Rural, Paraná 12 meses e outros.

5. Na sua opinião o que precisaria para a constituição de um CMDRS e este Conselho Funcionar como o legítimo representante civil, nas políticas públicas, bem como contribuir para o Desenvolvimento Rural Sustentável?

Nome e Assinatura do Responsável pelo preenchimento deste questionário

Anexo IV - QUESTIONÁRIO ENTREVISTAS PARA PREFEITOS DOS MUNICIPIOS
COM CMDRS FORMALIZADOS - SITUAÇÃO NA REGIÃO DA AMUSEP

1. Município : _____

2. O prefeito tem conhecimento da atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do seu município? () sim () não

3. Qual a opinião do Sr. Prefeito, sobre a importância, ou não do CMRDS e seu funcionamento? O CMDRS é importante () sim () não

Por que? Opinião

4. Na opinião do Sr. Prefeito como deveria ser o papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável no seu município.

5. Como têm se dado a participação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) junto à prefeitura e a Comunidade?

6. O município tem destinado recurso (apoiado) para o Desenvolvimento Rural?
() sim () não. Se sim, como?

7. O município tem destinado orçamento específico para a secretaria de agricultura ou setor Agropecuário? () sim () não. Se sim, como é o mecanismos, regras do repasse?

8. Cite alguns trabalhos que considera relevantes, feito pelo Conselho Rural.

9. Você participa da escolha dos Conselheiros?

Observações/ apontamentos do entrevistador

Data ____/____/ 2011

Responsável pelo preenchimento deste questionário

Anexo V - QUESTIONÁRIO ENTREVISTAS PARA PREFEITOS DOS MUNICÍPIOS SEM CMDRS FORMALIZADOS - SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA REGIÃO DA AMUSEP

1. Município: _____

2. Na opinião do Sr. Prefeito qual seria o papel de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável no seu município, se ele existisse?

3. Para o seu município faz diferença existir ou não o CMDR? () sim () não

Por que?

4. Quais as razões do CMDRS de não ter sido constituído formalmente no seu município?

5. Em sua opinião, como deveria ser conduzido o trabalho para que fosse constituído e formalizado esse conselho?

6. O município tem destinado recurso (apoiado) para o Desenvolvimento Rural? () sim () não

Se sim, como?

7. O município tem destinado orçamento específico para a secretaria de agricultura ou setor Agropecuário? () sim () não Se sim, como é o mecanismos, regras do repasse?

8. Como deveria ser a escolha dos Conselheiros?

Observações/ impressões do entrevistador

Data ____/____/2011_____

Responsável pelo preenchimento deste questionário

Anexo VI – RESULTADO DA PESQUISA COM TÉCNICOS COM CONSELHOS FORMALIZADOS (SITUAÇÃO DOS CMDRS DOS 16 MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUSEP).

Resultado da pesquisa com técnicos da extensão oficial com CMDRS formalizados na região da AMUSEP – (Total: - 16 municípios – 53%)

(Respostas de 01 a 05) - De 30 municípios com CMDRS, são 16 conselho formalmente constituído, sendo: (09) através de Lei e (07) por Decreto municipal.

- Ano da constituição do CMDRS: 01(2000), 02 (2001), 01 (2005), 01 (2006), 01 (2007), 08 (2009), 01 (2010) e 01 em (2011).

- Houve alteração na composição do Conselho após instituído- regimento ou legislação? (11) sim (12) não.

- Conselho esta atualizado, conselheiros, atas, etc.? 08 (sim) 08 (não).

6. Porque o Conselho não esta atualizado, quanto sua organização, atas, regimento, etc.? (8 não atualizado)	Freq. das respostas
Indefinição política ,	1
Falta passar atas a limpo e regimento,	1
Falta eleger nova diretoria	1
Produtor não quer assumir função, falta distribuir responsabilidades Atas estão ok. , mas regimento não, e por desconhecimento da necessidade e importância , conselho é coordenado pela Emater e se esta sair ele acaba,	1
Não tem, reunião informal	1
Falta atualizar regimento para implementar casais como conselheiros e oficinas para avançar,	1
Deve ter respaldo de alguém da Emater ou outro, isto quando não tem do município que acha que o conselho é para fiscalizá-lo se posiciona contra,	1
Presidente de um lugar (órgão) e secretário de outro.	1

7. O conselho tem regimento? (08) Sim 08 (não). Se sim, como foi feito?	Freq.
Pego modelo de outro município e discutido em cima deste de acordo com interesse foi modificado o artigo ou não,	4
Discutido e aprovado em reunião,	1
Modelo comum recebido do Projeto Paraná 12 meses,	1
Elaborado e aprovado na primeira reunião,	1
Construído junto com conselheiros , através de oficina e via lei.	1
Porque não possui regimento?	
Falta organização e se dar mais importância,	1
Desconhecimento da importância e necessidade,	1
Falta respaldo político,	1
Não respondeu	5

8. Como ocorre a definição da presidência do conselho.

“Eleição” escolha entre membros do conselho e aclamação – 14 (88%);

Escolha do prefeito - 01 (6%);

Outro – Consenso – 01 (6%)

9. Como ocorre a definição do Secretário do CMDRS

Sempre o técnico da Extensão - 07 (44%);

Eleição/Aclamação – 07 (44%) (destes dois são técnicos da Emater eleitos);

Outro- Chapa completa ou consenso 02- (12%)

10. Estas escolhas itens do presidente e secretário estão previstas no regimento?

Sim (08- 50%) Não (04 -25%) Outro (04- 25%)

11. Opinião do técnico sobre a importância ou não do CMDRS	Frequência
O conselho é ótimo quando é parceiro, mas quando não tem consciência e vem cobrar do técnico, atrapalha; importante responder solidariamente; técnico sozinho no município e ter que fazer secretaria toma tempo; falta orientação externa sobre conselhos.	1
Participação nas decisões da agropecuária municipal e dividir responsabilidades.	1
Importante ajuda resolver problemas pontuais, como estradas, solos, etc.; estes tratam com prefeituras , SEAB, tomam frente para resolver; Ajudam nos programas de estado, discute regras e estes repassam aos demais.	1
Conselho facilita no desenvolvimento das ações e na tomada de decisão, proporcionando melhores resultados.	1
Auxilia o técnico do Emater em decisões de programas de governo (Pronaf, Crédito Fundiário), Avaliza o município em leis relacionadas a agricultura, valida projetos municipais.	1
Dificuldade em reunir o grupo para discutir área rural, quem coordena é o responsável e o presidente do conselho.	1
Conselho é importante, mas comunidade não é participativa.	1
Hoje falta sensibilidade das autoridades, grande instrumento para a realização do trabalho da extensão, elo dos anseios da comunidade, falta conscientização de que o conselho é deles, é necessário fazer rodízio para não ficar só “chapa branca”.	1
Muito importante, pois ajuda a tomar decisões do setor.	1
Indispensável para o desenvolvimento não só da área rural, mas de todos os setores do município, devido a quantidade de pessoas presentes e ligadas aos setores, assim consegue-se demandar melhor os problemas	1
Suma importância para o desenvolvimento da agropecuária municipal, ajuda a definir rumos, escolha de prioridades e a resolver conflitos.	1
Não vive sem conselho, não decide nada sem passar pelo conselho, enquadramentos, programas, crédito fundiário só funciona com conselho. Divide responsabilidades . Ata do conselho tem mais força que um ofício do prefeito.	1
Muito importante, espaço para participação popular e otimização das ações.	1

Muito importante, divide responsabilidades, o conselho é sempre ouvido.	1
Ajuda, poderia ser melhor, hoje é “chapa branca”	1
Conselho esta em fase inicial, esta se estruturando	1

12. CMDRS têm Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável?	Frequência
Sim 03 (19%) Não 13 (81%)	
Obs: Precisamos urgente , necessitamos da ajuda de alguém que tem experiência;	1
Nunca consegui elaborar plano desenvolvia plano dos outros, falta capacitação para os conselheiros;	1
Foi definido cadeias produtivas a serem trabalhadas, mas nada formalizado;	1
Não tem no papel, mas esta no PPA do município;	1
Não porque o conselho não esta funcionando adequadamente;	1
Conselho fica em cima do que o técnico da extensão solicita, atender normas dos programas, não tem iniciativas próprias.	1
Não emitiu opinião sobre o porquê não tem plano	7

13. Como têm sido, de que forma, ou como tem se dado a participação do Conselho Rural Desenvolvimento Sustentável no seu município?	Frequência
Participa dos movimentos dos outros conselhos, auxilia trabalhos da extensão rural, delibera e media situações de conflito;	1
Auxiliam o técnico da Extensão, mas não tomam a iniciativa de solicitar e até exigir algumas providencias, a exemplo da necessidade de se reparar uma estrada;	1
Atuante, principalmente deliberando as ações prioritárias e integrando as entidades municipais;	1
Ajuda a formalizar as políticas públicas municipais, fórum de discussão de todas as atividades;	1
O CMDRS se reúne conforme necessidades;	1
Todos os projetos de agricultura do município passa pela aprovação do conselho;	1
Atua nos programas federais que exigem o aval do conselho, auxilia o governo na realização de projetos, como plano diretor, mesmo com bons membros a participação é pequena;	1
Participa com a base do Programa Paraná 12 meses, e com representantes das instituições públicas e dos produtores;	1
Trabalha com assuntos relacionados a agricultura, alternativas de renda dentro das cadeias produtivas e novas tecnologia, reivindicações e como o aproveitamento dos programas de governo, como PAA, Merenda escolar e outros;	1
Não esta funcionando adequadamente, inativo;	2
Ainda não esta funcionando depois de aprovado em lei/ devagar;	2
Prefeitura não se interessou e conselho não foi atrás;	2
Com a atual gestão municipal, não temos conseguido as propostas, apenas a integração é com a secretaria da Agricultura do município;	1

14. O Resultado das Conferencias dos Conselhos a nível Municipal, Regional e Estadual tem sido discutida e posta em prática?	Frequência
02 (12,5%) sim 12 (75%) não 02(12,5%) outra - Parcialmente	
Se sim, Como? E se não Porque?	
Sim (como?):	
Apenas algumas ações pontuais;	1
Sim, mas para colocar em prática falta uma diretriz da instituição, caso contrário cada um faz de uma maneira.....	1
Parcialmente	
Trabalhou no planejamento e a tomar algumas decisões;	1
Dificuldades orçamentárias do município, não pode cortar da saúde educação, corta recursos da agricultura	1
Não por que?	
Não foi mais trabalhado junto aos conselhos municipais. Falha geral e nossa da extensão oficial, que temos muitos outros trabalhos;	1
Não houve uma ação continuada, foi trabalho pontual;	1
Conselho não esta funcionando adequadamente, não se reúne para discutir os problemas;	1
Não conseguimos trabalhar as propostas com esta nova gestão, apesar da parceria com o secretário de agricultura;	1
Cultura das pequenas cidades, população não entendem a proposta;	1
Prefeitura não se interessou e diretoria do conselho não foi atrás;	1
Conferencias não partem da própria sociedade. Elas são impostas, isto porque o foco do trabalho esta equivocado. É preciso educar os grupos, pessoas, formando cidadãos politizados antes de elaborar conferencias que atendem as necessidades das instituições governamentais e não Ada sociedade. Trabalho perdido e ninguém se lembra do que foi nela discutido;	1
Não foi mais tratado do assunto;	1
Conselho desatualizado;	1
Prefeito pediu para sair do município trabalho não avançou;	1
Grupo esta se estruturando;	1
Não respondeu.	1

15. Qual a sua opinião para a pouca participação feminina e de jovens no CMDRS e se estes são convidados?	Frequência
São convidados mas com pouco interesse, buscam resultado imediato; Antes não participava ninguém, nem eram convidados, agora participa um, isto, depois de convocado exigido a participação de jovens e mulheres, assuntos mais ligados aos homens;	2
Sociedade Machista, mulheres participavam junto com marido, agora que estamos discutindo o assunto;	1
Número de jovens é cada vez menor no campo e há pouco interesse, a maioria considera o homem como o principal na unidade familiar, e ficam com eles este tipo de representatividade;	1

Só são convidados homens, pouco interesse do jovem em continuar na agricultura, falta incentivo, são retraídos;	1
No município não existem jovens rurais;	1
O CMDRS é representativo tem uma mulher na presidência; No nosso conselho a participação das mulheres é efetiva e os jovens a medida do possível, sempre são todos convidados;	1
No CMDRS possui uma boa composição de mulheres e jovens; Falta de divulgação e criar a oportunidade de participação;	1
A mulher é cultural não participar, Jovens estão se preparando para sair do meio rural;	1
Machismo do meio rural, isto é cultural, temos uma mulher na presidência do Conselho;	1
Jovens são escassos no meio rural, mulheres faltam oportunidades para participar, as vezes não são nem convidadas. Convite deveria ser extenso a família;	1
Falta convite e incentivo por parte da sociedade. Hoje convida a família para participar, mas muitas mulheres não querem saber. Jovens são poucos na área rural.	1
Cultural, há necessidade de trabalhar mais intensivamente.	1
Falta divulgação e criar mais oportunidades para a participação	1
Foram convidados jovens e mulheres, mas faltou motivação para a participação ou a escolha falha.	1
No nosso conselho a participação de mulheres é efetiva e de jovens na medida do possível participam. São todos sempre convidados.	1

16. Estrutura e funcionamento por município (resposta de julho e agosto de 2011)

16.1 Data da última reunião	16.2 Data da próxima reunião	16.3 Frequência	16.4 número de reunião 2010	16.5 número de reunião 2011
Maio 2011	Setembro 2011	bimestral	4	2
Maio 2011	Sem data	Quando necess.	4	3
Maio 2011	Julho 2011	Bimestral	6	2
Junho 2011	Sem data	Por demanda	3	2
Fevereiro 2011	Agosto 2011	Por demanda	3	1
Julho 2011	Outubro 2011	Trimestral	5	2
Abril 2011	Sem data	Mensal	2	2
Junho 2011	Sem data	Bimestrais	8	2
Junho 2011	outubro	Por demanda	4	5
Julho de 2011	Sem data	Por demanda	4	4
Abril 2011	Sem data	Trimestral	3	2
Abril 2011	Sem data	Mensal	2	2
Não informado	Não informado	Não informado	0	0
Setembro 2009	Agosto de 2011	Não consta	0	0
2009	Sem data	Por demanda	0	0
2008	Sem data	Por demanda	0	0

16.5 Local onde ocorrem as reuniões	Frequência
Escritório da EMATER	7
Casa da cultura	4
Câmara de vereadores ou biblioteca	1
Sindicato dos trabalhadores Rurais	1
Prefeitura- Sindicato Rural ou Cocamar	1

Sede da Associação de Desenvolvimento de Municipal / Emater	1	
Não informado por não estar ocorrendo as reuniões	1	
16.6 O conselho conta com uma secretaria que organize atas, arquivo e documentação do conselho?	Sim (5)	Não (11)
Obs: Dos onze não, as atas são feitas pelos secretários e arquivados no órgão ao que o secretário pertence.		

17. A prefeitura municipal destina parte dos recursos do tesouro para o Desenvolvimento Rural?	Sim (2)	Não (14)
Duas prefeituras com CMDRS alegam que destina recursos para o Desenv. Rural 18. Em caso afirmativo, qual a porcentagem? R: - 12,5%		

19. CMDRS tem participação ou influência nesta decisão e nas destinações dos recursos para a Agricultura? Como tem interferido nesta decisão? R: Pleito junto ao Secretário de Agricultura	Sim (1)	Não (15)
---	--------------------	---------------------

20. Carater dos CMDRS 38% não estabelecido nos decretos ou leis, 25% Consultivo e mais assessoramento, fiscalizador e orientativo, 25% Deliberativo e assessoramento 6% Consultivo, Deliberativo e Orientativo, 6% Regerenciamento e Assessoramento do poder público municipal.

21. Na sua opinião, o que precisaria para o Conselho Funcionar como o legítimo representante civil, nas políticas públicas, bem como contribuir para o Desenvolvimento Rural Sustentável?	Frequência
Recursos próprios (Fundo de Desenvolvimento Rural)	1
Maior empenho e dedicação dos conselheiros , montar urgente um plano de Desenvolvimento Rural Sustentável, Ter conhecimento do poder de decisão que o CMDRS tem perante as políticas públicas visando o desenvolvimento do município.	1
Ter participação dos produtores representantes das comunidades, ser representativo, participação das entidades agropecuárias.	1
Que as pessoas se conscientizem realmente da importância do conselho para o desenvolvimento do município e se dediquem parte do seu tempo para isto	1
Um maior envolvimento da gestão municipal utilizando-se do conselho para realizações de propostas e também na elaboração das mesmas, pois não conseguimos que a gestão visse nossa real importância (gestão atual não foca a agricultura).	1
Ser obrigatório ou formação política dos conselheiros.	1
Começar um trabalho de base avaliando e sugerindo ações, inicialmente o trabalho da Extensão Rural e do Secr. Agricultura.	1

A medida que os conselheiros evoluam com a participação nas reuniões, essa questão tende a melhorar.	1
Se na há recurso público para justificar a reunião o pessoal não participa, falta conscientização, há representantes que são contra tudo e os demais desmotivam, falta apoio governamental (município e estado), o conselho não é levado a sério neste município. Dificultador:- Feito reivindicação de lazer para comunidade e não foi para frente, - patrulha mecanizada, não funciona porque o juiz /procurador proibiu a prefeitura de pagar operador de máquina, Emater pouco envolvida, mais a prefeitura, há falta de organização nas associações e no conselho.	1
Contar com uma participação mais efetiva dos produtores rurais, produtores serem capazes de assumir responsabilidades e também de desenvolverem ações pertinentes ao conselho, produtor é o secretário, mas participa pouco das reuniões, se for colocar as regras da lei não tem quem fica no conselho (ex: troca de conselheiros a cada dois anos, faz quatro que não troca).	1
Para funcionar como deveria, a legislação precisa de legislação federal com mesma obrigatoriedade dos demais conselhos (saúde, educação, segurança, etc.).	1
Mais representatividade de produtores. Conselhos pequenos e coesos. Conselho grande tem muita discussão e pouco resultado. Exemplo: (sindicato rural, sindicato trabalhadores, Emater, cooperativa, associação de produtores e prefeitura).	1
Depende de mudança de postura dos conselheiros, se posicionam como sem condições, sem conhecimento, sem cultura. Falta outras entidades participantes (fora Emater)- dar suporte e se engajar na luta pelo desenvolvimento.	1
Ser constituído à partir das comunidades, com representantes eleitos por elas e não convidados, as comunidades precisam de um longo percurso de politização para eleger seus representantes, o que nunca vai acontecer se não houver uma reforma em toda estrutura política e social. Quando as pessoas descobrirem a força das minorias, haverá inúmeras mudanças que não interessam à atual forma de governo do Brasil. Hoje é utópico. Nossos prefeitos e vereadores riem dos conselhos. Construir um plano de Desenvolvimento que atenda as demandas da zona rural.	1
Maior participação dos produtores e entidades (muitas faltas às reuniões), valorização dos órgãos municipais sobre o que é tratado nos conselhos e sobre a existência deste, prefeito não gosta do conselho.	1
Demanda externa oficial, obrigando a instituição/destinação de recursos, técnicos tem que conhecer as normas e leis que regem os conselhos. Saber da legalidade e respaldo legal. Começa com treinamento e depois o conselho e técnico são abandonados, deveria ter uma coordenação e continuidade.	1

Anexo VII – RESULTADO DA PESQUISA DOS PRESIDENTES DOS CMDRS
(16 presidentes – 100% dos conselhos formalizados na AMUSEP)

(Depoimento mantido o conteúdo original)

1. Profissão:	Frequência das respostas
Agricultor	11
Químico e agricultor	1
Agricultor e empresário de agroindústria	1
Gestor de agronegócio – funcionário público municipal	1
Engenheiro agrônomo	1
Técnico em agropecuária	1

2. Idade (anos):	Frequência das respostas
22 à 27	1
28 à 39	2
40 à 51	9
52 à 63	3
64 à 76	1
Sexo:	
Masculino	14
Feminino	2

3. Estado civil:	Frequência das respostas
Casado	13
Solteiro	2
União estável	1

4. Escolaridade:	Frequência das respostas
Ensino fundamental incompleto	0
Ensino fundamental completo	3
Ensino médio incompleto	0
Ensino médio completo	6
Ensino superior incompleto	2
Ensino superior completo	5

5. Qual categoria/entidade/órgão você representa no conselho:	Frequência das respostas
Agricultor	5
Representante do Sindicato Rural	4
Secretaria Municipal de Agricultura	4
Agricultor e representante de Cooperativa e Associação de fruticultores	1
Câmara de vereadores	1
Empresa agroindustrial	1

6. Como você foi escolhido para o Conselho Rural?	Frequência das respostas
Indicado e aceito por aclamação em reunião do Conselho	15
Previsto em regimento (secretário da agricultura é o presidente).	1

7. Participou de alguma capacitação para conselheiro?	Frequência das respostas
Sim	15
Não	1
Quantas vezes?	
7	1 vez
5	2 vezes
3	3 vezes
Em que ano(s)?	
2005	1
2007	1
2008	4
2009	9
2010	5
Não lembra	2
Quem promoveu?	
Emater	11
Outros (SEAB, FAEP, Confepar, SENAR)	5

8. Participa de outros Conselhos	Frequência das respostas
Sim	9
Não	7
Se sim, quantos ?	
7 presidentes participam de mais...	1 conselho
1 presidente participa de mais...	2 conselhos
1 presidente participa de mais...	3 conselhos
Quais conselhos?	c/repetição
Conselho de Sanidade Agropecuária	6
Conselho de Saúde	1

Conselho de Administração Cocafé	1
Fome Zero	1
Meio Ambiente	1
Coodetec	1

9. Participa ou Participou do Fórum de Desenvolvimento do seu Município?	Frequência das respostas
Sim	9
Não	7
Se sim, já recebeu treinamentos através dos Fóruns?	
Sim	6
Não	3
Se sim, quantos?	
1	4 tto.
2	1tto.
3	1tto.

10. Reunião CMDRS – Quem convoca?	Frequência das respostas
Conselho (subtendido presidente e/ou secretário)	6
Emater	6
Emater e Secretaria da Agricultura	2
Presidente e Emater	2

11. Quem diz os assuntos a serem tratados (pauta) ?	Frequência das respostas
Emater	6
Secretaria da Agricultura	2
Presidente, Emater, Secretaria da Agricultura	2
Emater e Secretaria da Agricultura	2
Presidente, Secretaria da agricultura e Emater	1
Presidente, Emater e Sindicato	1
Emater, Sindicato e Prefeitura	1
Conselho	1

12. Estes assuntos são discutidos antes da reunião com comunidade ou demais produtores?	Frequência das respostas
Sim	3
Não	13
Porque?	
Sim – para ver necessidades e exigências dos produtores	3
Não: - Levado à comunidade e produtores somente após reunião	5
-Assuntos são levantados na hora	2
- Falta de interesse dos agricultores	1

-Falta de tempo dos conselheiros e por ser aberto à participação	1
-O conselho trabalha por demanda	1
-Não respondeu	3
13. Quando os assuntos são decididos, você discute o assunto com as pessoas que você representa?	Frequência das respostas
Sim	12
Não	4
Porque?	
Discute para passar o resultado à comunidade	4
Leva para colocar em ata no Sindicato (que representa)	1
Discute para dar visibilidade ao conselho	1
Discute quando questionados pela comunidade	1
Não houve necessidade	1
Não respondeu	8

14. Quem conduz a reunião?	Frequência das respostas
Presidente do conselho	10
Secretário	3
Emater	2
Emater, Prefeitura e Sindicato	1

15. Como tem sido a sua frequência nas reuniões?	Frequência das respostas
Participa com frequência	14
Falta algumas vezes	2
Tem participado pouco ou não participado	0
Motivo/Justificativa para falta	
Tem compromisso com a atividade rural	1
Por ter outra ocupação e falta de tempo	1

16. Qual a frequência das reuniões do Conselho Rural:	Frequência das respostas
Mais de uma reunião por mês	1
Uma reunião mensal	1
Uma reunião a entre dois e três meses	7
Uma reunião semestral	0
Uma reunião anual	0
Quando necessário	6
Três reuniões por ano	1

17. Como tem sido decidido a maioria dos assuntos nas reuniões dos conselhos?	Frequência das respostas
Consenso	14
Voto	2

18. Na reunião do CMDRS participam representantes de fora do Conselho Rural?	Frequência das respostas
Sim	5
Não	11
Quem são os que participam?	
Outros produtores	2
Secretários municipais e outros conselhos	1
Técnicos convidados	1
Sindicatos, financeiras e vereadores	1

19. Você conhece o regimento do seu Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável CMDRS?	Frequência das respostas
Sim	8
Não possui regimento	8

20. Você tem cópia do Regimento?	Frequência das respostas
Sim	6
Não	2

21. Como conselheiro, você participa do Plano de Desenvolvimento Rural do Município?	Frequência das respostas
Sim	3
Não	13
Como?	
Planejamento do plano e projeto agrícola	1
Sugestões para o planejamento do plano de desenvolvimento rural	1
Planejamento e oficina de trabalho para montagem do plano	1

22. Em sua opinião, qual o principal papel do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável?	Frequência das respostas
Melhorar o meio rural e ajudar os produtores	5
Formular políticas para o setor rural e representar os produtores	4
Levar problemas dos produtores municipais à prefeitura	4
Desenvolver a agricultura no município e diversificar os produtos agrícolas	1
Ajudar a trazer recursos para projetos	1

Auxiliar nas decisões e enquadramento dos beneficiários dos projetos, e tirar responsabilidade de um só órgão	1
---	---

23. Cite dois aspectos que o CMDRS precisa melhorar para atingir seus objetivos:	Frequência das respostas
Melhor planejamento e participação dos conselheiros	3
Maior participação dos líderes comunitários e cobrança dos órgãos públicos para a aplicação dos benefícios	2
Envolvimento maior do prefeito e a Secretaria da agricultura ser mais independente	1
Participar do orçamento municipal e atuar mais nas decisões municipais	1
Conscientizar agricultor para participar mais e ganhar respeito do poder público	1
Maior participação poder público, reunião e conselhos devem ser apartidários	1
Mostrar a todos a existência do conselho e atrair jovens produtores	1
Conscientizar as pessoas do seu papel na sociedade e maior participação desses nas reuniões	1
Divulgar a ação do conselho e a comunidade escolher seus representantes	1
Mais recursos para o conselho e maior participação dos agricultores	1
Capacitação do agricultor e envolver mais a mulher	1
Ter orçamento próprio e mais participação da comunidade	1
Capacitação do agricultor e maior envolvimento do conselho na comunidade	1

24. Cite dois aspectos/fatores que você, enquanto conselheiro, precisa aprimorar para cumprir o seu papel no CMDRAS.	Frequência com repetição
Mais treinamento	13
Maior atuação	6
Buscar apoio político	4
Maior organização	2
Maior contato com agricultores e com seus problemas	2
Maior motivação	1
Maior frequência nas reuniões	1
Reuniões mais frequentes	1
Não responderam	3

25. Cite os dois principais resultados alcançados pelo Conselho Desenvolvimento Rural Sustentável do qual tenha participado.	Frequência das respostas
Cascalhamento de estrada rural.	1
Aclamou um agricultor como presidente do conselho e aprovou uma emenda parlamentar para a agropecuária.	1
Plano de recuperação de estradas, máquinas agrícolas para produtores e arrecadação de verba para o conselho.	1
Apoio à associação de produtores.	1
Implantação do programa Banco da terra e insumos e resfriadores de leite para vilas rurais.	1
Recursos federais para compra de maquinário e implantação dos projetos jovem agricultor aprendiz e agrinho.	1
Parecer de enquadramento de pessoas no PRONAF e solicitação de cancelamento de pessoas no PRONAF.	1
Cobertura de parreirais com telas e implantação do Banco da terra.	1
Auxílio ao jovem para investir na agricultura.	1
Aprovação para crédito fundiário, melhoria de estradas rurais e 25 casas no programa minha casa minha vida.	1
Campanha contra aftosa, brucelose e tuberculose. Deliberação para projetos como crédito fundiário e PRONAF mais alimento.	1
Parcerias com entidades para elaboração do PRONAF e aprovação de crédito fundiário.	1
Campanha de combate a formiga cortadeira e vacinação contra brucelose.	1
Enquadramento e seleção de produtores do crédito fundiário.	1
Prédio da cooperativa e máquinas para auxiliar os agricultores.	1
Nenhum resultado.	1

26. Porque você considera que há pouca participação de jovens e mulheres no Conselho Rural?	Frequência das respostas
Falta convite aos jovens e mulheres, e a questão cultural dificulta a participação das mulheres.	6
Participação é grande.	4
Horário das reuniões dificulta a participação das mulheres e falta interesse e incentivo aos jovens.	3
Falta de interesse de ambos pois convite existe.	3

Anexo VIII – RESULTADO PESQUISA DOS TÉCNICOS SEM CMDRS
 FORMALIZADO NOS 30 MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUSEP
 (14 municípios - 47%)

(Depoimento mantido o conteúdo original do técnico)

1. Porque não há Conselho Rural Sustentável constituído em seu município?	Frequência com repetição
1.1 Político	
Falta de interesse político,	2
Falta de interesse das lideranças municipais constituídas,	2
Falta de vontade do Gestor municipal que vê no Conselho um concorrente político,	1
Grupo político atual não aceitou o conselho constituído, e para criar novo quer colocar pessoas que comungam dos mesmos pensamentos,	1
Vereadores e lideranças têm medo de perder espaço,	1
Problema político com troca de prefeito,	1
Municípios pequenos os conselhos são direcionados para “determinadas pessoas”,	2
Falta somente formalização do prefeito.	1
1.2 Problema dos cidadãos	
Pessoal individualista não gosta de se envolver /Cultura não coletiva (coronelismo),	2
Não há interesse dos produtores,	1
Cultura local de que conselhos não funcionam,	1
Falta de consciência dos produtores que não vêem conselhos como necessário, exploram culturas de exportação e as decisões são a nível federal, bem como não querem se indispor com liderança política,	1
Quem entra é por interesse próprio,	1
Ninguém que saber de conselho, sobra sempre para dois ou três, suplentes não somam,	1
São criadas para atender programas e sempre de cima para baixo,	1
Falta liderança para assumir conselho,	1
1.3 Alternativa	
-Município resolve problemas sem conselho, com apoio da associação e Sindicato,	2
Não houve trabalho com objetivo de criação conselho e não houve interesse de tratar o desenvolvimento do município,	2
Foi escolhido os membros do conselho, mas faltou iniciativa dos mesmos, que ficaram esperando alguém das entidades, de fora, “puxar” o processo,	1
Usava conselho do Paraná 12 meses, terminou o programa ficou sem conselho e não criou outro,	1
Não há razão para criar conselho, se não há como atuar, não há espaço no município,	1
“Possui conselho informal, que, funciona por demanda”.	1

2. Para o seu município faz diferença existir ou não o CMDR? () sim () não

Por que?

Resposta – Do total de 14 técnicos sem conselhos responderam

(10) sim 71 % e (04) não 29 % .

2.1 Para o seu município faz diferença existir ou não o CMDR? (10) sim. Por que faz diferença ter conselho para os técnicos destes 10 municípios (71%) dos municípios sem conselho.	Frequência respostas com repetição
Conselho proporciona maior respaldo às ações da extensão rural no município/ melhora trabalho da Ater e compartilha responsabilidades,	3
Há políticas públicas que exige a necessidade da existência do conselho,	3
Conselho é importante nas tomadas de decisão e nas diretrizes das políticas rurais do município,	1
Dar norte às propostas de desenvolvimento da agropecuária municipal,	1
Assumir a liderança no trabalho de desenvolvimento,	1
Manter sinergia no setor agropecuário,	1
Criar espaço para novas lideranças e participação política,	1
Melhorar os trabalhos de políticas locais agrícolas,	1
Divide responsabilidades na tomada de decisão que as vezes não são simpáticas a todos (DAPS e Outros),	1
Conseguiria fazer trabalho mais real, de maior qualidade, mais eficaz e com menos interferência dos políticos, e acessa mais recursos,	1
O conselho é parceiro na administração dos programas de governo.	1

2.2 Para o seu município faz diferença existir ou não o CMDR? (04) não Por que não faz diferença existir o conselho para estes técnicos dos quatro municípios sem conselho (28,6%)?	Frequência respostas com repetição
A prioridade da administração pública é a área urbana,	1
Área rural pequena e muitos moram fora do município,	1
Associação de produtores assumiu a parte do desenvolvimento da agropecuária do município,	1
Não existe um plano municipal para o desenvolvimento da agricultura do município,	1
Não há espaço para o conselho rural atuar,	1
Faz uso da prefeitura, prefeito, câmara de vereadores e mais liderança para tratar dos assuntos da agricultura,	1
A cultura do município não é voltada para o desenvolvimento a cultura é individualista,	1
Uso o conselho de meio ambiente que me atende a todos os programas e necessidades, este é composto pelo Secretário Agricultura, Emater, mais três produtores e quatro instituições.	1

3. Como faz para cumprir exigências dos programas que exigem Conselho Rural, a exemplo do cancelamento, negação ou validação de DAPs, ou outro?	Frequência das respostas
Técnicos da EMATER assumem a responsabilidade.	2
Não estão sendo feitos, pensamos em montar conselho informal com representantes da sociedade local.	1
Trabalhamos na informalidade, nenhum programa exigiu decreto municipal.	1
Os emitentes se responsabilizam pela emissão de suas DAP's.	1
Eu, como Emater, convido alguns líderes de diversos setores como: Produtores, Sindicato Rural, Câmara de Vereadores, Prefeitura, Presidentes de outros conselho como (CSA) e tomamos a decisão.	1
Reúno a Associação produtores, presidente sindicato rural, faço reunião com ata e tomo as decisões.	1
Emater com Sindicato tomam as decisões.	2
Emater, Secretário de Agricultura e Sindicato tomam as decisões.	1
Emater com diretoria da Associação de Agricultores, prefeitura e Banco, faz a reunião anota em ata, que é feita pelo técnico da Emater e posteriormente pega assinaturas dos demais.	1
Convindo conselho antigo, informal, do extinto programa Paraná 12 meses.	1
Uso liderança e se precisar uso promotoria que tenho "linha direta".	1
Uso Conselho do Meio Ambiente.	1

4. Que fim teve os Conselhos da área Rural, a exemplo do Paraná Rural, Paraná 12 meses e outros.	Frequência das respostas
Acabaram/ficaram inativos com o fim dos programas/projetos.	4
Foram extinto por falta de demanda.	1
Foram desativados e ou ficaram em desuso.	1
Deixaram de existir por inatividade.	1
Só existiam porque a Emater ou os programas exigiam, muitos só existiam no papel e se reuniam por pressão da Emater.	1
Foram criados para obter recursos, quando estes acabaram os conselhos acabaram. Esta expectativa atrapalha conselhos participativos.	1
Foram nomeados de forma política e com objetivo único de conseguir verbas, ao extinguirem os programas os mesmos acabaram.	1
Foram englobados pelo CMDRS.	1
Foi desfeito naturalmente e a base da Associação Produtores é composta pelos antigos membros desses conselhos extintos.	1
Parou, funcionavam como executora e quando era chamada, trabalhava com tarefa. Acabou os programas trabalhados, acabou as comissões e Conselhos.	1
Não há mais- sempre muda com mudança do prefeito, o último não foi renovado a lei se extinguiu.	1

5. Na sua opinião o que precisaria para a constituição de um CMDRS e este Conselho Funcionar como o legítimo representante civil, nas políticas públicas, bem como contribuir para o Desenvolvimento Rural Sustentável?	Frequência das respostas
Formar um conselho com legítimos representantes, independente de sua posição política local, outorgada por um nível superior hierárquico, como a SEAB, sem ficar nas mãos do gestor público municipal.	1
Participação ativa dos reais beneficiários das políticas públicas, ou seja, os produtores rurais.	1
Trabalharmos com as novas gerações, não viciadas e com opiniões diferenciadas. Selecionar entre esta nova geração, pessoas para serem treinadas/capacitadas. Colocar à apreciação da classe a validação do time ou conselho.	1
O cidadão precisa entender sobre os conselhos e conseguir identificar o que ele ganha com isso, (recursos, participação na ATER e Política Pública e aprendizado e, identificar lideranças que se interessem pelos assuntos acima.	1
Nos municípios de pequeno porte é muito difícil que haja independência dos conselhos, já que as pessoas que se dispõem a participar acabam participando de vários conselhos, que normalmente são ligados de alguma forma a liderança política do momento, que são indicadas pelo Gestor municipal, e a sua existência não representa que haverá contribuição para o desenvolvimento e, nem sempre representam quem deveriam representar. Normalmente são formados para acessar verbas estaduais ou federais, assim são meramente homologativos da vontade do gestor.	1
Interesse da comunidade urbana e rural, Interesse das lideranças e políticos, disposição e dedicação dos possíveis conselheiros e motivação do técnico. O CSA só existe porque é obrigatório, mas também não funciona, só cumpre tabela.	1
Uma lei que de poder deliberativo para conselho; um presidente atuante e pulso firme; treinamento para conselheiros; liderança, respaldo e transparência nas decisões; ações envolvidas e comprometidas com a sociedade.	1
Hoje são 13 conselhos no município que é pequeno e não há gente para todos, conselheiros não são assíduos. Precisaria pessoas comprometidas, remuneradas, para que pessoas se interessassem.	1
Valorização dos membros pelos gestores municipais; visão dos gestores de que o conselho é parceiro e dividir responsabilidades; e conselho ser representativo da sociedade.	1

<p>Conselho indicado por prefeito não funciona. Conselheiros deveriam ser voluntários; envolver a educação do município; envolver câmara de vereadores para não ser discriminado, usar estímulo e incentivo principalmente pelo técnico da Extensão, envolver padre e promotor de justiça.</p>	1
<p>Vontade política; governantes comprometidos com o desenvolvimento das comunidades; conselhos independentes, com tomadas de decisões democráticas e que sejam respeitadas estas decisões.</p>	1
<p>Escolha de pessoas comprometidas com a agricultura sem vínculo partidário e com proposta para a agricultura. Conselho ser reconhecido pelo poder público e pelos seguimentos da agricultura. Conselho tem que ter um plano para o município e este ser representativo. Se a Emater não se envolver e tomar a iniciativa (tomar a frente), não vai adiante. Hoje, prefeito não é da agricultura, então não dá a mínima para o meio rural que têm poucos votos.</p>	1
<p>Acabar com o paternalismo, individualismo para permitir novos líderes; não se forma conselho por decreto; deve mudar a cultura do povo, isto leva gerações. Todos dependem da prefeitura e não afrontariam as lideranças constituídas; quem esta no poder é que decide.</p>	1
<p>Investimento na área de educação para que com o tempo se consiga desenvolver a cultura do associativismo. Há que haver um trabalho de estímulo para que a sociedade fique ativa e que se sustente e pessoal veja resultados concretos.</p>	1

Anexo IX – TABULAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS COM 16 PREFEITOS DOS MUNICÍPIOS COM CMDRS FORMALIZADOS - NA REGIÃO DA AMUSEP

1. Município :	Frequência das respostas
Ângulo, Astorga, Colorado, Florida, Itambé, Lobato, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Munhoz de Mello, Nova Esperança, Ourizona, Paçandu, Presidente Castelo Branco, Santa Fé.	16

2. O prefeito tem conhecimento da atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do seu município?	Frequência das respostas
Sim	15
Não	1

3. Qual a opinião do Sr. Prefeito, sobre a importância, ou não do CMRDS e seu funcionamento? O CMDRS é importante?	Frequência das respostas
Sim	16
Não	0
Por que?	
Para apontar dificuldades do meio rural.	4
Para identificar necessidades da agropecuária, selecionar beneficiários para o meio rural e evita distorções dos programas.	3
Para elaborar projetos e programas para o setor agrícola.	3
Traz benefícios para o meio rural (aumento de renda e de produção, melhoria na qualidade de vida).	2
Ajuda a trazer subsídios e a diagnosticar onde se precisa trabalhar.	1
Para representar bem o setor agrícola.	1
Sociedade está participando da administração.	1
Opinião diversificada da agricultura e necessário para encaminhar projetos.	1

4. Na opinião do Sr. Prefeito como deveria ser o papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável no seu município.	Frequência das respostas
Deveria tomar as decisões junto ao poder público, levantar as prioridades e ter reuniões mais frequentes.	4
Ser isento de política, com reuniões periódicas, ouvir produtores e apontar soluções para o meio rural.	2
Buscar soluções e parcerias para os interesses dos agricultores.	2
Deveria ser mais atuante.	2
Estar permanentemente em contato com os técnicos e informar as necessidades do município.	1
Participação e interação maior entre agricultores, técnicos do município e Emater, mostrar resultados e discussões para população.	1

Reivindicar mais junto à Prefeitura, trazer necessidades e soluções e ajudar a distribuir a responsabilidade do setor agrícola.	1
Elaborar políticas para agricultura e meio ambiente.	1
Participar de todas as deliberações de todo meio rural.	1
Não respondeu.	1

5. Como têm se dado a participação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) junto à prefeitura e a Comunidade?	Frequência das respostas
Pouca participação.	6
O conselho se reúne sempre que preciso.	2
Boa participação .	2
O vice prefeito é o responsável e tem boa participação.	1
Integra agricultores à Cooperativas, à programas do Governo Federal e à incentivos do Município. O vice prefeito é que se envolve com o Conselho.	1
Participação distante, não participa efetivamente. O responsável é o Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, pela falta de tempo do prefeito.	1
É eficiente, além dos membros do conselho, as mulheres participam também.	1
As ações pertinentes ao setor rural são ouvidas e encaminhadas via Departamento da Agricultura ao poder executivo para serem executados conforme as possibilidades do município.	1
Com cordialidade, fazendo reivindicações e sendo atendida na medida do possível.	1

6. Município tem destinado recurso (específico) para o Desenvolvimento Rural?	Frequência das respostas
Sim	5
Não	11
Se sim, como?	
Através de programas de desenvolvimento rural (Secretaria da Agricultura).	2
Dentro do orçamento existe opção orçamentária de Fomento à produção vegetal e animal. Também trazendo recursos do Governo Federal para maquinário, para a associação de agricultores, como investimentos em assistência técnica (Emater).	1
Através de programas como PROMAFAMM (Programa Municipal de Apoio à Agricultura Familiar de Munhoz de Mello) e Fundo Municipal do Agronegócio.	1
Através da aquisição de implementos agrícolas, subsídios de horas máquina, caminhões para transporte de insumos e outras necessidades para o setor.	1

7. O município tem destinado orçamento específico para a secretaria de agricultura ou setor Agropecuário?	Frequência das respostas
Sim	8
Não	8
Se sim, como é o mecanismos, regras do repasse?	
Com o PPA (Plano Pluri Anual) com diretrizes orçamentárias discutidas com o Conselho.	2
Com salários, convênios, mudas e sementes e estradas rurais.	2
Através de dotação orçamentária para produção animal e vegetal.	1
Programas do município – terraplanagem, cascalhamento, evento para granjas de frango, mudas de café, fruticultura, inseminação artificial (gado Jersey- sêmen e inseminação gratuitos).	1
Repasse feito através das ações e levantamentos pela Secretaria da Agricultura e Emater.	1
Não respondeu.	1

8. Cite alguns trabalhos que considera relevantes, feito pelo Conselho Rural	Frequência/ respostas
Programas de governo..	1
Crédito fundiário (seleção), trator solidário.	1
Levantamento dos trechos ruins das estradas rurais.	1
Poço artesiano para comunidade rural, aquisição de trator para associação de produtores e combate a formiga saúva.	1
Aquisição de tratores, resfriadores de leite e poços artesianos com verba Federal.	1
Financiamentos do PRONAF.	1
Sanidade no campo através de orientação e divulgação de novas culturas	1
Faz seleção dos beneficiários dos programas do município.	1
Realização da 1ª Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural e organização da 2ª Conferência para 2012 .	1
Participação no Plano Diretor Municipal e parecer na aquisição de equipamentos para setor agrícola.	1
Levantamento de estradas rurais e procura de novas alternativas para o município.	1
Assessoria á associação de produtores.	1
Debates para esclarecimento do produtor.	1
Não conhece.	1
Não respondeu.	2

9. Você participa da escolha dos Conselheiros?	Frequência / respostas
Não.	9
Só o que compete ao prefeito – homologa escolha dos conselheiros.	3
Escolhe alguns representantes ligados ao poder público.	2
Participa da área governamental, mas não diretamente dos produtores.	1
Sim.	1

**Anexo X – TABULAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS COM 14 PREFEITOS
DA REGIÃO DA AMUSEP SEM CMDRS FORMALIZADO**

1. Municípios:	Frequência das respostas
Atalaia, Dr. Camargo, Florai, Floresta, Iguaraçu, Itaguajé, Ivatuba, Nossa Senhora das Graças, Paranacity, Santa Inês, Santo Inácio, São Jorge do Ivaí, Sarandi e Uniflor.	14

2. Na opinião do Sr. Prefeito qual seria o papel de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável no seu município, se ele existisse?	Frequência das respostas
Melhoria no maquinário e nas produções. Ver as prioridades e necessidades do município para a prefeitura atuar.	5
Desenvolver políticas de apoio à agricultura e o agricultor.	2
Atuar junto à Emater para reivindicação para projetos junto à Prefeitura, Estado e União para pequeno agricultor.	1
Buscar parcerias (Banco do Brasil, SEAB, CODAPAR, Emater, Uem, Cesumar, SEBRAE) para projetos.	1
Para conscientização do agricultor de suas potencialidades.	1
Esclarecimento à comunidade sobre programas e ações a serem desenvolvidas.	1
Decidir onde seriam aplicadas as verbas da área rural.	1
Facilita a aquisição de recursos públicos.	1
Para aprovação de leis e reivindicações de serviços.	1

3. Para o seu município faz diferença existir ou não o CMDR?	Frequência das respostas
Sim	12
Não	2
Porque?	
Sim, ajudaria nas decisões tomadas no município para a agricultura dando mais apoio e segurança ao agricultor.	4
Sim, ajudaria a receber benefícios (verbas e programas do governo).	3
Não, pois, produtores assentados têm assistência sem o Conselho.	1
Não, os recursos já são destinados e aplicados, e as exigências são atendidas sem ter Conselho.	1
Sim, falta apoio e contribuição ao meio rural.	1
Sim, ajudaria na conscientização do produtor, saber suas responsabilidades, as responsabilidades da Prefeitura e do Estado.	1
Sim, ajudaria a dividir a responsabilidade com a Prefeitura.	1
Sim, ajudaria no desenvolvimento da agricultura do município.	1
Sim, para aprovação de programas com parecer atendendo assim as necessidades dos agricultores do município.	1

4. Quais as razões do CMDRS de não ter sido constituído formalmente no seu município?	Frequência das respostas
Ninguém quer assumir a responsabilidade.	3
Não teve incentivo da Emater e Prefeitura.	2
Falta de incentivo e interesse dos agricultores.	2
Cidade tem pequena área rural e acessória e administração resolvem necessidades e acessória dos agricultores fazem reivindicações.	1
Problema político, Emater tentou e não conseguiu implantar. Pessoas acomodadas e sem comprometimento.	1
Governo Federal não exige para liberação de recurso.	1
Desconhecimento sobre o Conselho.	1
Não vê necessidade.	1
Não sabe.	1
Não respondeu.	1

5. Em sua opinião, como deveria ser conduzido o trabalho para que fosse constituído e formalizado esse conselho?	Frequência das respostas
Buscar representantes para cada seguimento (avicultura, bovinocultura...) e trazer as necessidades para o Conselho.	4
Trabalhar para conscientizar o agricultor e achar bons representantes.	2
Fazer lideranças políticas participarem e levar proposta aos políticos (candidatos).	1
Ser apartidário e representar a comunidade, e ter liberdade de expressão.	1
Ser debatido entre produtores e Emater para realização do trabalho do conselho.	1
Ser participativo e ativo e com deliberação.	1
Escolher líderes que acompanhem a política e a situação rural do município.	1
Emater deveria exigir conselho em reunião com os agricultores e ter participação do poder público.	1
Não respondeu.	2

6. O município tem destinado recurso (apoiado) para o Desenvolvimento Rural?	Frequência das respostas
Sim	2
Não	12
Se sim, como?	
Com parceria com a Emater realizando convênios para obras como estradas rurais.	1
Na avicultura, em moradias rurais, cascalhamento de estradas e no projeto da agrocidade.	1

7. O município tem destinado orçamento específico para a secretaria de agricultura ou setor Agropecuário?	Frequência das respostas
Sim	6
Não	8
Se sim, como é o mecanismos, regras do repasse?	
Com rubricas para pagar despesas.	2
Através de plano de governo municipal .	2
Programado 2% do orçamento para esse setor.	1
Destinado recursos para manutenção de estradas e funcionários.	1

8. Como deveria ser a escolha dos Conselheiros?	Frequência das respostas
Eleger os membros por votação.	4
Cada seguimento escolhe seu representante.	2
Escolher lideranças sem envolvimento político.	2
Escolher alguém que saiba se expressar e represente o mundo inteiro.	2
Escolher conselheiros comprometidos e com participação de jovens.	1
Participar produtores, Prefeitura e Emater.	1
Escolha de pessoas de boa vontade e deixar o Conselho e comunidade se organizar.	1
Não respondeu.	1

Anexo XI – RELAÇÃO DOS PROGRAMAS FEDERAIS E ESTADUAIS RURAIS
TRABALHADOS NO PARANÁ (trinta e três)

1. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF):
 - 1.1 Mais Alimentos;
 - 1.2 Acompanhamento das lavouras seguradas;
 - 1.3 Declaração de Aptidão ao Pronaf;
 - 1.4 Fundo de Aval Estadual;
 - 1.5 Peritos certificados em seguro agrícola;
 - 1.5 Programa de Garantia Preços para a Agricultura Familiar;
 - 1.6 Programa de Desenvolvimento Sustentável da Unidade de Produção Familiar
 - 1.7 Seguro da Agricultura Familiar;
 - 1.8 Unidades de Referência das lavouras seguradas.
2. Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários;
3. Programa de Irrigação Noturna;
4. Programa de Avicultura Noturna;
5. Programa Leite das Crianças;
6. Programa de Manejo da Fertilidade e Correção de Solo do Paraná;
7. Plano de Revitalização e Sustentabilidade da Cafeicultura;
8. Programa de Apoio a Sericicultura Paranaense;
9. Programa Estadual de Atendimento às Estradas Rurais;
10. Programa de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar;
11. Programa de Aquisição de Alimentos:
 - 11.2 Compra Direta da Agricultura Familiar;
 - 11.3 Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea;
 - 11.4 Formação de Estoque pela Agricultura Familiar.
12. Programa Estadual de Monitoramento da Ferrugem Asiática da Soja;
13. Programa Estadual de Manejo Integrado de Pragas;
14. Programa Estadual de Apoio ao Abastecimento Alimentar;
15. Programa de Sementes para a Agricultura Familiar
16. Programa de Gestão Ambiental Integrada em Microbacias;
17. Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária;
18. Política Nacional de Reforma Agrária – PNRA:
 - 18.2 Convênio ATES INCRA EMATER / CRT / PR / Nº 105.000/08;
 - 18.3 Crédito de Instalação;
 - 18.4 Programa de Desenvolvimento Sustentável dos PA's;
 - 18.5 Terra Sol;
 - 18.6 Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA;
 - 18.7 Programa de Consolidação e Emancipação de Assentamentos Rurais - PAC;
 - 18.8 Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária – PACTO;
 - 18.9 Programa Nacional de Crédito Fundiário;

- 18.10 Seguridade Social;
- 19. Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais;
- 20. Programa Territórios da Cidadania:
 - 20.2 Território da Cidadania Paraná Centro;
 - 20.3 Território do Vale do Ivaí.
- 21. Programa de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica;
- 22. Programa Mata Ciliar;
- 23. Programa Estadual de Atendimento às Estradas Rurais Municipais - Patrulhas Mecanizadas Rurais;
- 24. Programa Agroindústria Familiar "Fábrica do Agricultor";
- 25. Programa Paranaense de Bioenergia;
- 26. Programa de Apoio à Estruturação das Cadeias Produtivas de Ovinos e Caprinos – PAECPOC;
- 27. Programa de uso do lodo de esgoto;
- 28. Programa de Turismo Rural do Paraná;
- 29. Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente;
- 30. Sistematização e Desenvolvimento de Metodologias de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- 31. Agenda Unificada de Eventos Ambientais;
- 32. Plano Estadual Mata Viva - Incêndios Florestais;
- 33. Redes de Referência para a Agricultura Familiar.